

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S.A.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2016

Porto Alegre, maio de 2017



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.
Gilberto Kassab

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES.
Elton Santa Fé Zacarias

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elton Santa Fé Zacarias

PRESIDENTE

Paulo de Tarso Mendes Luna

CONSELHEIRO

Elaine Paz

CONSELHEIRA

Manoel Augusto Cardoso da Fonseca

CONSELHEIRO

Cleber Cristiano Prodanov

CONSELHEIRO

CONSELHO FISCAL

Marcio Nahas Ribeiro

PRESIDENTE

Ruy Takahashi

CONSELHEIRO

João Luiz dos Santos Santos

CONSELHEIRO

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo de Tarso Mendes Luna

PRESIDENTE

Roberto Andrade

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Carlos Maurício La Motta Araújo

DIRETOR DE NEGÓCIOS

AUDITORIA INTERNA

Michelle G. dos Santos Hannecker

GERENTE DE AUDITORIA INTERNA

Felipe Augusto de Bortolo de Oliveira

ANALISTA ADMINISTRATIVO OPERACIONAL

Viviane da Silva Villar

ANALISTA ADMINISTRATIVO OPERACIONAL

Andréa Cristina da Silva Goulart

TÉCNICO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL

Posição em 30 de dezembro de 2016.



**PODER EXECUTIVO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S.A.**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e DN TCU nº 156/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e da Portaria CGU nº 522/2015.

**Porto Alegre
Maio/2017**

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGO - Assembleia Geral Ordinária
ANTT – Agencia Nacional de Transportes Terrestres
ASIC - Application Specific Integrated Circuit
ASK - Amplitude Shift Keying
AUDIN – Auditoria Interna
AVP - Ajuste a Valor Presente
BDI - Benefícios e Despesas Indiretas
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPM – Business Process Management
BSC – Balanced Scorecard
CAD - Computer-Aided Design
CADIN - Cadastro de Inadimplentes
CEITEC S.A. - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CGC - Cadastro Geral de Contribuintes
CGPAR - Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União.
CGSTI - Comitê Gestor da Segurança e Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CI - Circuito Integrado
CMB - Casa da Moeda Brasileira
CMOS - Complementary metal–oxide–semiconductor
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COBIT - Control Objectives For Information and Related Technology
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONJUR - Consultoria Jurídica
CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CRD - Consórcio Racional Delta
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DEST - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DENATRAN – Departamento Nacional de Transito
DOU – Diário Oficial da União
DP&N - Desenvolvimento de Produtos e Negócios
DRC - Design Rule Checking
EDA - Eletronic Design Automation
e-Gov - Programa de Governo Eletrônico Brasileiro
EPC - Eletronic Product Code
EPC Gen2 - Electronic Product Code Class 1 Generation2 (Código Eletrônico de Produto Geração 2 Classe 1)
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIA - Fundação Instituto de Administração

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FIT - Flextronics Instituto de Tecnologia
FNQ – Fundação Nacional da Qualidade
GAB. - Gabinete
HF - High Frequency
HP - Hewlett-Packard
IADES – Instituto Americano de Desenvolvimento
ICAO - International Civil Aviation Organization (Organização da Aviação Civil Internacional)
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICPC - Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IDM - Integração Design House e Fábrica
IDM - Integrated Design Manufacturer
IFRS - International Financial Reporting Standards
II - Imposto sobre Importação
IN - Instrução Normativa
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IOF - Imposto sobre operações financeiras
IoT – Internet of Things
IP - Internet Protocol
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
ISO - International Organization for Standardization
ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LF - Low Frequency
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTDA - Limitada
LVS - Linux Virtual Server
MBA – Master of Business Administration
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ME – Microempresa
MEG – Modelo de Excelência da Gestão
MF - Ministério da Fazenda
MP - Medida Provisória
MP - Ministério do Planejamento
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBR - National Board Review
NJ - Nota Jurídica
OCI – Órgão de Controle Interno
Of. - Ofício
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PES - Projeto Esplanada Sustentável
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PGQP – Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade

PIE - Pulse Interval Encoding
PIS - Programa de Integração Social
PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PJ – Pessoa Jurídica
PLS - Projeto de Gestão de Logística Sustentável
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PMUB – Projeto Multiusuário Brasileiro
PPA – Plano Plurianual
PPB – Processo Produtivo Básico
PPP - Plano de Providências Permanente
PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais
PSI - Política de Segurança da Informação
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAINT - Relatório Anual de Auditoria Interna
RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Automotores
RFID –Radio Frequency Identification (Identificação por Radiofrequência)
RH - Recursos Humanos
RNTRC – Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas
RP - Restos à Pagar
RTL - Register Transfer Level
SECEX - Secretaria de Controle Externo
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEXEC - Secretaria Executiva
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SINIAV - Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- ORGANOGRAMA	21
FIGURA 2- MAPA ESTRATÉGICO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	36
FIGURA 3- VALORES	36
FIGURA 4- TABELA DE INDICADORES 2016	37
FIGURA 5- NOTAS FISCAIS EMITIDAS	40
FIGURA 6- AMEAÇAS E OPORTUNIDADES	62
FIGURA 7- AVANÇO NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO CORPORATIVA DE RISCOS	64
FIGURA 8- ACUMULADO DE NÍVEL DE RISCO POR ÁREA PROPRIETÁRIA	65
FIGURA 9- AVANÇO NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO CORPORATIVA DE RISCOS	66
FIGURA 10- GRAU DE INSTRUÇÃO	71
FIGURA 11- COLABORADORES QUE DEIXARAM A EMPRESA	73

NENHUMA ENTRADA DE ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES FOI ENCONTRADA.

QUADRO 1 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS ESTRATÉGICAS	21
QUADRO 2 – AÇÕES DE RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS	38
QUADRO 3– REALIZAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS POR NATUREZA	39
QUADRO 4 – ARRECADAÇÃO PREVISTA X REALIZADA	39
QUADRO 5 – COMPORTAMENTO DO FATURAMENTO AO LONGO DO EXERCÍCIO	40
QUADRO 6 – UNIDADES VENDIDAS DE JANEIRO ATÉ DEZEMBRO 2016	43
QUADRO 7 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	44
QUADRO 8– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	44
QUADRO 9 – SITUAÇÃO FINAL DOS INDICADORES	46
QUADRO 10 – AÇÕES GT	55
QUADRO 11 – AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO EM GESTÃO DE RISCO	63
QUADRO 12 – APURAÇÃO DA PRIORIDADE RELATIVA DOS FATORES DE RISCO	65
QUADRO 13– REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHO	68
QUADRO 14– REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHO	68
QUADRO 15– HORAS DE TREINAMENTO	72
QUADRO 16– FORÇA DE TRABALHO	74
QUADRO 17– DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	74
QUADRO 18- DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS	75
QUADRO 19- DESPESAS COM PESSOAL	75
QUADRO 20- CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	76
QUADRO 21- CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO	80
QUADRO 22– CURSOS DE CAPACITAÇÃO	82
QUADRO 23– FORÇA DE TRABALHO	82
QUADRO 24– PROJETOS TI	83
QUADRO 25– MÉTODO LINEAR	92
QUADRO 26– CONSUMO DE ÁGUA	98
QUADRO 27– CONSUMO DE ENERGIA	99
QUADRO 28– AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	99

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	4
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
SUMÁRIO.....	8
APRESENTAÇÃO	11
Principais realizações em 2016.....	11
Principais dificuldades em 2016.....	12
Planos e projetos para 2017.....	13
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	14
1.1 Finalidade e Competências.....	14
1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade.....	15
1.3 Ambiente de atuação	15
1.4 Organograma	21
1.5 Macroprocessos finalísticos da unidade jurisdicionada	22
1.6 Breve histórico da entidade	30
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	32
2.1 Planejamento organizacional.....	32
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	34
2.1.2 Estágio da implementação do planejamento.....	34
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos..	38
2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	38
2.2 Desempenho Orçamentário	38
2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da unidade.....	38
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	39
2.2.3 Informações sobre a realização das receitas.....	39
2.2.4 Informações sobre a execução das despesas.....	44
2.2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	45
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	53
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	53
3.2 Atendimento à Lei das Estatais.....	53
-	53
3.3 Informações sobre os dirigentes e colegiados	56
3.4 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços.....	57
3.5 Atuação da unidade de auditoria interna	57
3.6 Atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos	58
3.7 Gestão de risco e controles internos.....	59
3.7.1. Políticas, Papéis e Responsabilização	59
3.7.2. Contexto da Organização.....	60
3.7.3. Sistemática de Gestão de Riscos	61
3.7.4. Ações de Capacitação e Educação	63
3.7.5. Panorama no Ano de 2016.....	63
3.7.6. Planejamento para o Próximo Período	66
3.8 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	67

3.8.1 Demonstração da Remuneração Mensal de Membros de Conselho	68
3.8.2 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	68
3.8.2 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	69
3.9 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	69
3.9.1 – Sistemática de Contratação:	69
3.9.2 – Dados da Empresa Contratada:	69
3.9.3 – Serviços Contratados e Remuneração:	70
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	71
4.1 Gestão de pessoas	71
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	74
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	75
4.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao pessoal	76
4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiário	76
4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	77
4.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	77
4.2.2 Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	78
4.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros	78
4.3 Gestão da tecnologia da informação	78
4.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional	78
4.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas	79
4.3.3 Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos ... seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade	80
4.3.4 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.	82
4.3.5 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão	83
4.3.6 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade	83
4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	83
4.4.1 Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade	83
4.4.2 Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);	84
4.4.3 Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006	84
4.4.4 Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema	84
4.4.4 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	85
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	87
5.1 Canais de acesso do cidadão	87
5.1.1 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	87
5.1.2 Site institucional (www.ceitec-sa.com)	87
5.1.3 Redes Sociais (Twitter, LinkedIn e Facebook)	88
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão	89
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadão-usuários	89
5.4 Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	89
5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	90
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	91

6.1 Desempenho financeiro no exercício	91
6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	91
6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	92
6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas	92
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	93
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	93
7.2 Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno	95
7.2.1 Recomendações da CGU Contas 2010.....	95
7.2.2 Recomendações da CGU Contas 2015.....	95
7.2.3 Recomendações da CGU – Auditoria de Integridade	95
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário.....	95
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposição no art.5º da Lei 8.666/1993.	96
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.	96
7.5.1 Contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;.....	97
7.5.2 Plano de Gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.....	98
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	99
ANEXO I – ITEM 6.4: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.....	100
ANEXO II - 7.2.1 Recomendações da CGU - Contas 2010	121
ANEXO III - 7.2.1 Recomendações da CGU - Contas 2015.....	122
ANEXO IV - 7.2.2 Recomendações da CGU- Auditoria de Integridade	124

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC S.A. – ao Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao exercício de 2016, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e Decisão Normativa TCU nº 156, de 30 de novembro de 2016, e de acordo com as orientações contidas nas Portarias TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017 e Portaria CGU nº 522, de 04 de março 2015.

O presente relatório apresenta as principais ações e resultados da CEITEC S.A. no ano de 2016, assim como as dificuldades encontradas no período para realização dos objetivos da empresa.

Principais realizações em 2016

Apesar do difícil ambiente de negócios que caracterizou o ano que passou, 2016 foi positivo para a CEITEC que obteve resultados relevantes que contribuíram para o caminho de sucesso que a empresa vem pavimentando em pouco mais de oito anos de existência.

Em 2016, a CEITEC ampliou seu faturamento pelo quarto ano consecutivo, promoveu o lançamento de novos produtos e passou a ofertar novos serviços. Durante o ano, a empresa comercializou mais de 18 milhões de chips, ultrapassando a marca de 2015. Somada às vendas dos três anos anteriores, esse volume ultrapassa os 45 milhões de chips vendidos. Concluiu o processo de validação técnica e comercial junto a empresa NOVUS (parceira no desenvolvimento do chip) do CTC12100, com propriedade intelectual brasileira, que tem o objetivo de medir e registrar a temperatura de produtos da cadeia do frio, por exemplo. Em agosto de 2016, foi feita a entrega oficial para NOVUS de 2000 amostras do CTC12100 e encerramento do ciclo de desenvolvimento do produto em conjunto com a empresa interessada em novembro de 2016.

Dando continuidade ao lançamento do CTC 13002 ocorrido em outubro de 2015, cuja meta estratégica deste novo chip é ampliar o volume de aplicações na área de logística através de sua certificação em conformidade com o padrão mundial para identificação eletrônica, o EPCglobal Class 1 Gen 2. Sua comercialização e testes na linha de produção de clientes iniciou no segundo semestre de 2016. Desta forma, foi fechado o ciclo do CTC13001, produto-ícone da CEITEC por ter sido o primeiro chip brasileiro a receber reconhecimento produto desenvolvido no país com acima de 40 Milhões de unidades comercializadas. Este mesmo produto obteve 100% *market share* no mercado regulado pelo PPB. Seu estoque foi completamente vendido. O CTC 13001 continua no portfólio de produtos da CEITEC, mas com produção sob demanda e lote mínimo de clientes.

No contexto de novos produtos, a empresa prospectou a oportunidades nichos de negócios tais como: identificação veicular passiva e logística nas áreas de saúde, indústria têxtil e metal mecânica. Estas oportunidades justamente visam ampliar o portfólio de produtos com aumento do valor agregado.

Além de colocar em comercialização novos produtos, a CEITEC ampliou a oferta de serviços por meio de nossa Fábrica. O principal deles foi o a continuidade e o aumento do número de interessados no Projeto Multiusuário Brasileiro (PMUB), o diferencial aqui foi a indução ou seleção de protótipos que tivessem uma probabilidade maior de se transformarem em futuros produtos. O PMUB está se consolidando como um programa de prototipação rápida. O PMUB CEITEC é um canal de divulgação da tecnologia industrial disponível na empresa e uma forma de aproximação da comunidade científica e industrial da CEITEC. Foram duas rodadas em 2016 com 15 instituições contempladas e 27 protótipos fabricados. Sendo que um desses protótipos gerou uma cotação para virar produto empregando a tecnologia da fábrica. Mostrando assim que a estratégia do PMUB como indutor de negócios para a fábrica está surtindo resultados.

Em 2016, mais de 5 milhões de chips já foram encapsulados em micromódulos em nossa Fábrica e entregues a clientes, representando um crescimento de 150% no volume de chips encapsulados em relação a 2015. É válido lembrar que, assim como as operações de teste, afinamento e corte de wafers, o encapsulamento em micromódulos é também parte do escopo da nossa certificação ISO 9001:2008.

Em maio 2016 foi publicado o Relatório de 2015 do INPI, onde a CEITEC consta com a 44ª empresa que mais depositou patentes no Brasil e 1ª empresa pública no ranking do INPI. Demonstrando sua excelência e capacidade de inovação.

Em novembro de 2016 foi retomado o processo de certificação do chip para passaporte eletrônico (CTC21001) e em dezembro foram concluídos os testes com a recomendação para certificação que deve acontecer em janeiro de 2017.

Principais dificuldades em 2016

No ano de 2016, a CEITEC também enfrentou obstáculos que impediram ou retardaram a realização de alguns objetivos da empresa, como por exemplo: - devido à crise econômica que atravessa o País, houve grande desaceleração do setor industrial de eletro-eletrônicos que acarretou a re-estruturação interna de alguns dos usuários de chips da Empresa, inclusive o maior deles, a HP, de setembro até dezembro a Valid, cliente que monta as etiquetas com chip CEITEC para uso pela HP e outros, terminou não colocando nenhum pedido de compra, o que comprometeu o atingimento da meta de faturamento da empresa em 2016.

Conforme dados levantados pela ABINEE, o faturamento da indústria eletroeletrônica deve encerrar 2016 com uma queda nominal de 11% em relação a 2015 em termos reais, cujo impacto nos investimentos deve fechar o ano com uma retração de 25%. Também devido à crise que estendeu-se ao longo de 2016, com a queda da arrecadação pela União, os repasses financeiros do Tesouro ao MCTIC tiveram uma retração substancial, principalmente no primeiro semestre de 2016. Esta retração no fluxo financeiro evidenciou esforços adicionais da CEITEC para redução de seus próprios custos, cujo impacto foi observado no retardo de projetos como a transferência de tecnologia da fábrica e a própria certificação do passaporte.

Parte destas ações terminaram se refletindo em atraso de lançamento de novos produtos no mercado, em termos de recursos humanos, a CEITEC perdeu para o mercado mais alguns colaboradores. O concurso iniciado em 2015 para formação de cadastro de reserva foi homologado em julho de 2016. Num mercado altamente especializado como o de

microeletrônica, a falta de mecanismos ágeis de contratação de pessoas, de forma urgente ou sazonal, torna a empresa menos competitiva no que se refere à atração de recursos humanos, principalmente estrangeiros ou brasileiros que desejam retornar ao País para atuar na Empresa, a falta de agilidade na regulamentação do programa SINIAV por parte do DENATRAN, colocou e ainda coloca em risco investimentos importantes feitos pela CEITEC para fornecer ao mercado uma solução em chip para identificação e rastreabilidade veicular, a ANTT iniciou em 2016 o recadastramento de transportadores de carga, incluindo a versão eletrônica do RNTRC, que deveria ser implementada utilizando tags SINIAV, contendo o chip CEITEC, a falta de regulamentação fez com que a ANTT revisse seu cronograma em mais de uma ocasião e hoje corremos o risco de ter o e-RNTRC implementado a revelia do programa SINIAV, utilizando outras soluções de mercado para pagamento. Inclusive esta indefinição na adoção do programa SINIAV levou a CEITEC a iniciar desenvolvimento em junho de chip para identificação veicular passivo, hoje com foco essencialmente em cobrança automática de pedágios.

Planos e projetos para 2017

A perspectiva é que 2017 seja um ano de muitos desafios, mas cujos produtos desenvolvidos ou em fase final de desenvolvimento trazem uma certeza e confiança de expansão do mercado de atuação da CEITEC. A equipe é resiliente e perspicaz na identificação de oportunidades que com seu talento e competência sinalizam no sentido de fazer da CEITEC uma empresa ainda mais forte.

Com a recomendação para certificação do CTC21001 (chip *smartcard*) recebida em dezembro de 2016, o ciclo de desenvolvimento do produto se encerra e abre espaço para comercialização definitiva da solução e-Passaporte pela CEITEC. O *smartcard* CTC21001 pode ser utilizado para outros fins de identificação pessoal que a empresa está também buscando se posicionar como fornecedora.

Adicionalmente, está previsto para 2017 o lançamento de um módulo RFID baseado no CTC13002 para uso em logística na área de saúde, vestuário industrial e aplicações especiais. Cujo foco é ampliar mercado com maior valor agregado.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Neste capítulo são apresentadas as finalidades e competências da CEITEC, suas normas e regulamentos, uma descrição acerca dos ambientes de atuação o relacionados as ensino, a pesquisa e a extensão, o organograma a e a descrição dos macroprocessos finalísticos.

1.1 Finalidade e Competências

- Produção e comercialização de dispositivos semicondutores e sistemas de circuitos integrados, além de outros produtos de microeletrônica, para atender a demandas específicas do mercado nacional e internacional;
- Comercialização e concessão de licenças ou de direitos de uso, de marcas e patentes de bens ou de produtos e transferência de tecnologias adquiridas ou por ela desenvolvidas;
- Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica especializada no âmbito de sua atuação, bem como de serviços especializados de manutenção, testes de conformidade, medição, calibração, certificação de produtos, normalização, aferição de ensaios e testes de padrões, aplicáveis a instrumentos, equipamentos e produtos;
- Elaboração de testes de lotes de circuitos integrados por ela prototipados, com a análise de sua viabilidade técnica, econômica e financeira;
- Atração de investimentos de interesse estratégico em sua área de atuação;
- Formação de recursos humanos, capacitação e intercâmbio de técnicos e pesquisadores por meio de cursos, em articulação com instituições de ensino superior, centros de pesquisa e desenvolvimento, demais órgãos da administração pública direta e indireta e entidades empresariais;
- Disponibilização de infraestrutura para permitir o domínio dos processos de pesquisa, desenvolvimento, projeto, prototipagem e testes em microeletrônica por pesquisadores, instituições de ensino superior, centros de pesquisa e desenvolvimento, demais órgãos da administração pública direta e indireta e entidades empresariais, bem como para desenvolver produtos em microeletrônica;
- Criação e consolidação de ambiente propício ao desenvolvimento científico e tecnológico integrado, articulando sua atuação em nível nacional e internacional;
- promoção e suporte de empreendimentos inovadores, tanto na área de hardware como de software, com observância de padrões de formação e de competitividade compatíveis com o mercado internacional;
- possibilitar o acesso a informações, a criação de parcerias, a redes de aperfeiçoamento tecnológico, de comercialização e de serviços;
- elaboração de estudos e realização de pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de conhecimentos técnicos e científicos para a promoção

do desenvolvimento econômico e social, bem como experimentação de novos modelos produtivos; e

➤ realização de pesquisa tecnológica e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições de ensino superior, centros de pesquisa e desenvolvimento, demais órgãos da administração pública direta e indireta e entidades empresariais.

A CEITEC, tem a missão institucional de desenvolver pesquisa e soluções de tecnologia avançada, com o objetivo de contribuir para o progresso e o bem estar da sociedade brasileira.

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

A CEITEC S.A., Centro Nacional em Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. é uma empresa pública autorizada na Lei 11.759, de 31 de julho de 2008 e através do Decreto nº 6.638, de 07 de novembro de 2008 e Lei nº 12.745, de 19 de dezembro de 2012.

1.3 Ambiente de atuação

Conceito do Negócio

A CEITEC é uma empresa pública federal que faz parte de um programa estratégico de Estado para o desenvolvimento da indústria de microeletrônica no País. Sendo assim, sua atuação no mercado não pode ser a mesma de uma empresa privada – ela tem de levar em conta as demandas de programas de governo e contribuir, na sua área de atividade, para criar as condições para o crescimento da microeletrônica no Brasil. Paralelamente, enquanto empresa que, por lei, tem de explorar atividade econômica, sua estratégia mercadológica deve visar à conquista de mercados no País e no exterior e o crescimento de seu faturamento. Enquanto empresas de semicondutores no exterior buscam a lucratividade através de uma estratégia de conquista de mercado baseada na inovação rápida e constante, para a CEITEC esta inovação vai além e torna-se também um instrumento para identificar e atender as necessidades estratégicas do Estado brasileiro.

Área de Atuação

A CEITEC tem seu foco de negócio no desenvolvimento e oferta de circuitos integrados para identificação eletrônica, mais precisamente nas áreas de Identificação por Radiofrequência (RFID) e Smart cards. Estas são tecnologias de identificação e rastreabilidade de pessoas, animais e objetos, amplamente utilizadas no mundo todo e com forte crescimento no Brasil, e que estão associadas ao conceito de Internet das Coisas (IoT) e sua aplicação em cidade inteligentes.

Os mais diversos tipos de indústrias e empresas, sejam governamentais ou privadas, podem se beneficiar destas tecnologias de identificação automática. A CEITEC pode prover soluções com padrão internacional de qualidade agregando desenvolvimento tecnológico

nacional, gerando propriedade intelectual e promovendo emprego de alto valor agregado e renda — efetivamente, respondendo pelas razões pelas quais foi criada pelo próprio Estado.

Produtos

Ao longo de 2016, o faturamento da CEITEC teve como base a comercialização de três produtos RFID: CTC11002 (“chip do boi”), CTC13001 e CTC13002 (chips para logística), CTC13100 (chip para identificação e rastreabilidade veicular), desenvolvimento e fabricação de sensores por demanda (uso de etapas do processo da fábrica) e o encapsulamento em micromódulos.

Produtos

CTC11002 (“chip do boi”)

O Chip do Boi é um circuito integrado para RFID que opera em baixa frequência (LF – Low Frequency), concebido para a identificação de animais. Visando atender normas internacionais de rastreabilidade animal (ISO 11784/5), este chip é montado tipicamente em um brinco plástico e pode ser lido por qualquer leitor compatível disponível no mercado, mesmo com o animal em movimento. O alcance para leitura pode chegar a 50 cm. A montagem do chip no brinco e a aplicação do brinco no animal não são feitas pela CEITEC, mas por empresas especializadas que são os efetivos clientes da CEITEC, como Fockink e Qvalyplast.

Mercado

O rebanho bovino no Brasil possui mais de 218 milhões de cabeças, sendo que o total de abates para o ano de 2012 foi pouco mais de 31 milhões de cabeças. Dado que o rebanho bovino tem se mantido com um crescimento anual de aproximadamente 1,5% e que cada novilho nascido deve receber novo brinco identificador, pode-se estimar um mercado contínuo mínimo de 30 milhões de unidades anuais. Pela não obrigatoriedade de se identificar de maneira eletrônica, o mercado acaba por utilizar os identificadores visuais com código de barras. Considerando uma proporção de 90% dos nascidos identificados com os brincos visuais, chega-se a uma estimativa de mercado de 3 milhões de unidades/ano para os identificadores eletrônicos.

Concorrência

Em relação à concorrência, o principal e maior concorrente do chip do boi da CEITEC é produzido e comercializado pela NXP, empresa europeia que possui representação no País. Alguns outros fornecedores ofertam no mercado interno chips já montados em inlays (antenas), os quais também representam concorrência à CEITEC.

Estratégia de Oferta ao Mercado

A CEITEC mantém atualizada uma lista com todos os atuais fabricantes de elementos de identificação animal, bem como de todas as empresas que possuem instalações fabris de injeção plástica, e acompanha este mercado como oportunidade futura. Todas as empresas

recebem material de atualização via mailing e são acompanhadas quanto a intenções de fabricação.

A CEITEC também participa da maior feira nacional que abrange este segmento de mercado, a Expointer, onde são identificadas novas empresas interessadas no assunto identificação animal.

Um movimento complementar é a participação em grupos de trabalho de normatização da ABNT e ISO e em discussões sobre identificação e rastreabilidade animal no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Riscos

O principal risco para esta linha de componentes está relacionado à questão do mercado adotar outra tecnologia diferente da atual para identificação animal. Este movimento, totalmente fora do controle da CEITEC., ocasionaria o encerramento da oferta do chip.

CTC13001 e CTC 13002 (chip para logística)

Ambos os chips destinados para logística que implementam o protocolo EPC global classe 1 geração 2, que especifica as interfaces para etiquetas RFID operando na banda de 860 a 960 MHz (UHF – Ultra High Frequency). Possuem memória interna protegida contra leitura não autorizada e é compatível com os leitores que atendem este protocolo. Também possui uma versão do tipo “lacre eletrônico”, que indica quando há violação da etiqueta RFID, para aplicações de segurança e defesa. Outras aplicações incluem controle de estoques, rastreamento de itens, logística e integridade de produtos. Os principais clientes para este componente são Valid e CCRR.

Mercado

Este chip foi projetado por uma demanda do mercado nacional em função da existência de um Projeto Produtivo Básico para cartuchos e impressoras e também para desktops e servidores, que exige das empresas participantes a adoção gradual de chips nacionais em seus produtos. Atualmente a demanda existente para este componente é de aproximadamente 35 milhões de unidades/ano.

Concorrência

Por mais que exista a oferta de componentes similares por fabricantes como Impinj e NXP, a mesma não representa concorrência, pois atualmente somente a CEITEC possui um componente comprovadamente nacional, com reconhecimento pelo MCTI, que possa atender a demanda do PPB. O CTC 13002 visa ser mais competitivo face sua otimização em área.

Estratégia de Oferta ao Mercado

Uma vez que o foco é atender a demanda criada pelo PPB, o levantamento das empresas que já adotaram tal programa foi realizado. Atualmente, as 3 empresas de maiores demandas (HP, Epson e Samsung) já estão utilizando a solução CEITEC.

Riscos

O principal risco para esta linha de componentes diz respeito às empresas atuais fecharem suas operações no Brasil ou deixarem de adotar o PPB, o que acreditamos ter aumentado sua probabilidade face a um contencioso junto a OMC (Organização Mundial do Comércio) questionando diversos programas de incentivo fiscal para área de pesquisa e desenvolvimento locais. Entre eles o próprio PPB e o PADIS. Isto implicará em mudanças na legislação tributária com impacto significativo. Porém, no caso de ocorrência, este movimento totalmente fora do controle da CEITEC, o reposicionamento de mercado para aplicações com maior valor já está ocasionando o encerramento da oferta do chip.

CTC13100 (Chip para identificação e rastreabilidade veicular)

O CTC13100 atende ao protocolo Denatran geração zero do programa Siniav e às normas de segurança e criptografia internacionais. Esse Circuito Integrado concentra dados como placa, modelo e marca do veículo, número de chassi e código RENAVAM, entre outras informações, servindo como ferramenta essencial para implantação, pelo governo federal, do programa Siniav.

A leitura do chip CTC13100 pode ser feita a uma distância de até 20 metros, com veículos em movimento. O componente tem duas áreas de memória, uma de uso geral e outra protegida por criptografia, além de detecção de violação.

Mercado

Projetado para uso por empresas que estão desenvolvendo soluções para o Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos. A CEITEC está preparada para atender ao mercado brasileiro em sua totalidade, que hoje é de cerca de 75 milhões de veículos.

Concorrência

Devido ao fato do Protocolo SINIAV ter sido desenvolvido no Brasil, não existem circuitos integrados comerciais que atendam essa aplicação. Outras soluções que atendem o SINIAV usam vários componentes. O CTC13100 permite o desenvolvimento de uma tag com circuito integrado único, enquanto as soluções de mercado atuais precisam de diversos circuitos.

Estratégia de Oferta ao Mercado

A CEITEC mantém atualizada uma lista com todos os atuais fabricantes nacionais de identificadores veiculares, bem como de todas as empresas que possuem instalações fabris de injeção plástica, e acompanha esse mercado como oportunidade futura. Todas as empresas recebem material de atualização via mailing e são acompanhadas quanto a intenções de fabricação.

Além disso, temos auxiliado tecnicamente o DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito - que é o Órgão Máximo do Executivo de Trânsito da União) e a ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestres) por meio de reuniões presenciais e conferências, a fim de estabelecer e firmar a regulamentação do SINIAV.

Riscos

Os principais riscos para a comercialização do CTC13100 é a falta de regulamentação e definições por parte do governo que, junto com a atual crise econômica, pode causar o fechamento de empresas privadas, clientes da CEITEC. Como forma de mitigar este risco, foi iniciado desenvolvimento de novo produto para atender o mercado com reposicionamento do produto para possíveis alternativas em controle de acesso de veículos de carga. Além, disso está em fase de desenvolvimento uma solução passiva para identificação veicular para atender o mercado de pedágios como forma de aproveitar o conhecimento técnico adquirido e direcioná-lo para um mercado existente.

Micromódulos

A linha de micromódulos da CEITEC oferece solução de montagem de componentes destinados à linha smart chip – envolvendo meios de pagamento e identificação, cartões de celular, entre outros.

Montada com o objetivo de atender a demanda do produto CTC21001 (para Casa da Moeda do Brasil), e também para prestar serviços de encapsulamento à clientes externos, a linha oferece flexibilidade suficiente para demandas de outras aplicações em módulo, como CTC11002 (“chip do boi”) e CTC12100 (“Argentum”). Atualmente, a linha presta serviço de encapsulamento para a Oberthur, multinacional do ramo de smart chips, com capacidade de 500.000 componentes por mês, aproximadamente. A capacidade de produção deve ser ajustada em 2017 face a recomendação para certificação de segurança do CTC21001 e sua perspectiva de comercializar.

Mercado

O potencial mercado não se restringe ao mercado nacional, visto que o mercado internacional pode ser alcançado dependendo da taxa de câmbio. O mercado de smart chips passa por um momento de demanda alta, pela implementação de política de segurança de pagamento em cartões de crédito em países como os Estado Unidos.

Concorrência

No país, outras empresas como Oberthur, Valid e Gemalto, já possuem linhas em funcionamento destinados à smart chip.

Estratégia de Oferta ao Mercado

A sinalização de mercado mostra grande demanda externa, a Oberthur terceiriza parte de sua produção com a CEITEC, limitada a produção de 500.000 componentes por mês. A estratégia atual é aumentar a capacidade de produção a fim de atender à demanda da Oberthur e ao mesmo tempo poder atender a entrada em produção de produtos da CEITEC que demandam ocupação da mesma linha de fabricação.

Riscos

O principal risco é o desaquecimento do mercado internacional de smart chips e a

redução de demanda, o que parece ser pouco provável frente à crescente disseminação dos meios de pagamento e identificação que utilizam a tecnologia na qual se insere este serviço.

1.4 Organograma

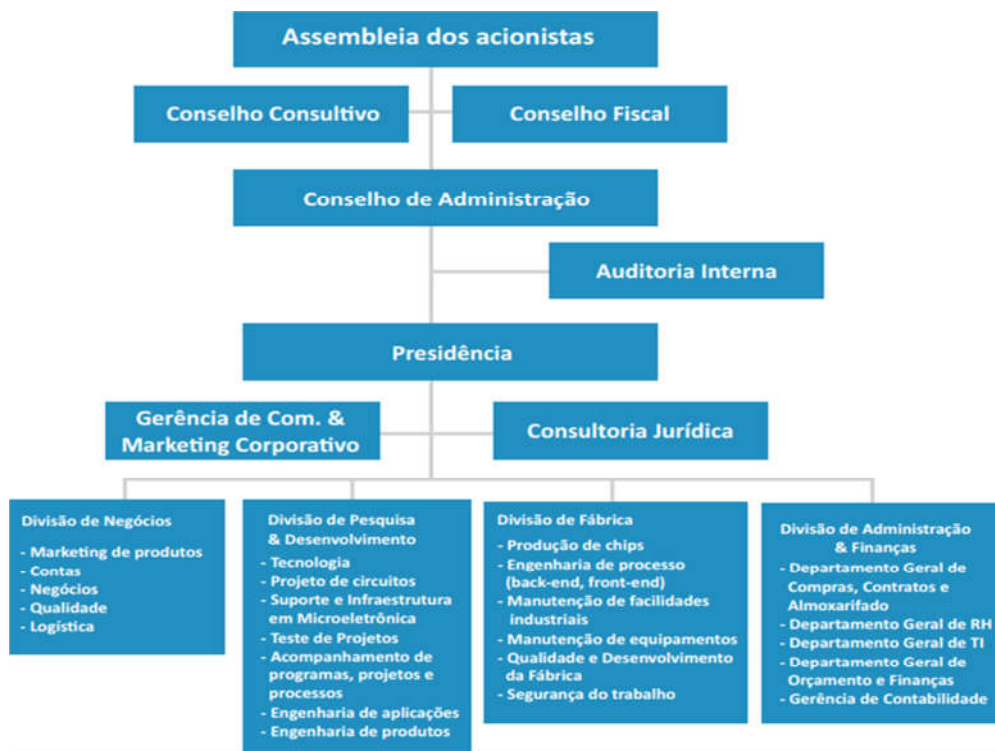


Figura 1- Organograma

Quadro 1 - Informações sobre áreas estratégicas

Área/subunidades estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Administração e Finanças	Orientar e executar os atos de gestão administrativa e financeira da CEITEC.	Roberto Vanderlei de Andrade Luiz Fernando Záchia	Diretor	20/07/2010 Até 08/02/2017 Desde 08/02/2017
Divisão de Negócios	Desenvolver novos mercados, prospectar oportunidades de negócio e gerir as atividades pertinentes ao relacionamento da empresa com seus clientes.	Carlos Mauricio La Motta Sérgio Roberto de Lima e Silva Filho	Diretor	13/08/2015 Até 08/02/2017 Desde 08/02/2017
Divisão de Fábrica	Fabricar os produtos da CEITEC.	Andre Mascia Daltrini	Superintendente	Desde 06/07/2015
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento	Órgão responsável pela realização de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias	Cristiano Krug Eric Ericson Fabris	Superintendente	28/07/2011 Até 29/03/2016 Desde 30/03/2016

1.5 Macroprocessos finalísticos da unidade jurisdicionada

Os macroprocessos finalísticos são apresentados a seguir, segundo a Divisão da empresa a qual estão vinculados:

Pesquisa e Desenvolvimento

A Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento é o órgão responsável pela concepção e projeto dos produtos da companhia, e pela realização de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias, segundo as necessidades especificadas pela Divisão de Negócios.

Desenvolvimento de Produtos

Área responsável por gerenciar as diversas etapas no desenvolvimento de novos produtos (circuitos integrados).

Suas principais atividades relacionadas são:

- especificação e requisitos de produto;
- acompanhamento do desenvolvimento do produto;
- especificação e desenvolvimento de testes de produto;
- validação de produto;
- produção de protótipos de chips;
- produção em volume de chips;
- suporte técnico ao cliente.

Todos os circuitos integrados do portfólio da CEITEC foram desenvolvidos sob gestão da área de Desenvolvimento de Produtos. Dessa forma, esse macroprocesso participou diretamente em 100% das receitas próprias da comercialização de produtos.

As unidades técnicas diretamente responsáveis são a Engenharia de Produtos e o Laboratório de Desenvolvimento.

Seus principais insumos e fornecedores para a execução do macroprocesso: normas e padrões internacionais (ISO, ABNT) para especificação técnica de produtos; requisitos de clientes e de mercado (HP, Epson, Valid); fornecedores internos (Área de Design e Divisão de Fábrica); laboratórios de testes externos (CTI, CIENTEC, Metlabs, ITT-fuse); foundries para prototipação e produção de discos de silício contendo circuitos integrados (TSMC, Silterra, X-FAB). Como principais clientes e parceiros temos: Syrma (parceiro no desenvolvimento de inlays de identificação animal), HP (cliente final, responsável pela utilização em suas linhas de produção do maior volume de produtos CEITEC), Epson (cliente final, também responsável por utilização de grande quantidade de produtos CEITEC.), Valid (maior cliente direto dos circuitos integrados CEITEC, onde os mesmos são transformados em etiquetas e vendidos aos clientes finais), Autofind (maior cliente de circuitos integrados para identificação veicular) e ANTT (parceiro no estabelecimento de normas e condições para implementação de identificação de veículos de carga).

Em 2016 os esforços da área de Desenvolvimento de Produtos estiveram concentrados:

- No apoio técnico a cliente para inserção do novo componente CTC13002 (nova geração do chip de logística, com certificado EPCglobal Gen2) em suas linhas de produção;
- Na entrega para o mercado do CTC12100 (chip registrador de temperatura);
- Suporte técnico com vistas à introdução do circuito integrado de identificação veicular (CTC13100) junto à ANTT e DENATRAM;
- Desenvolvimento de novas aplicações do CTC13002 com maior valor agregado em mercados de logística de saúde, produto metálicos entre outros.

Desenvolvimento de Aplicações

Área responsável por desenvolver aplicações para circuitos integrados CEITEC.

Principais atividades relacionadas:

- especificação de aplicações;
- desenvolvimento de circuitos eletrônicos;
- desenvolvimento de software, teste de aplicações;
- documentação de aplicações.

Os principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias são:

- Software aplicativo de passaporte eletrônico: fornecido como componente do módulo de passaporte, não gera receita separadamente;
- Protocolo de Personalização do passaporte eletrônico: fornecido para a Casa da Moeda do Brasil poder personalizar os passaportes em sua linha de produção;
- Software de inicialização de passaporte eletrônico: para uso interno da manufatura da CEITEC, não gera receita;
- Software de demonstração de etiquetas de identificação por radiofrequência: para uso institucional da CEITEC, não gera receita;
- Sistema de teste e gravação de dados em etiquetas eletrônicas de identificação animal: fornecido para parceiros comerciais em regime de comodato, não gera receita.

A área de Engenharia de Aplicações é a unidade técnica diretamente responsável pelo processo.

A principal fornecedora em 2016 para execução deste macroprocesso foi a Brightsight (Delft, Holanda): empresa de consultoria técnica em segurança da informação, contratada para auxiliar na documentação e certificação de segurança do módulo de passaporte eletrônico.

Como principais clientes e parceiros temos:

- Casa da Moeda do Brasil: co-proprietária do projeto de passaporte eletrônico segundo Convênio de Cooperação Técnica firmado em 14/09/2012;
- Grupo Fockink (Panambi, RS): empresa cliente da CEITEC, utiliza sistemas de gravação de etiquetas de identificação animal fornecidos pela CEITEC.

Durante 2016 o foco da Engenharia de Aplicações foi na certificação de segurança do chip do passaporte eletrônico que recebeu a recomendação para certificação de segurança Common Criteria em dezembro. A Engenharia de Aplicações também desenvolveu novos programas de demonstração de produtos da CEITEC para utilização em feiras e eventos durante o ano.

Adicionalmente, iniciou o processo de aproximação a empresas de meios de pagamentos para levantamento de requisitos de aplicações destinadas a segmento de mercado, visando buscar ampliar o mercado de utilização do chip CTC21001 desenvolvimento para o e-Passaporte.

Desenvolvimento de Negócios

A Divisão de Negócios é o órgão responsável pelo desenvolvimento de novos mercados, pela prospecção de oportunidades de negócios e pela gestão das atividades pertinentes ao relacionamento da empresa com seus clientes.

Comercialização de Circuitos Integrados

Área responsável por comercializar circuitos integrados e serviços.

Suas principais atividades relacionadas são:

- prospecção de negócios,
- propostas de negócios
- efetivação de vendas e
- planejamento financeiro de operações e vendas.

Todos os circuitos integrados fornecidos pela CEITEC ao mercado são comercializados pela área de Contas e Negócios, sujeita ao macroprocesso de comercialização de circuitos integrados. Dessa forma, esse macroprocesso é responsável por 100% das receitas próprias.

A Divisão de Negócios é a unidade técnica diretamente responsável por este processo.

Os principais insumos e fornecedores para a execução do macroprocesso são os discos de silício contendo circuitos integrados provenientes da Divisão de Fábrica (fornecedor interno).

Os principais clientes e parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados à execução dos macroprocessos finalísticos e à forma de implementação das parcerias são: Valid S.A. (cliente, venda direta), Fockink S.A. (cliente, venda direta), Autofind Industrial S.A. (cliente, venda direta), Qalyplast Termoplástico Ltda (cliente, venda direta) e Alltags Ind. e Com. de Prod. Plásticos Ltda (cliente, venda direta).

O macroprocesso foi conduzido buscando atender a meta de faturamento da empresa, elevando o faturamento de 2015 R\$ 4.305.187,41 para R\$4.486.184 em 2016, apesar do cenário econômico adverso enfrentado.

Gestão da Qualidade

Área responsável por proceder à análise organizacional e de métodos, bem como desenvolver e avaliar sistemáticas, procedimentos, práticas e rotinas de trabalho que vão ao encontro das estratégias da empresa, das normas aplicáveis e de requisitos de cliente. Pois ela é responsável por estabelecer, praticar, monitorar e melhorar os sistemas de gestão adotados pela empresa.

Suas principais atividades são:

- planejamento para automatização de rotinas já implementadas;
- planejamento de futuras certificações e participações em prêmios;
- planejar e implementar melhorias no Sistema de Gestão da Qualidade.
- coordenar as iniciativas com relação ao SGQ.
- atualizar e monitorar informações relativas ao Planejamento Estratégico;
- acompanhar auditorias externas;
- planejar auditorias internas;
- gerar relatórios de auditorias internas
- desenvolver, analisar, aprovar e publicar Instruções de Trabalho (ITs), Orientações (ORs) e Procedimentos Operacionais (POs);
- mapear processos;
- dar o suporte necessário às áreas com relação à Qualidade;
- avaliar a adequação do SGQ através das auditorias internas;
- coordenar as Análises Críticas da Direção;
- acompanhar indicadores dos processos do Sistema de Gestão Qualidade;
- gerar, monitorar e fazer acompanhamento e verificação da eficácia das ações corretivas e preventivas;
- realizar cobrança de planos de ação.

Os principais produtos serviços gerados são:

- atualização, monitoramento e follow-up dos indicadores de desempenho corporativos;
- relatórios de auditorias internas da Qualidade;
- definição de rotinas documentadas por POs, ORs e ITs;
- solicitação de ações corretivas e preventivas;
- atas de Análise Crítica da Direção;
- controle de documentos e padrões;
- definição de ações de correção e de prevenção;
- análise e melhorias dos processos institucionalizados;
- manutenção e melhoria dos processos relacionados ao Sistema de Gestão implementado.

Os produtos e serviços gerados são para utilização interna e não geram receitas.

A unidade técnica diretamente responsável pelo processo é a área de Qualidade.

Os principais insumos e fornecedores para a execução do macroprocesso são:

- Clientes internos;
- ABS Quality Evaluations (Empresa Certificadora);
- Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), ligado à Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)

O principal esforço da Gestão da Qualidade em 2015 foi o aumento do escopo da certificação ISO 9001:2008, tendo-se obtido da empresa auditora a recomendação necessária para tal. Atualmente a certificação ISO 9001:2008 aplica-se a “operação de back-end compreendendo teste, afinamento e corte de wafers e encapsulamento de circuitos integrados.”

Outras iniciativas:

- utilização de ferramenta de business process management (BPM) para modelagem de processos;
- informatização do processo de elaboração e aprovação de documentos;
- informatização do processo de ações corretivas e preventivas;
- disseminação da cultura de Sistema de Gestão da Qualidade na CEITEC.

Pesquisa e Desenvolvimento

Projeto de Circuitos Integrados

Área responsável por projetar produtos comercializáveis na forma de discos de silício contendo circuitos integrados.

Suas principais atividades relacionadas são:

- projeto de circuitos analógicos;

- projeto de circuitos digitais;
- projeto de circuitos de radiofrequência;
- projeto de circuitos mistos;
- verificação;
- projeto físico (layouts analógicos e digitais);
- depuração e desenvolvimento de testes.

Todos os produtos fornecidos pela CEITEC ao mercado foram concebidos no macroprocesso de projeto de circuitos integrados. Dessa forma, esse macroprocesso é co-responsável por praticamente 100% das receitas próprias.

A unidade técnica diretamente responsável é a Área de Design (projeto) de Circuitos Integrados.

Os principais insumos e fornecedores para a execução do macroprocesso são os softwares especializados para projetos de circuitos integrados (Cadence, Meneda, Synopsys) e de gestão de projetos (Clarity PPM);

Os principais parceiros foram os Institutos de Pesquisas que participaram do PMUB em 2016 e que de alguma forma contribuíram para formação de recursos humanos para área. O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (instituição co-irmã pertencente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações) deu suporte em algumas atividades de pesquisa e desenvolvimento que demandaram o encapsulamento de circuitos integrados e o principal cliente (interno) é a área de Desenvolvimento de Produtos.

Em 2016 as principais atividades relacionadas a esse macroprocesso focaram:

- No teste junto ao principal cliente potencial do chip registrador de temperatura;
- Na finalização do processo de certificação do chip do passaporte, cuja recomendação de certificação ocorreu em dezembro de 2016;
- Na finalização dos testes de qualificação, homologação em clientes e início da comercialização do novo chip de logística (CTC13002), certificado GS1 EPCglobal, que coloca a CEITEC em maior evidência no cenário nacional e internacional da indústria de semicondutores;
- No início de um novo projeto de um chip para identificação veicular empregando tecnologia passiva e o protocolo SJ5511 (Artefato) face a possível janela de mercado identificada.
- Na realização de duas rodadas do PMUB – Projeto Multiusuário Brasileiro com na foco na disseminação técnica da tecnologia da fábrica e possível captura de novos negócios.
- Também nos testes de uma versão do chip do CTC21001 (e-Passaporte) com interface dual (com contato e sem fio) para explorar o mercado de aplicações de meios de pagamento. Foram realizados os testes de inicialização deste protótipo. Conjuntamente prototipou-se diversos blocos constituintes uma interface dual (com contato e sem fio) para smart chips prevendo a segunda geração de smart chips da CEITEC;

- Além dos blocos associados a smart chips desenvolveram-se outros blocos associados a linha de RFIDs também com perspectivas de desenvolvimentos futuros produtos.

Fábrica

Fabricação de circuitos integrados (front-end)

Responsável por gerar produtos comercializáveis na forma de circuitos integrados a partir de discos de silício ultrapuros.

Suas principais atividades são:

- fotolitografia;
- difusão;
- filmes finos;
- corrosão;
- limpeza;
- implantação iônica.

O principal produto da fabricação front-end são circuitos integrados CMOS de tecnologia 0,6 micron, segundo o processo de tecnologia transferido da empresa X-FAB. Com derivações dessa tecnologia, a Fábrica passou a explorar outros nichos de aplicação. Durante 2016 foi completado o desenvolvimento de sensor para força/pressão segundo encomenda de um cliente externo (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS), e a primeira entrega foi realizada. Esse serviço de desenvolvimento e fabricação dos primeiros protótipos do sensor de força/pressão gerou faturamento de R\$17.253,00.

Além deste, outros produtos/processos produtivos estão sendo prospectados e desenvolvidos em contatos com clientes externos. Internamente, após demanda da área de Desenvolvimento de Produtos, foi também iniciado um novo desenvolvimento para aplicação na área de RFID, cujos primeiros resultados devem ser obtidos em 2017.

Além da comercialização, o front-end participa do Projeto Multiusuário Brasileiro (PMUB), que consiste numa iniciativa para promover o uso do conjunto de tecnologias licenciadas pela CEITEC para sua fábrica junto à indústria nacional e à comunidade acadêmica, criando um ambiente para o rápido desenvolvimento de protótipos, assim como para sua produção.

Participantes como Design Houses do programa CI-Brasil, indústrias de microeletrônica e instituições do sistema de ensino de microeletrônica no Brasil, terão acesso à tecnologia de produção de circuitos integrados da CEITEC e sua parceira X-FAB, por meio da oferta periódica de rodadas dedicadas de fabricação de circuitos integrados. A área de front-end da CEITEC já produz parcialmente os circuitos integrados do PMUB, sendo complementada pela fábrica na Alemanha da empresa X-FAB. No ano de 2016 foram realizadas 2 rodadas do PMUB.

Além de oferecer aos parceiros a oportunidade de prototipação de seus circuitos integrados, as rodadas de PMUB ajudam a área de front-end da fábrica a amadurecer as etapas de produção já comissionadas.

A Divisão de Fábrica é a unidade técnica diretamente responsável por estes processos.

Os principais insumos e fornecedores para a execução do macroprocesso são: discos de silício (X-FAB, SunEdison), produtos químicos de alto volume (Sigma Aldrich), gases especiais e de alto volume (Air Products), produtos químicos para área de Difusão (Dow Corning), produtos químicos para área de Filmes Finos (Air Products), produtos químicos para área de Fotolitografia (Sigma Aldrich), alvos de metais ultrapuros (JX Nippon).

Em 2016 o macroprocesso fabricação de front-end teve como clientes internos a área de Design e a área de Desenvolvimento de Produtos e como cliente externo a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Fabricação de circuitos integrados (back-end)

Responsável por gerar produtos comercializáveis a partir de discos de silício contendo circuitos integrados.

Suas principais atividades relacionadas são:

- teste funcional de circuitos integrados;
- afinamento e corte de discos;
- encapsulamento em micromódulos.

Todos os circuitos integrados fornecidos pela CEITEC ao mercado estão sujeitos ao macroprocesso de back-end. Dessa forma, esse macroprocesso é co-responsável por 100% das receitas próprias.

A Divisão de Fábrica é a unidade técnica diretamente responsável por estes processos.

Os principais insumos e fornecedores para a execução do macroprocesso são: discos de silício contendo circuitos integrados (X-FAB, GUC, SilTerra), probe cards (Wentworth Labs), filmes plásticos autoadesivos (Lintec), rebolos e serras diamantadas (Disco), adesivos (Delo), fio de ouro (Heraeus), capilares (Kulicke & Soffa), circuito flexível em fita (Linxens), carrier tape e cover tape (Muhlbauer).

O cliente externo à CEITEC é a empresa Oberthur Technologies.

Durante o ano de 2016, a área manteve a Certificação ISO 9001:2008 (no escopo completo de teste, afinamento, corte e encapsulamento).

1.6 Breve histórico da entidade

A CEITEC S.A. é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) criada em 2008 pela Lei nº 11.759, voltada a explorar diretamente atividade econômica no âmbito das tecnologias de semicondutores, microeletrônica e áreas correlatas. Constituída sob a forma de sociedade por ações, com participação exclusiva da União no capital social, a CEITEC atua no segmento de semicondutores, desenvolvendo soluções para identificação automática (RFID e smart cards) e para aplicações específicas (ASICs). Projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados (chips) para aplicações como identificação de animais, medicamentos, pessoas e veículos, além de autenticação, gestão de inventário, controle de ativos, entre outras. Localizada em Porto Alegre (RS), a CEITEC S.A. desempenha papel estratégico no desenvolvimento da indústria de microeletrônica do Brasil.

A CEITEC é a única empresa sediada no Brasil com capacidade comprovada de prover solução completa para o desenvolvimento de chips para responder às demandas tecnológicas do Estado e da sociedade brasileira. Desde 2008, ano de sua criação, vem acumulando conquistas e resultados relevantes. Nos últimos anos, por exemplo, comercializou mais de 45 milhões de chips para o mercado privado e teve produtos certificados internacionalmente, o que demonstra sua interoperabilidade, respeito a requisitos operacionais e de segurança internacionais. O maior destaque, neste caso, é a recente certificação internacional de segurança Common Criteria obtida para o chip CTC21001 e seu software embarcado, destinado à inclusão em passaportes. Isso mostra que a CEITEC foi bem sucedida no domínio das competências necessárias ao projeto, à gestão da fabricação (em especial por terceiros) e ao processamento final, necessários à produção de chips com diferentes tecnologias.

O ano de 2016, mesmo marcado por desafios no cenário econômico e político nacional, foi de crescimento para a CEITEC, que aumentou o seu faturamento pelo quinto ano consecutivo. Apenas naquele ano foram comercializados mais de 17 milhões de chips. Em 2016 a empresa iniciou a comercialização do CTC13002, chip RFID UHF para aplicação em logística com certificação internacional EPC Global Gen2. Foi divulgado também um levantamento realizado pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) que apontou a CEITEC como a 44ª instituição que mais depositou patentes no Brasil em 2015 e a primeira entre as empresas públicas, resultado que comprova a efetividade dos esforços em valorizar e investir cada vez mais em propriedade intelectual, um dos principais ativos em empresas que atuam no segmento de alta tecnologia, como é o caso da CEITEC.

No ano de 2015, a CEITEC passou a disponibilizar ao mercado o chip CTC13100, para uso por empresas que desenvolvem soluções para o Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), e o chip CTC12100, desenvolvido a partir de uma parceria entre a empresa NOVUS e a CEITEC iniciada em 2011. O dispositivo mede e registra a temperatura de produtos sensíveis. Em 2015 ainda lançou o CTC13002, chip RFID UHF para aplicações em logística certificado no mais importante padrão para identificação eletrônica do planeta, o EPCglobal Class 1 Gen 2. O CTC13002 foi o primeiro circuito integrado de uma empresa do Hemisfério Sul a receber o certificado. No mesmo ano, a empresa deu início à operação de sua linha de micromódulos. A venda do serviço de encapsulamento em micromódulos ganhou força no decorrer de 2015. O ano ainda foi marcado por diversas premiações e certificações. Entre elas estão a certificação ISO 9001:2008, concedida à área de back-end da Fábrica, a Medalha Bronze no Prêmio Qualidade RS do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) e o Troféu Qualidade Comércio e Serviços, concedido durante o 8º Fórum Comércio e Serviços RS, entre outros.

No ano anterior, 2014, a CEITEC atingiu a marca de 15 milhões de unidades do chip CTC13001 produzidas e entregues a seus clientes, o que fez com que o faturamento da empresa mais que duplicasse com relação ao ano de 2013. Em 2014 a CEITEC também avançou mais no processo de transferência de tecnologia de produção de circuitos integrados. A Fábrica terminou o ano com mais de 70% das etapas de todo o processo de transferência qualificadas e com 99% dos equipamentos relacionados com a transferência de tecnologia comissionados, de forma a permitir os testes de processo.

Já 2013 foi marcado pela conquista, pela CEITEC, de seu primeiro R\$ 1 milhão de faturamento, alcançado principalmente a partir da venda de 6 milhões de unidades do CTC13001. Naquele ano a empresa ainda lançou um novo produto, o CTC13001T, chip com um sinal de entrada que pode ser utilizado na detecção de violação (*Tamper Detection*) do inlay. Ainda em 2013, o chip CTC13100, para rastreamento de veículos para atender ao programa Siniav, entrou em fase de produção em volume comercial. No mesmo período, a CEITEC obteve a conquista do reconhecimento de bem de informática e automação com tecnologia desenvolvida no país para o chip CTC13001. Trata-se do primeiro circuito integrado a alcançar tal status no Brasil. Em 2014 também houve a implantação do chamado “Módulo 4”, área que realiza serviços de beneficiamento de wafers (teste, afinamento e corte), fazendo com que a empresa se beneficie destes serviços na produção dos chips que disponibiliza ao mercado e ofereça estes mesmos serviços ao ecossistema regional de semicondutores.

Em 2012, o CTC11002 passou a ser utilizado nos brincos eletrônicos para identificação animal produzido pelo Grupo Fockink, empresa gaúcha especializada em produtos para o agronegócio. Em setembro daquele ano, a CEITEC também firmou parceria estratégica com a Casa da Moeda do Brasil para desenvolver o novo chip do passaporte brasileiro. Ainda em 2012, a CEITEC vendeu um lote de 100 mil unidades do chip CTC13001 para Flextronics Instituto de Tecnologia (FIT) para uso em cartuchos de impressoras da HP Brasil. Em 28 de novembro daquele ano foi celebrado Termo entre a Ceitec Associação e a CEITEC S.A., o qual tornou efetiva a reversão dos bens adquiridos e/ou produzidos pela Associação com recursos públicos federais, para todos os fins, sub-roga em seus direitos e obrigações, nos termos da autorização do art. 5º, § 3º, da Lei nº 11.759/2008, bem como da determinação do Tribunal de Contas da União por ocasião do julgamento do Processo TC-028.282/2010-8 (Prestação de Contas - Exercício 2009). Em 2012 foi realizado ainda o primeiro concurso público para contratação do quadro efetivo de colaboradores da empresa.

2011 foi marcado pela assinatura do contrato de transferência de tecnologia CMOS de 600 nanômetros com a empresa alemã X-Fab. Em 2011, a CEITEC iniciou a produção em volume comercial do seu primeiro produto, o CTC11002 (Chip do Boi) e anunciou a parceria com a empresa NOVUS para desenvolvimento do CTC12100, chip para registro de temperatura. No mesmo ano, a CEITEC apresentou o CTC13000, primeira versão de seu chip UHF para múltiplas aplicações em logística, e, no mês de julho, assumiu a operação e a manutenção do prédio da Fábrica.

O Prédio administrativo e o Design Center da CEITEC foram inaugurados em março de 2009. Entre fevereiro de 2009 e outubro de 2012, a empresa operava integralmente com um quadro de funcionários temporários. A partir de março de 2013 o quadro efetivo da empresa foi estruturado.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional

O sucesso da CEITEC nos próximos anos depende de diversos fatores inerentes ao mercado, ao ambiente externo, ao governo e à forma como a empresa for gerenciada. Diante do cenário da economia brasileira, a demanda por produtos eletrônicos será estável ou crescente, podendo levar ao aumento do consumo de circuitos integrados. Por um lado, essa é uma oportunidade para a CEITEC como empresa desenvolvedora e fabricante de chips. No entanto, esse é um desafio enorme para o Brasil, pois a importação de semicondutores é um item relevante no déficit comercial brasileiro.

Consciente deste cenário e do desafio de estabelecer a semente de todo um novo ecossistema produtivo, a CEITEC planejou sua estratégia para o período de 2012 a 2016. Este trabalho, que envolveu todas as áreas da empresa e recebeu orientação de consultoria especializada, está consolidado no documento “Plano Estratégico 2012-2016”.

Os objetivos estratégicos detalham como a CEITEC pretende cumprir sua missão. É importante ressaltar a opção pela priorização de objetivos, decidida durante a elaboração da estratégia. Dada a inexistência de histórico da CEITEC e de elementos de comparação na indústria nacional, a definição de metas precisas para todos os objetivos listados torna-se um exercício complexo e de pouca probabilidade de sucesso. Portanto, optou-se por estabelecer um subconjunto de objetivos que são revisados todos os anos. Ao longo do exercício de 2016 foram priorizados:

Ter receitas

Para conseguir o nível de sustentabilidade desejado, a CEITEC deve buscar novas fontes de receita (desenvolvimento de IPs, projetos de chips de aplicação específica, prestação de serviços de back-end, etc.) e o aumento da receita por fontes tradicionais (projeto e fabricação de chips).

Conquistar Clientes

A conquista de mercados de circuitos integrados com finalidade específica (ASIC) vem da necessidade de médio prazo de diversificação e ampliação de receita através dos programas sem intermédio do governo. Esse objetivo motiva a CEITEC a desenvolver soluções “de prateleira” (larga escala) e também a ser referência no mercado Brasileiro.

Desenvolver e consolidar processos de acordo com padrões internacionais de qualidade e de segurança do trabalho

O atendimento a padrões internacionais de qualidade e segurança, devidamente certificado, é condição para o ingresso no competitivo mercado de circuitos integrados.

Atrair, desenvolver e reter pessoas

Tocando a gestão estratégica de pessoas na organização, esse objetivo visa a sustentar todos os desafios propostos em processos internos através de mecanismos eficientes na atração, desenvolvimento e retenção dos colaboradores da CEITEC.

Desenvolver soluções com foco em RFID

Dentre as várias áreas onde as soluções tecnológicas oferecidas pela CEITEC são demandadas, acreditamos que a mais promissora para os próximos anos seja a identificação por radiofrequência (RFID) aplicada à Internet das Coisas. Desta forma, direcionamos o foco para estas áreas visando melhor sinergia entre a *Design House* e a Fábrica. Esperamos assim que o mercado reconheça a CEITEC como fornecedora de soluções com expertise e confiabilidade. Entretanto, isto não significa que rejeitaremos projetos em outras áreas que venham a ser demandados pelo mercado.

Aplicar tecnologias de gestão

Considerando a curva de maturidade em gestão que a CEITEC encontrará rumo ao alcance de sua visão, este objetivo concentra esforços em identificar quais são as tecnologias aplicáveis para cada ano e os respectivos mecanismos de Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação que darão suporte para execução dos processos internos.

Incentivar empresas brasileiras a serem usuárias de Microeletrônica

O objetivo em questão envolve esclarecer a indústria brasileira sobre as vantagens competitivas de agregar circuitos integrados de aplicação específica a seus produtos. Durante vários anos (décadas) a indústria brasileira dependeu inteiramente de circuitos integrados produzidos no exterior sem interação com o mercado local. Por isto, não há no país a cultura da indústria de bens e serviços procurar as fábricas de chips para atender suas demandas com soluções microeletrônicas desenvolvidas localmente.

Dominar os processos de fabricação

Após a fundação da CEITEC, muitos esforços têm sido realizados para colocar a Fábrica em operação, viabilizando o modelo de negócios que integra *Design House* e Fábrica. O domínio dos processos de fabricação impacta fortemente os objetivos de se tornar referência de mercado, diminuir custos e ampliar receitas.

Buscar excelência no planejamento da operação com processos de gestão

Integrar processos de gestão e operação é fundamental para que a CEITEC cumpra atributos básicos como qualidade, prazo e preço. Através da identificação, implementação e institucionalização dos processos de gestão administrativos, de projetos e fabris se construirá excelência na entrega de valor proposto pela CEITEC.

Os riscos foram identificados através de uma análise SWOT, em que se pode listar:

Fraquezas

- Pouca maturidade da equipe;
- Time to Market;
- Barreiras de entrada no mercado;
- Pouco peso junto a fornecedores.

Ameaças

- Processos muito lentos;
- Gestão de pessoal;
- Mecanismos de controle que não incidem sobre a concorrência;
- Lobby das multinacionais;
- Mudanças tecnológicas.

Durante o ano de 2016 os objetivos traçados e os resultados alcançados foram apresentados para toda a equipe de colaboradores para fins de conscientização da sua importância e coleta de informações visando criar metas eficazes quando da revisão do planejamento nos próximos anos.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos e metas estabelecidas para o exercício em decorrência do planejamento estratégico podem ser visualizados no item nº 2.2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho, quadro 9.

Os objetivos relacionados ao programa temático (2055 – Desenvolvimento produtivo) são: incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

2.1.2 Estágio da implementação do planejamento estratégico

A CEITEC em 2010 iniciou o processo para determinar seu Planejamento Estratégico. Ciente de estar em um ambiente com grandes desafios e num cenário de grande competitividade a CEITEC buscou um suporte externo para a definição do seu primeiro Planejamento Estratégico. A Fundação Instituto de Administração (FIA) foi o parceiro selecionado que trabalhou cerca de 6 meses na empresa fazendo a coordenação do processo juntamente com a Direção, Gestores e funcionários. Neste trabalho foram definidas: missão, visão, valores, políticas. Analisou-se o macro e micro ambiente, oportunidades e ameaças, pontos fortes e pontos fracos para estabelecer o cenário atual e traçar os plano estratégico para os próximos 5anos.

Para a elaboração do Plano Estratégico seguiu-se a metodologia Balanced Scorecard (BSC), buscando identificar os objetivos estratégicos para cada perspectiva: financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento. O próximo passo foi definir o mapa estratégico e os respectivos indicadores de desempenho.

A Ceitec desde 2011 vêm aprimorando o processo de Planejamento Estratégico, qualificando cada vez mais seus indicadores e atuando na melhoria da disseminação dos indicadores, metas, planos de ação. Possui claramente definido através de procedimentos operacionais o processo de atualização das informações, ações que devem ser tomadas quando o indicador não atinja a meta planejada. Possui um ambiente onde as informações são disponibilizadas para todos colaboradores. A análise destes indicadores é feita pela área responsável e pela Direção pelo menos uma vez por mês. A cada início de ano a estratégia e os indicadores selecionados para o ano corrente são apresentados a todos os colaboradores pela Presidência no auditório da empresa.

A empresa em 2016 monitorou 33 indicadores e acompanhou a adoção do Modelo de Excelência em Gestão da FNQ com a implementação do indicador de Aderência ao Modelo de Gestão. Em 2017 a empresa manteve o monitoramento de 33 indicadores estratégicos ao mesmo tempo em que trabalha para atualizar a sua missão, visão, valores e seus objetivos estratégicos.

A empresa neste momento está se estruturando para desenvolver o plano estratégico para os próximos 5 anos, podendo contar com suporte externo ou, na impossibilidade, desenvolver internamente com sua equipe.

O mapa estratégico e os objetivos estratégicos, os valores e a lista de indicadores controlados em 2016 segue a seguir (figuras 2 a 4):

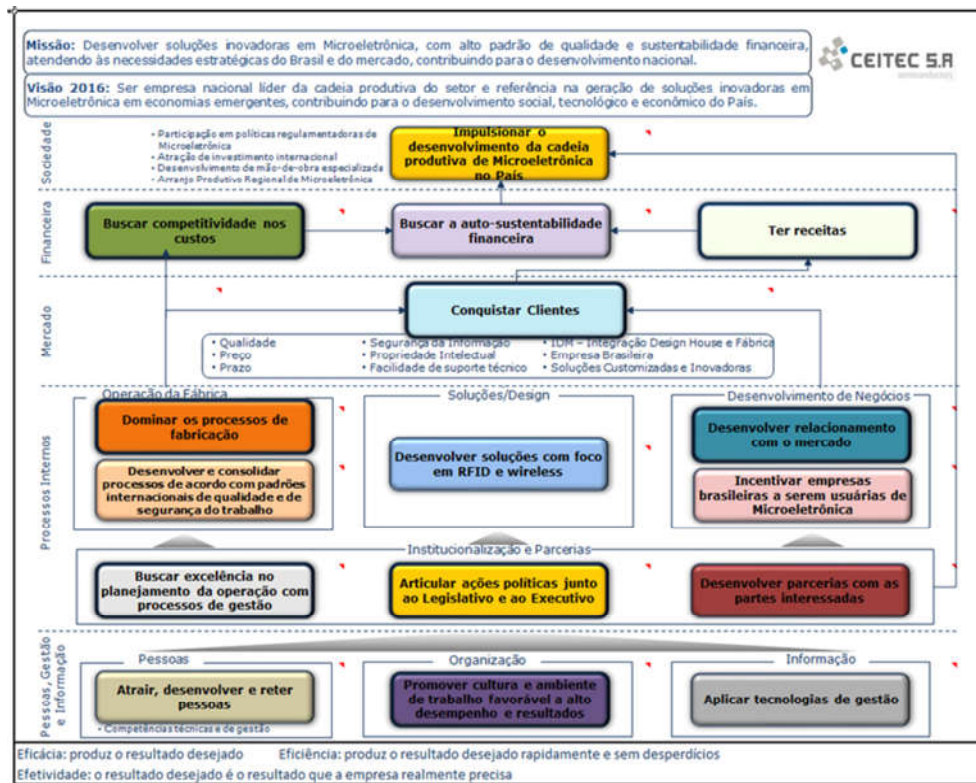


Figura 2- Mapa estratégico e objetivos estratégicos

CEITEC S.A. semiconductors		Valores
Pessoas		Atuar como centro formador de pessoas para a indústria de semicondutores no País.
Inovação		A alcançar e superar o patamar tecnológico mundial dos circuitos integrados que desenvolve.
Compromisso com o País		Contribuir para atender às necessidades estratégicas em circuitos integrados do Estado brasileiro.
Compromisso com o Cliente		Ofertar circuitos integrados de qualidade, a preços competitivos, atendendo às necessidades do mercado.
Qualidade de Gestão		Ser referência em qualidade de gestão na indústria de semicondutores brasileira.
Segurança		Garantir um ambiente de trabalho com nível de segurança no padrão mundial da indústria de semicondutores.
Responsabilidade Ambiental		Minimizar o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida dos seus produtos.

Figura 3- Valores

1	Faturamento	Mostra o valor total acumulado mensalmente de receitas com a venda de produtos e serviços.
2	Satisfação do cliente	Mostra o grau de satisfação dos clientes da CEITEC.
3	Taxa de frequência de acidentes com afastamento	Mostra a taxa de frequência de acidentes com afastamento que aconteceram na empresa no período.
4	Taxa de frequência de acidentes sem afastamento	Mostra a taxa de frequência de acidentes sem afastamento que aconteceram na empresa no período.
5	Acompanhamento de ações corretivas e preventivas	Apresenta o percentual de ações corretivas e preventivas finalizadas no prazo estipulado.
6	Rotatividade de colaboradores	Mede os desligamentos em relação ao efetivo médio em uma empresa
7	Comunicação Interna e Endomarketing	Avaliação positiva dos colaboradores sobre as ações de comunicação interna e ações de endomarketing
8	Acompanhamento da execução orçamentária	Acompanhar e analisar a execução orçamentária de Outras Despesas Correntes e Investimentos Meta 12.
9	Acompanhamento da execução financeira	Acompanhar e analisar a execução financeira de Outras Despesas Correntes e Investimentos Meta 12.
10	Otimização do processo de compras - Pregão	Mede o tempo médio das aquisições através da modalidade licitatória Pregão.
11	Otimização do processo de compras - Inexigibilidade	Mede o tempo médio das aquisições através de Inexigibilidades de licitação.
12	Otimização do processo de compras - Contratos	Mede o percentual de atendimento dos prazos de entrega (30 dias) da documentação de renovação pelos fiscais de contratos para o departamento de compras, possibilitando a renovação em um prazo adequado.
13	Disponibilidade dos serviços de TI	Mede a disponibilidade dos serviços de TI.
14	Risco fiscal trabalhista	Medir o grau de evolução do passivo trabalhista.
15	Acompanhamento da execução do PAINT	Mede a efetividade do cumprimento do PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna (planejado x realizado).
16	Disponibilidade de Linhas de Produção - Máquinas (DLPM)	Monitora a disponibilidade das linhas de produção considerando como linha disponível aquela em que há ao menos uma máquina não está em estados UDOWN e UNAVAIL para cada operação da linha. Trata-se de um indicador de manutenção de máquinas e facilities, não levando-se em consideração o uso efetivo das mesmas pela produção.
17	Eficiência do Cycle time - Back-end	Monitora os tempos de processo das etapas de fabricação dos produtos de Back-End em relação a valores de referência.
18	Yield de Linha - Back-end	Monitora os rendimentos percentuais de linha para as etapas de processo dos produtos de Back-End.
19	Qualificação de processo digital	MEDICÃO POSTERGADA PARA 2017
20	Fator de qualidade de tape-outs	Mostra o percentual de especificações de projeto (ASD) atingidas nos tape-outs realizados.
21	Defasagem na execução de Projetos	Mostra o nível de aderência de execução dos projetos frente ao planejamento.
22	Geração de propriedade intelectual	Mostra o número total acumulado de ativos de propriedades intelectual aprovados pelo Comitê de Inovação.
23	Produtos ou serviços lançados	Mostra o número de novos produtos ou serviços lançados
24	Aderência ao modelo de Gestão	Mede a evolução da adequação das práticas de gestão da CEITEC ao modelo de excelência (MEG)
25	Rodadas de tapeouts da tecnologia CEITEC	Mede o número de tapeouts da tecnologia CEITEC ofertados à empresas e instituições.
26	Redução de custos Fábrica	Mede a redução de custos de água, energia, nitrogênio
27	Grau de independência financeira	Mede o percentual de independência financeira da Ceitec
28	Efetividade de Propostas	Mostra o número de propostas enviadas que foram efetivamente convertidas em pedidos para a CEITEC.
29	Reputação cooperativa	Mede a avaliação positiva da CEITEC na mídia nacional e internacional e avaliação positiva da CEITEC entre os visitantes da empresa
30	Índice de qualificação de Fornecedores	Mede o índice de qualificação de fornecedores (IQF) do BackEnd com relação a qualidade do prazo de entrega e qualidade do produto entregue.
31	Ativação do plano de desenvolvimento organizacional	Mede o percentual de atendimento ao cronograma de ações definidas no plano de Desenvolvimento Organizacional.
32	Avaliação de desempenho	Mede o aumento de desempenho dos funcionários da CEITEC de acordo com os resultados da avaliação de desempenho
33	Horas de treinamento por ano por pessoa	Mostra o número de horas de treinamento por funcionário/ano

Figura 4- Tabela de indicadores 2016

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Vide item nº 2.1.2 Estágio da implementação do planejamento estratégico, figura 2 – Mapa estratégico e objetivos estratégicos.

2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Vide item nº 2.2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da unidade.

Quadro 2 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação								
Código	6432 Tipo: Atividade							
Título	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores							
Iniciativa								
Objetivo	Garantia da transferência de tecnologia do processo de fabricação de circuitos integrados; manutenção em condições de benchmarking internacional das instalações da fábrica e a operação da linha de produção, testes e encapsulamento de circuitos integrados; identificação e atendimento de demandas de mercado motivando e incentivando o desenvolvimento de circuitos integrados de aplicação específica; fornecimento de soluções em microeletrônica, assegurando a expectativa dos clientes quanto aos prazos, custos e qualidade, objetivando a incorporação em seus produtos de componentes semicondutores desenvolvidos no País; promoção a atração de investimentos em projeto e fabricação de circuitos integrados no Brasil; apoio a formação e capacitação de recursos humanos especializados em projeto e processo de fabricação de circuitos integrados; estímulo às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em parceria com universidades, centros de pesquisa e empresas, nacionais e internacionais, promovendo a excelência na área de microeletrônica, visando implantar no País uma cadeia produtiva microeletrônica, composta por uma cadeia de pesquisa, desenvolvimento, fabricação e comercialização de componentes semicondutores, que permita a incorporação desses dispositivos em produtos e processos de produção em diversos setores industriais, para atender às demandas estratégicas do Estado brasileiro e do mercado privado, com ganhos de produtividade, inovação, qualidade e competitividade.						Código: 0486	
Programa	Desenvolvimento Produtivo						Tipologia: Temático	Código: 2021
Unidade Orçamentária	24209 - CEITEC							
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras							
Lei Orçamentária do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
53.478.034,00	48.478.034,00	43.169.748,83	30.923.891,10	30.923.891,10	-	12.245.857,73		
Execução Física								
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta					
Ampliar de 9 para 25 o número de empreendimentos para a fabricação de componentes e dispositivos eletrônicos avançados.		Componente produzido	Prevista	Reprogramada	Realizada			
			11.092.790		18.679.808			
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas						
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada		
16.905.813,75	8.543.098,25	5.466.637,35	Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos		Componente produzido	17.120.000		

Fonte: Financeiro: Tesouro Gerencial. Físico: SIOP e informações da área pertinente

Quanto ao quadro referente as **Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS** - Todos os valores executados pela Ceitec em 2016 a título de Restos a pagar não processados se referem a ações previstas na LOA do exercício.

Assim como o **Quadro – Ações do Orçamento de Investimento** - A Ceitec não executa ações do Orçamento de Investimentos.

Análise crítica

A despesa fixada em 2016 para a Ação 6432 – Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores (integrante do Programa 2021) foi de R\$ 53.478.034,00.

No decorrer do ano, houve um cancelamento parcial da dotação, no valor de R\$ 5.000.000,00, de modo que terminamos com uma dotação orçamentária igual a R\$ 48.478.034,00. Não houve Suplementação ou créditos oriundos de Emendas Parlamentares.

Considerando que foi empenhado, no exercício, o valor de R\$ 43.169.748,83, foi cumprido 89% do orçamento final da CEITEC S.A. para este programa.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Dois fatores intervenientes no desempenho orçamentário em 2016 foram o menor volume financeiro recebido ao longo do primeiro semestre e o cancelamento parcial da dotação.

O menor volume financeiro nos trouxe incerteza acerca da nossa capacidade de honrar obrigações assumidas, nos levando a uma redução nas contratações e compras durante este período, o que acabou afetando nosso desempenho orçamentário.

O cancelamento parcial da dotação talvez tenha sido consequência da baixa execução orçamentária do primeiro semestre. Esta medida, por sua vez, reduziu nossa capacidade de empenho em cerca de 9%.

2.2.3 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 3– Realização das Receitas Próprias por Natureza

Fonte de Recursos	Natureza Receita	2016	2015
RECURSOS NAO-FINANCEIROS	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	4.417.582,46	4.573.833,02
DIRETAM. ARRECADADOS	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	6.560,55	

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 4 – Arrecadação Prevista X Realizada

Fonte de Recursos	Natureza Receita	Previsto 2016	Arrecadado 2016
RECURSOS NAO-FINANCEIROS	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	5.091.096,00	4.417.582,46
DIRETAM. ARRECADADOS	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.		6.560,55

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 5 – Comportamento do faturamento ao longo do exercício

Metas de Curto Prazo	Faturamento previsto	Faturamento realizado	%
jan/16	320.263	320.263	100
fev/16	628.213	774.254	123
mar/16	1.034.663	1.234.385	119
abr/16	1.825.263	2.036.902	112
mai/16	2.918.013	2.363.649	81
jun/16	4.108.363	2.822.745	69
jul/16	4.832.563	2.846.745	59
ago/16	5.396.063	3.320.341	62
set/16	6.633.563	3.554.056	54
out/16	7.584.513	3.808.969	50
nov/16	8.437.863	3.930.852	47
dez/16	9.000.000	4.117.673	46

Fonte: SIAFI Operacional

Carteira de clientes – Acumulado 2016 – Notas Fiscais emitidas

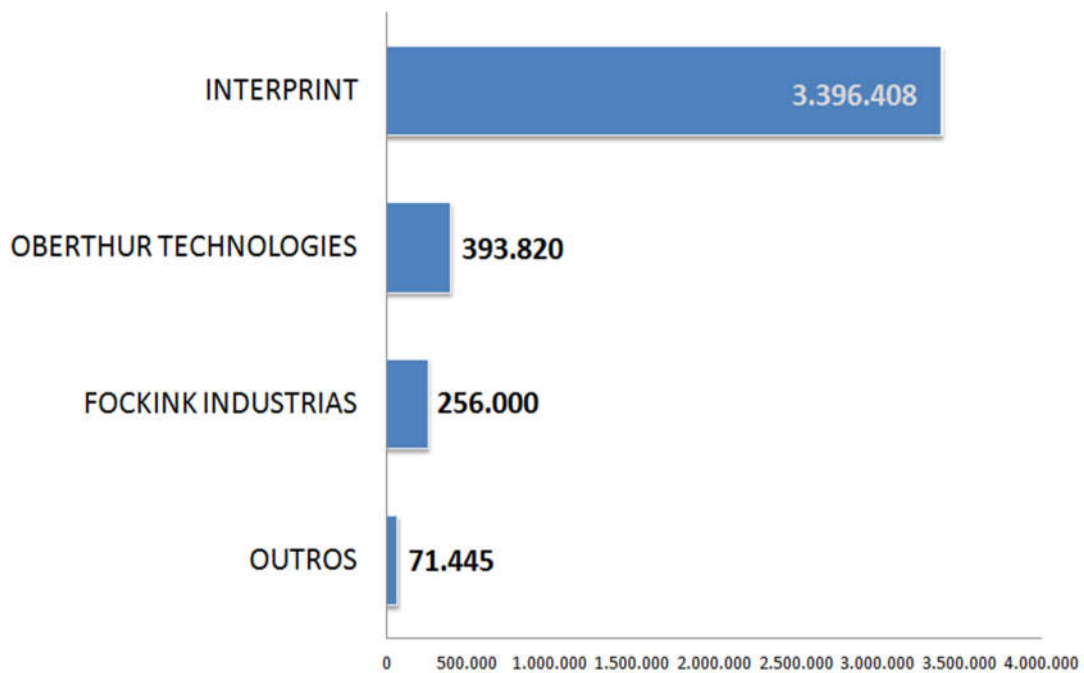


Figura 5- Notas Fiscais Emitidas

A receita realizada em 2016 ficou próxima da que havia sido realizada em 2015, mas inferior a esta, e, principalmente, inferior ao que havia sido previsto para o ano.

A diferença entre o previsto e o efetivamente arrecadado no ano na Natureza receita industrial – principal foi da ordem de R\$ 673.513,54, representando uma redução de 13%.

A CEITEC no exercício fiscal de 2015 sofreu forte diminuição de repasses financeiros (comparativamente aos exercícios de 2013 e 2014), da ordem de R\$ 9,0 milhões, considerados os recursos necessários para pagar despesas vinculadas à LOA/2015, e aos Restos a Pagar inscritos.

Essa descontinuidade no fluxo financeiro no ano anterior forçou a empresa a tomar medidas extremas com intuito de conter o crescimento das dívidas junto aos fornecedores – e essas medidas atingiram não apenas a parte de manutenção administrativa como, e principalmente, a manutenção e operação das atividades fabris.

Iniciando este exercício de 2016 com o déficit apontado acima, vários foram os impactos no negócio:

- - Projeto do Chip Passaporte Brasileiro: atraso de 6 meses no processo de certificação Common Criteria(certificação de segurança) do chip do passaporte por falta de pagamento ao prestador de serviço, que coloca em risco a certificação em si, impossibilitando o lançamento do produto no mercado. Salienta-se que houve um investimento da ordem de R\$30 Milhões de 2011 até 2015 neste produto. A demanda financeira para conclusão deste processo é da ordem R\$1,4 milhão, que não se concretizando até o fim do exercício impedirá a conclusão do processo de certificação e coloca em risco realtudo o investimento realizado. A expectativa de venda desde produto é da ordem de 1,5 Milhão de unidades ano, com expectativa de geração de receitas da ordem de R\$ 9 Milhões ano. Salienta-se que este produto é estratégico, pois coloca a CEITEC entre as 4 empresas globais que possui este tipo de produto. Em novembro de 2016, foi retomada a certificação do e-Passaporte, recebendo a recomendação positiva para certificação em dezembro de 2016 pelo laboratório certificador.
- - Atraso de mais de 12 meses no pagamento do equipamento de corte a laser da linha de produção, que está gerando um atraso na introdução do novo produto CTC13002 (RFID para logística e varejo) no mercado, embora ele tenha recebido certificação internacional em 2015 quando foi anunciado no evento RFID Journal Live. Atualmente a CEITEC detém 100% do mercado de RFID utilizando o PPB de cartuchos de tinta, impressoras e servidores desktop através de contrato com a VALID S.A., sua principal cliente. Hoje a VALID S.A. gera uma receita média estimada de R\$ 360.000,00/mês. Portanto, o impacto no segundo semestre pode chegar a mais R\$ 2 milhões na receita.
- - Atrasos de pagamentos com diversos fornecedores (wafers, insumos, equipamentos, peças), que colocam em risco a disponibilidade para venda de todos os produtos e serviços da CEITEC e conseqüente geração de receita.
- - Suspensão de investimentos em equipamentos, materiais e serviços, que bloqueiam o desenvolvimento e teste de novos produtos, portanto travando a rota de

desenvolvimento tecnológico. O ciclo de desenvolvimento de um circuito integrado é longo. Devido ao fluxo financeiro incerto e limitado as rodadas de fabricação para protótipos e testes foi suspensa, inclusive por existirem débitos com fornecedores. Isto terá impacto no lançamento de novos produtos, que afetará na receita própria da empresa em 2017 e 2018.

- - Suspensão de investimentos em estudos e associações, que reduzem significativamente a capacidade de negociar e alavancar novas vendas. Isto também terá impacto no lançamento de novos produtos, que afetará na receita própria da empresa em 2017 e 2018.
- Procedimentos de redução de custos operacionais
- Vários foram os impactos também no ambiente da linha de processamento de wafers (Fábrica). A fim de evitar um rápido crescimento da dívida da CEITEC, o corpo técnico procurou reduzir drasticamente o seu custeio, tomando medidas como:
 - - Otimização dos processos de operação, realizando o desligamento seletivo de diversos equipamentos e sistemas, gerando significativa redução de gastos com insumos como energia elétrica, água, gases, produtos químicos, entre outros. O prosseguimento desta política de redução de custos iniciada em 2015, uma redução superior a 28% em seu consumo de energia elétrica, de 36% no consumo de água e de 48% no consumo de nitrogênio, sempre comparados ao mesmo período de 2015.
 - - A escolha de quais equipamentos ou sistemas deveriam ser desligados, foi priorizada por manter funcionando aqueles que geram a maior parte do faturamento da CEITEC.
 - - Os desligamentos de certos equipamentos e sistemas parou por completo o desenvolvimento de novos produtos e serviços que podem vir a ajudar a empresa no seu faturamento futuro, bem como a amortização do investimento feito.
 - - Redução agressiva dos contratos de serviços e peças de manutenção.
- - A redução de serviços e peças de manutenção já está afetando os equipamentos atualmente prioritários. Tomando uma situação como exemplo, a CEITEC conta com 5 equipamentos para teste automático de seus chips, e hoje, apenas 1 deles está operando com 100% de sua funcionalidade. Se esse equipamento parar, a maior parte da produção da CEITEC pode ser forçada a parar também, diminuindo drasticamente o seu faturamento. Ao mesmo tempo, aqueles equipamentos que foram desligados (seja por escolha ou seja por falta de manutenção), podem gerar uma economia momentânea de recursos para ajustar o fluxo financeiro disponível e conter o crescimento do passivo. Porém, ao serem religados, provavelmente irão gerar um custo extra de manutenção que pode ser maior que a economia gerada no período. Caso o fluxo financeiro não se restabeleça, o faturamento esperado da CEITEC para o segundo semestre pode ser reduzido drasticamente face à inoperância dos equipamentos e a incapacidade financeira para contratação dos serviços técnicos necessários para sua manutenção.

Resultado do Negócio

Historicamente a empresa tem apresentado crescimento anual em termos de vendas. Desde o seu primeiro faturamento em 2012, até maio de 2016, a empresa já havia entregue ao mercado mais de 40 milhões de chips.

No ano de 2016, entrou em produção em volume o produto CTC13002, novo chip RFID UHF para aplicação em logística com certificação internacional EPC Gen2. Em junho foi disparada a produção de 800 wafers deste que deve ser o sucessor do CTC13001V3 que entrou em comercialização em novembro 2016.

Apesar da forte recessão do mercado, a empresa conseguiu em 2016 manter um nível de produção e faturamento superior ao que apresentou no ano anterior. O quadro abaixo resume o número de unidades vendidas de janeiro até dezembro de 2016.

Quadro 6 – Unidades vendidas de janeiro até dezembro 2016

Produto	Unidades
Subtotal CTC11002 em Inlay	235.900
Subtotal CTC12100	10
Subtotal CTC13001 V3	12.580.000
Subtotal CTC13002	730.000
Subtotal CTC13100	80
Micro Módulos - MM	5.133.811
Amostras	2
Serviços Teste, Afinamento e Corte	5
Total de Unidades - Chips / MM / Serv	18.679.808

A CEITEC iniciou em julho/2016 o desenvolvimento de um chip passivo para cobrança automática de pedágio e estacionamento que implementa o protocolo Artefato utilizado no Estado de São Paulo, buscando agregar um maior volume de produtos ao seu portfólio. Sua previsão de lançamento ao mercado é o final do primeiro semestre de 2017.

2.2.4 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 7 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	19.177.487,24	28	25.223.110,60	33	19.177.487,24	28	21.894.602,75	30
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	103.947,39	0	-	-	103.947,39	0
c) Concorrência	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Pregão	19.175.781,43	28	25.116.432,88	33	19.175.781,43	28	21.787.985,81	30
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1.705,81	0	2.730,33	0	1.705,81	0	2.669,55	0
2. Contratações Diretas (h+i)	10.974.435,75	16	13.867.695,34	18	10.974.435,75	16	13.267.057,19	18
h) Dispensa	5.780.766,82	9	6.421.632,77	8	5.780.766,82	9	6.378.459,33	9
i) Inexigibilidade	5.193.668,93	8	7.446.062,57	10	5.193.668,93	8	6.888.597,86	9
3. Regime de Execução Especial	7.228,21	0	4.326,47	0	7.228,21	0	4.326,47	0
j) Suprimento de Fundos	7.228,21	0	4.326,47	0	7.228,21	0	4.326,47	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	35.044.594,89	52	34.199.253,98	45	35.044.554,94	52	34.099.637,68	47
k) Pagamento em Folha	34.953.334,45	52	34.035.580,84	44	34.953.294,50	52	33.937.544,88	47
l) Diárias	91.260,44	0	163.673,14	0	91.260,44	0	162.092,80	0
5. Outros	2.591.856,45	4	3.473.097,93	5	2.591.856,45	4	3.470.719,43	5
6. Total (1+2+3+4+5)	67.795.602,54	100	76.767.484,32	100	67.795.562,59	100	72.736.343,52	100

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 8 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
1. Despesas de Pessoal									
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.794.187,70	25.771.755,12	24.794.187,70	24.660.615,62	-	1.111.139,50	24.794.147,75	24.562.579,66	
OBRIGACOES PATRONAIS	9.181.697,55	9.625.080,54	9.181.697,55	8.673.804,00	-	951.276,54	9.181.697,55	8.673.804,00	
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	1.259.529,94	702.090,67	977.449,20	701.161,22	282.080,74	929,45	977.449,20	701.161,22	
2. Juros e Encargos da Dívida									
3. Outras Despesas Correntes									
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	32.922.185,99	35.118.779,27	25.101.119,38	26.103.742,93	7.821.066,61	9.015.036,34	25.101.119,38	23.663.875,55	
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	6.934.934,42	12.345.276,92	3.561.092,31	9.960.823,78	3.373.842,11	2.384.453,14	3.561.092,31	9.099.293,90	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
4. Investimentos									
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.882.496,71	4.911.533,88	4.038.886,40	4.426.046,21	843.610,31	485.487,67	4.038.886,40	4.000.594,56	
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	372.477,82	3.006.660,85	141.170,00	2.241.290,56	231.307,82	765.370,29	141.170,00	2.035.034,63	
5. Inversões Financeiras									
6. Amortização da Dívida									
2. Juros e Encargos da Dívida									

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Repetindo o ocorrido no ano de 2015, em 2016 a modalidade de licitação mais expressiva em termos de valores foi o Pregão.

2.2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Nos relatórios de cada indicador estão definidas responsabilidades, frequência, critério de medição e fórmula se são indicadores de eficácia ou eficiência.

A análise crítica dos indicadores é realizada pelo responsável do indicador e nas reuniões da Diretoria Executiva.

Os indicadores de desempenho também são acompanhados pelo Conselho de Administração e trimestralmente pelo Conselho Fiscal.

Os resultados discrepantes, ou seja, indicadores que apresentam resultados abaixo da meta devem necessariamente ter um plano de ação para reverter a tendência adversa.

Os planos de ação são postados também no diretório corporativo até o quinto dia útil de cada mês ficando disponível para visualização e acompanhamento de todos.

Abaixo segue a apresentação dos indicadores monitorados em 2016:

Quadro 9 – Situação final dos Indicadores

Objetivo Estratégico	Indicador	Descrição do indicador	Fórmula	Periodicidade da medição	Índice previsto	Resultado alcançado	Status
Ter Receitas	Faturamento	Mostra o valor total acumulado mensalmente de receitas com a venda de produtos e serviços	$A = B + C + D + E$, onde: A = Faturamento B = Receita de circuitos integrados C = Beneficiamento de wafers D = Micro-módulos E = Outros	Mensal	Faturar R\$ 6 milhões	Faturamento de R\$ 4,4 milhões	Não atendido
Conquistar Clientes	Satisfação dos Clientes	Mostra o grau de satisfação dos clientes da CEITEC	$A = (\sum B) / N$, onde: A = Representa o nível de satisfação do cliente. B = Percentual de satisfação dos clientes pesquisados. N = Número de relatórios de pesquisa respondidos.	Anual	Obter no mínimo 70% de satisfação dos clientes das pesquisas	Foi alcançado o índice de 79% de satisfação	Atendido
Desenvolver e consolidar processos de acordo com padrões internacionais de qualidade e de segurança do trabalho	Frequência de acidentes com afastamento	Mostra a taxa de frequência de acidentes com afastamento que aconteceram na empresa no período	$A = (\text{número de acidentes com afastamento} * 1.000.000) / \text{Horas-Homem de exposição ao risco}$	Mensal	Taxa máxima de 27 (Referência da norma técnica)	Atingiu-se uma taxa média de 4 para este indicador	Atendido
	Frequência de acidentes sem afastamento	Mostra a taxa de frequência de acidentes sem afastamento que aconteceram na empresa no período	$A = (\text{número de acidentes sem afastamento} * 1.000.000) / \text{Horas-Homem de exposição ao risco}$	Mensal	Taxa máxima de 27 (Referência da norma técnica)	Atingiu-se uma taxa média de 0 para este indicador	Atendido
	Ações corretivas e preventivas	Apresenta o percentual de ações corretivas e preventivas finalizadas no prazo estipulado	$A = \text{Número de ações corretivas fechadas no prazo} / \text{Total de ações planejadas para fechamento no mês}$	Mensal	Atingir 85% dos prazos previstos para fechamento das ações corretivas e preventivas	94% das ações corretivas e preventivas foram fechadas no prazo	Atendido
Atrair, desenvolver e reter pessoas	Rotatividade de colaboradores	Mede os desligamentos em relação ao efetivo médio em uma empresa	$A = (\text{n}^\circ \text{ de demissões acumuladas} / \text{n}^\circ \text{ de funcionários ativos no último dia do mês anterior}) * 100$	Mensal	Turnover menor que 12% do quadro	Turnover foi de 12,2%	Não atendido

Objetivo Estratégico	Indicador	Descrição do indicador	Fórmula	Periodicidade da medição	Índice previsto	Resultado alcançado	Status
	Comunicação Interna e Endomarketing	Avaliação positiva dos colaboradores sobre as ações de comunicação interna e ações de endomarketing	<p>Avaliação positiva dos colaboradores sobre as ações de comunicação interna (APCIN) = percentual de colaboradores que qualificaram como "ótima" ou "boa" as ações de comunicação interna executadas após aplicação de pesquisa de satisfação</p> <p>Avaliação positiva dos colaboradores sobre as ações de endomarketing (APCEN) = percentual de colaboradores que qualificaram como "ótima" ou "boa" as ações de endomarketing executadas após aplicação de pesquisa de satisfação</p> <p>(APCIN + APCEN)/2</p>	Semestral	Obter no mínimo 70% de avaliações positivas sobre as ações de comunicação e endomarketing	Obteve-se 91% de avaliação positiva por parte dos colaboradores sobre as ações de comunicação interna e de endomarketing	Atendido
Buscar excelência no planejamento da operação com processos de gestão	Acompanhamento da execução orçamentária	Acompanhar e analisar a execução orçamentária de Outras Despesas Correntes e Investimentos Meta 12	A = Valor Empenhado/Dotação Autorizada	Mensal	Atingir 100% do acompanhamento da execução orçamentária	81% do orçamento foi executado	Não atendido
	Acompanhamento da execução financeira	Acompanhar e analisar a execução financeira de Outras Despesas Correntes e Investimentos Meta 12	A = Valor Pago/(Valor Empenhado*0,63) (pois a Meta é pagar 63% do empenhado, o que, na planilha do Indicador, representa 100% de atendimento ao item)	Mensal	Atingir 100% do acompanhamento da execução financeira	Atingiu-se 92% do acompanhamento da execução financeira	Não atendido
	Otimização do processo de compras – Pregão	Mede o tempo médio das aquisições através da modalidade licitatória Pregão	A = $\Sigma(B^1 : B...)/C$, onde: A = Tempo médio ponderado B = Tempo do processo em dias C = Numero de processos	Mensal	Obter 60 dias de tempo médio nas aquisições através da modalidade licitatória Pregão	Atingiu-se uma média de 86 dias de processo para aquisições via Pregão	Não atendido
	Otimização do processo de compras - Inexigibilidade	Mede o tempo médio das aquisições através de Inexigibilidades de licitação	A = $\Sigma(B^1 : B...)/C$, onde: A = Tempo médio ponderado B = Tempo do processo em dias C = Numero de processos	Mensal	Obter 70 dias de tempo médio nas aquisições através de Inexigibilidade de licitação	Atingiu-se uma média de 59 dias de processo para aquisições Inexigíveis de licitação.	Atendido

Objetivo Estratégico	Indicador	Descrição do indicador	Fórmula	Periodicidade da medição	Índice previsto	Resultado alcançado	Status												
	Otimização do processo de compras – Contratos	Mede o percentual de atendimento dos prazos de entrega (30 dias) da documentação de renovação pelos fiscais de contratos para o departamento de compras, possibilitando a renovação em um prazo adequado	$A = (\text{N}^\circ \text{ de renovações no prazo} / \text{total de renovações}) \times 100$	Mensal	Atingir 100% no atendimento dos prazos de entrega da documentação de renovação pelos fiscais de contratos para o departamento de compras	Ao final do ano 100% dos prazos de entrega da documentação foram atendidos	Atendido												
	Disponibilidade dos serviços de TI	Média da disponibilidade dos serviços	A= Mede a disponibilidade dos serviços de TI	Mensal	Atingir 98% da disponibilidade dos serviços de TI	Atingiu-se uma média de 99,4% da disponibilidade dos serviços de TI	Atendido												
	Risco fiscal trabalhista	Medir o grau de evolução do passivo trabalhista	A= Valores desembolsados em causas transitadas em julgado	Mensal	Desembolsar no máximo R\$ 150.000,00 em causas trabalhistas	Foram pagos R\$ 14.581 em causas trabalhistas no ano	Atendido												
	Acompanhamento da execução do PAINT	Mede a efetividade do cumprimento do PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna (planejado x realizado)	A= % Execução do Plano de Auditoria Interna (realizado/planejado)	Mensal	Obter 95% da efetividade do cumprimento do PAINT- Plano Anual de Auditoria Interna	Obteve-se 150% da efetividade do cumprimento do PAINT	Atendido												
Dominar os processos de fabricação	Disponibilidade de Linhas de Produção - Máquinas (DLPM)	Monitora a disponibilidade das linhas de produção considerando como linha disponível aquela em que há ao menos uma máquina não está em estados UDOWN e UNAVAIL para cada operação da linha. Trata-se de um indicador de manutenção de máquinas e facilities, não levando-se em consideração o uso efetivo das mesmas pela produção	$DLPM = \text{Indicador de Disponibilidade de Linhas de Produção - Máquinas}$ $DLPM_linha = 100 * \text{Tempo útil em que ao menos uma das máquinas redundantes para cada operação da linha estiveram em estado UP} / \text{Tempo útil total}$ <table style="margin-left: 40px;"> <thead> <tr> <th>LINHA</th> <th>PESO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CTC13001(ou 2)</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>CTC21001</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>CTC13100</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>OBERTUR</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>BEOL</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	LINHA	PESO	CTC13001(ou 2)	5	CTC21001	1	CTC13100	5	OBERTUR	5	BEOL	1	Trimestral	Atingir 78% da disponibilidade de Linhas de Produção	Obteve-se 91,1% da disponibilidade de Linhas de Produção	Atendido
LINHA	PESO																		
CTC13001(ou 2)	5																		
CTC21001	1																		
CTC13100	5																		
OBERTUR	5																		
BEOL	1																		

Objetivo Estratégico	Indicador	Descrição do indicador	Fórmula	Periodicidade da medição	Índice previsto	Resultado alcançado	Status
	Eficiência de Cycle time - Back-end	Monitora os tempos de processo das etapas de fabricação dos produtos de Back-end em relação a valores de referência	$CTBE = \text{MÉDIA} (100 * \text{REFERÊNCIA_produto} / \text{CT_produto})$ CTBE = Indicador Eficiência de Cycle Time - Back-end CT_produto = Soma dos tempos médios de produção sobre todas as etapas do produto em consideração que tiveram produção no período avaliado REFERÊNCIA_produto = Valor de referência para o Cycle Time do produto em consideração. Para CTCI3001, este valor de referência é de 13 dias. À medida em que outros produtos entrarem no cálculo ao longo do ano, seus valores de referência serão publicados. A média é realizada sobre todos os produtos de Back-end que tiveram ao menos um lote finalizado em cada uma de suas etapas durante o período avaliado e que estão modelados no Sistema de Execução de Manufatura da fábrica. Se CT_Produto < REFERÊNCIA_produto, será considerado CT_Produto = REFERÊNCIA_produto	Mensal	Atingir 86% de eficiência no tempo de processo das etapas de fabricação dos produtos de Back-end	Obteve-se uma média de 86% de eficiência de Cycle time no Back-end	Atendido
	Yield de Linha - Back-end	Monitora os rendimentos percentuais de linha para as etapas de processo dos produtos de Back-end	$YLBE = \text{MÍNIMO} (\text{Yield_de_linha_de_produto})$ $\text{Yield_de_linha_de_produto} = \text{MÍNIMO} (\text{Yield_de_linha_de_etapa})$ $\text{Yield_de_linha_de_etapa} = 100 * (1 - (\text{perdas na etapa durante o período}) / (\text{total de unidades finalizadas na etapa durante o período}))$ onde YLBE é o indicador de Yield de linha - Back End e é calculado sobre todos os produtos de Back-End Yield_de_linha_de_produto é calculado sobre todas as etapas do produto que tiveram alguma unidade produzida durante o período	Trimestral	Obter 98% de rendimento na linha para as etapas de processo dos produtos de Back-end	Obteve-se 99,7% de rendimento na linha para etapas de processo dos produtos de Back-end	Atendido

Objetivo Estratégico	Indicador	Descrição do indicador	Fórmula	Periodicidade da medição	Índice previsto	Resultado alcançado	Status
Desenvolver soluções com foco em RFID e wireless	Fator de qualidade de tape-outs	Mostra o percentual de especificações de projeto (ASD) atingidas nos tape-outs realizados	$A = \text{somatória}(B/C) / D$, onde A = Fator de Qualidade de Tape-outs B = Número de especificações atingidas no Tape-out C = Número de especificações definidas para o Tape-out D = Número de Tape-outs	Mensal	Atingir 95% de especificação de projeto (ASD) nos tape-outs realizados	98% das especificações de projeto foram atingidas	Atendido
	Defasagem na execução de Projetos	Mostra o nível de aderência de execução dos projetos frente ao planejamento	$A = \sum [(Tr - Tp) / Tp] / P$ onde: A = nível de aderência de execução dos projetos Tp = Tempo planejado do projeto para o valor executado Tr = Tempo real executado do projeto P = Número total de projetos no período	Mensal	Atingir até 30% de nível de aderência de execução dos projetos frente ao planejamento	Obteve-se uma média de 10% de nível de aderência de execução dos projetos frente ao planejamento	Atendido
	Geração de propriedade intelectual	Mostra o número total acumulado de ativos de propriedades intelectuais aprovados pelo Comitê de Inovação	Quantidade de ativos de propriedades intelectuais = (Patentes de invenção + Patente de modelo de utilidade + Desenho industrial + Topografia de CI + Artigo)	Mensal	Obter 15 propriedades intelectuais aprovadas pelo Comitê de Inovação	12 propriedades intelectuais foram aprovadas pelo Comitê de Inovação	Não atendido
	Produtos ou serviços lançados	Mostra o número de novos produtos ou serviços lançados	A = Número de produtos lançados	Semestral	Obter 2 lançamentos de novos produtos ou serviços	2 novos produtos ou serviços foram lançados	Atendido
Aplicar tecnologias de gestão	Aderência ao modelo de Gestão	Mede a evolução da adequação das práticas de gestão da CEITEC ao modelo de excelência (MEG)	A = Número de aspectos da prática de gestão sem necessidade de planos de melhorias / somatório de todos os aspectos de todas as práticas de gestão	Mensal	Obter 81% de evolução da adequação das práticas de gestão da CEITEC	Obteve-se 81,1% de evolução das práticas de gestão	Atendido
Incentivar empresas brasileiras a serem usuárias de Microeletrônica	Rodadas de tapeouts da tecnologia CEITEC	Mede o número de tapeouts da tecnologia CEITEC ofertados à empresas e instituições	Número de tapeouts	Quadrimestral	Obter 3 tapeouts da tecnologia CEITEC ofertados à empresas e instituições	Obteve-se 2 tapeouts da tecnologia CEITEC ofertados à empresas e instituições	Não atendido

Objetivo Estratégico	Indicador	Descrição do indicador	Fórmula	Periodicidade da medição	Índice previsto	Resultado alcançado	Status
Buscar competitividade nos custos	Redução de custos Fábrica	Mede a redução de custos de água, energia e nitrogênio	$RCF = RCE + RCA + RCN$ RCF = Indicador redução de custos de fábrica (Valor Acumulado no ano) $RCE = (\text{Consumo de energia do mês} - \text{consumo de energia do mesmo mês no ano passado}) * \text{tarifa atual de energia}$ $RCA = (\text{consumo de água do mês} - \text{consumo de água do mesmo mês ano passado}) * \text{tarifa atual de água}$ $RCN = (\text{Consumo de nitrogênio do mês} - \text{consumo de nitrogênio do mesmo mês no ano passado}) * \text{tarifa atual de nitrogênio}$	Mensal	Obter R\$ 1.080.000 de redução de custos de água, energia e nitrogênio.	Obteve-se a redução de R\$ 2.370.082 em custos de água, energia e nitrogênio.	Atendido
Buscar auto-sustentabilidade financeira	Grau de independência financeira	Mede o percentual de independência financeira da CEITEC	$A = (\text{faturamento} / \text{total pago LOA}) * 100$	Trimestral	Obter 11% de independência financeira	14,52% da independência financeira foi alcançada	Atendido
	Efetividade de Propostas	Mostra o número de propostas enviadas que foram efetivamente convertidas em pedidos para a CEITEC	$EP = \text{Propostas Convertidas em ordem de compra no Período} / \text{Total de Propostas do Período}$	Trimestral	Obter 20% da efetividade de propostas enviadas e convertidas em pedidos para a CEITEC	60% da efetividade de propostas enviadas e convertidas em pedidos para a CEITEC	Atendido
Desenvolver relacionamento com o mercado	Reputação corporativa	Mede a avaliação positiva da CEITEC na mídia nacional e internacional e avaliação positiva da CEITEC entre os visitantes da empresa	$IPCM$ (Imagem positiva com a mídia nacional e internacional) APV (Avaliação positiva da CEITEC entre visitantes da empresa) $(IPCM + APV) / 2$	Trimestral	Obter 90% de satisfação na avaliação positiva na mídia nacional e internacional e na avaliação entre os visitantes da empresa	Atingiu-se 97% de satisfação nas avaliações positivas da CEITEC na mídia nacional e internacional e na avaliação entre os visitantes da empresa	Atendido
Desenvolver parcerias com as partes interessadas	Índice de qualificação de Fornecedores	Mede o índice de qualificação de fornecedores (IQF) do Back-end com relação a qualidade do prazo de entrega e qualidade do produto entregue	$IQE = \text{Índice de qualidade de entrega}$ $IQP = \text{Índice de qualidade do produto}$ $IQF = 0,40 \times IQE + 0,60 \times IQP$	Mensal	Obter 80% de índice de qualificação de fornecedores do Back-end com relação a qualidade do prazo de entrega e qualidade do produto entregue	Obteve-se 100% de índice de qualificação de fornecedores do Back-end	Atendido

Objetivo Estratégico	Indicador	Descrição do indicador	Fórmula	Periodicidade da medição	Índice previsto	Resultado alcançado	Status
Promover cultura e ambiente de trabalho favorável a alto desempenho e resultados	Efetivação do plano de desenvolvimento organizacional	Mede o percentual de atendimento ao cronograma de ações definidas no plano de Desenvolvimento Organizacional	$A = (\text{Ações executadas no prazo} / \text{Total de ações definidas}) \times 100$	Mensal	Obter 100% de atendimento ao cronograma de ações definidas no plano de Desenvolvimento Organizacional	Obteve-se 75% do atendimento ao cronograma de ações definidas no plano de Desenvolvimento Organizacional	Não atendido
	Avaliação de desempenho	Mede o aumento de desempenho dos funcionários da CEITEC de acordo com os resultados da avaliação de desempenho	$A = \text{Total de Pontos da Avaliação} / \text{N}^\circ \text{ de Empregados Avaliados}$	Anual	Obter 120 na avaliação de desempenho dos funcionários	Obteve-se 125 na avaliação de desempenho dos funcionários	Atendido
	Horas de treinamento por ano por pessoa	Mostra o número de horas de treinamento por funcionário/ano	$A = \text{Horas de treinamento realizadas} / \text{número de funcionários}$	Mensal	Obter 60 horas de treinamento por funcionário/ano	Foram obtidas 50,31 horas de treinamento por funcionário/ano	Não atendido

Fonte: Departamento de Qualidade

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da CEITEC S.A. conta atualmente com os seguintes órgãos/colegiados:

- ✓ Conselho Fiscal;
- ✓ Conselho de Administração;
- ✓ Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação – CGSTI;
- ✓ Auditoria Interna; e
- ✓ Auditoria Externa.

Para a aprovação dos demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da CEITEC S.A., o Conselho de Administração conta com o auxílio de auditoria externa independente, conforme faculta o Estatuto da empresa.

3.2 Atendimento à Lei das Estatais -

Em atendimento as demandas requeridas pela Lei nº 13.303/16, bem como demais legislações correlatas, a Diretoria Executiva da CEITEC está trabalhando na criação de uma Diretoria de Governança, Riscos e Controles, que será responsável por nortear os trabalhos de integridade/*compliance* na instituição.

Esta necessidade de reorganização estatutária ocorreu pela vacância atual de duas diretorias na empresa, o que não foi possível ainda ser efetivada devido as exigências impostas pelo avanço dos resultados financeiros da empresa.

Sendo assim, em 30/03/2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração que a Diretoria Administrativa-Financeira (DAF) fique provisoriamente responsável por conduzir dos trabalhos pertinentes a implementação dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16 e demais legislações que versam sobre estes temas.

O desenvolvimento da Gestão de Riscos pode ser melhor visualizado no item nº 3.7, que trata especificamente da Gestão de Riscos e Controles Internos.

Ressalta-se que, em 2016 com a troca da gestão, houve fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna com a ampliação da sua força de trabalho conforme descrito junto ao item nº 3.5 Atuação da unidade de auditoria interna, onde de 01 auditor passaram a compor a equipe mais 02 auditores nomeados em dezembro de 2016.

Ainda em junho de 2016 foi instituído e nomeado o primeiro Comitê de Ética da empresa, através da Portaria CEITEC nº 46, de 28/06/2016, constando nas atribuições a elaboração de proposta de Código de Ética Profissional coerente com as atividades específicas da instituição para aprovação da Diretoria e Conselho de Administração.

Após estudo inicial da legislação existente ocorreram as primeiras ações de capacitação, contatos com outros comitês e a elaboração de regimento interno nos moldes requeridos pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR. Na sequência, propostas para o Código de Ética da empresa foram discutidas com a presidência e, a partir disso, o Comitê de Ética iniciou a elaboração do documento. Atualmente, o Código de Ética elaborado pelo Comitê de Ética encontra-se em fase final de aprovação pela Diretoria Executiva para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração.

Estima-se que até o final de junho do corrente ano o Código esteja aprovado pela Alta Administração para que seja amplamente divulgado para os colaboradores, na *intranet* e no site da empresa.

No dia 19/01/2017, foi publicada no DOU a Portaria CEITEC nº 10, de 18/01/2017, instituindo a Comissão Interna Transitória e Não Estatutária, para exercer temporariamente as competências de que trata o inciso I do caput do art. 21 do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, no âmbito da CEITEC S.A.

Esta Comissão visa atender a eventual necessidade de adequação da composição dos integrantes do Conselho de Administração e da diretoria, segundo as novas disposições legais vigentes.

No dia 17/04/2017, foi instituído o Grupo de Trabalho - GT para elaboração de estudos relacionados à implementação da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016 e Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, no âmbito da CEITEC S.A.

O referido GT foi instituído por meio da Portaria CEITEC nº 30 de 17/04/2017 e tem por competências: apresentar cronograma de trabalho para aprovação da Diretoria Executiva, realização de estudos, elaboração de roteiros e relatórios relacionados à matéria.

De acordo com a Portaria supracitada, o GT terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta portaria, para conclusão e apresentação dos trabalhos finais à diretoria desta companhia.

As ações a serem trabalhadas pelo GT estão mapeadas da seguinte forma:

Quadro 10 – Ações GT

TEMA	LEI 13.303/16	DECRETO 8.945/16	RES. CGPAR	PRAZO PARA ATENDIMENTO	RESPONS.	AÇÕES A SEREM TOMADAS
Auditoria Interna	Art. 9º Parágrafo §3º	Art. 17	2	28/11/2011	AUDIN	Atendido em 09/09/2011, conforme Ata de Reunião do CADM nº 25.
Conselho de Administração (diretrizes)	Art. 13 Inciso III	Art. 24 Inciso III	3	28/11/2011	CONJUR / RH	Atendido parcialmente - Avaliação formal de desempenho da Diretoria e do Conselho de Administração (A avaliação da DIREX foi realizada pelo CADM em reunião do dia 20/02/2017).
Site e canal de denúncias	Art. 9º Parágrafo §1º Inciso III	Art. 18 Inciso III	5	07/04/2016	Comunicação	Código de ética; Composição dos conselhos de administração e fiscal, extrato das atas de assembleias gerais, quando for o caso; Currículo profissional resumido dos membros dos órgãos societários de administração e fiscalização e canal de denúncias.
Auditoria Externa	Art. 7º	Art. 12 e único	6	07/10/2016	Contabilidade	Atendido em 09/10/2016.
Plano de trabalho do Conselho Fiscal	Não se aplica	Não se aplica	7	30/03/2017	AUDIN	Atendido - Auto avaliação foi realizada na reunião nº 90 do CFIS no dia 21/03/2017.
Código de Conduta	Art. 9º Parágrafo §1º	Art. 18	10	30/06/2018	Comitê de Ética / Financeiro	O Programa de Integridade e Código de Conduta, que deverá ser implementado até o dia 30/06/2018.
Governança de TI	Não se aplica	Não se aplica	11	10/05/2018	Departamento de TI	Deverá ser implementado até o dia 10/05/2018.
Comitê de Auditoria Estatutário	Art. 24 e 25	Art. 38, 39, 57,	12	30/06/2018	CONJUR	De acordo com o Ofício Circular nº 83/2017-MP, recebido em 22/02/2017, as empresas deverão adaptar seus Estatutos Sociais conforme modelo padrão disponibilizado no endereço eletrônico do SEST/MP: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes/estatuto-padrao/estatuto-padrao-empresas-de-pequeno-porte/view
Comitê de Elegibilidade	Art. 10	Art. 21	Não se aplica			
Conselho de Administração (competências)	Art. 18	Art. 32	16	dez/17		
Estatuto Social	Art. 6º	Art. 24			AUDIN	A CGPAR em 24/04/2017 disponibilizou o cronograma e estabeleceu o prazo de até dezembro/2017 para as estatais dependentes convocarem a Assembleia geral para adaptar seus Estatutos Sociais à Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016) e Decreto nº 8.945/2016 que a regulamentou.
Conselho Fiscal	Art. 26	Art. 40				
Remuneração de dirigentes no desligamento	Não se aplica	Não se aplica	14	12/05/2016	RH e Comitê de Ética	Elaboração de Normativo do RH/Comissão de ética regulando o disposto na Resolução.
Requisitos para cargos estatutários	Art. 13 Art. 17 Art. 22 Art. 25 Art. 26 §1º e 2º	Art. 28 Art. 29 Art. 30 Art. 39 Art. 41 Art. 54 Art. 56 Art. 57 Art. 61 §2º I	15	30/06/2018	RH	Elaboração de Normativo do RH regulando o disposto na Resolução.
Planejamento e metas (está dentro do tópico do Conselho de Adm art. 31 Dec.)	Art. 23	Art. 37	17	30/06/2018	Qualidade	Adequação do Regimento Interno do CADM. Os administradores das empresas estatais adotarão as providências que se fizerem necessárias para cumprir esta Resolução no prazo de cento e oitenta dias a contar de sua publicação, ou seja, até o dia 08/11/2016.
Política de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (Comitê de Governança, Riscos e Controles)	Art. 9º	Art. 15	18	30/06/2018	Fábio Benevenuti Julio Pereira	Atribuições e implementação de políticas de conformidade e gerenciamento de riscos.
Requisitos de Transparência	Art. 8	Art 12 § único Art. 13	Não se aplica	30/06/2018	Comunicação	Demonstrações financeiras trimestrais; Elaboração de Carta Anual; Adequação do objeto social; Divulgação dos fatores de risco, dado econômico-financeiros, políticas e práticas de governança; Elaboração e divulgação da política de informações; Elaboração e divulgação da política de dividendos; demais.
Função Social	Art. 27	Art. 44	Não se aplica	30/06/2018	Comunicação / Marcia / Tatiana	Interesse coletivo; Sustentabilidade Ambiental.
Fiscalização pelo Estado e pela Sociedade	Art. 85	Art. 45	Não se aplica	30/06/2018	AUDIN	Aplicação dos recursos.
Licitações	Art. 28	Art. 71 § 1º	Não se aplica	30/06/2018	Compras CONJUR	Regulamento interno de licitações e contratos.

3.3 Informações sobre os dirigentes e colegiados -

A CEITEC S.A., por meio da lei que autoriza sua criação (Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008), conta com um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros, e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitida sua reeleição, sendo: 2 (dois) membros representantes da União, dos quais 1 (um) indicado pelo Secretário do Tesouro Nacional, e o outro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo que a um deles cabe a Presidência do Colegiado; e 1 (um) membro indicado pelos acionistas minoritários, na forma do Estatuto Social da CEITEC S.A. Como não há acionistas minoritários na companhia, a indicação deste membro é também realizada pelo Secretário do Tesouro Nacional.

O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente. As competências do Conselho Fiscal, bem como as hipóteses de destituição e substituição de seus respectivos integrantes, estão estabelecidas no Estatuto Social da CEITEC S.A., Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008.

Compete ao Conselho Fiscal: (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da CEITEC S.A., à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis; (e) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela CEITEC S.A.; (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar, após deliberação do Conselho de Administração; (h) exercer suas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam; (i) pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria; (j) acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros e quaisquer outros documentos e requisitar informações; (k) elaborar e aprovar o seu regimento interno; e (l) fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, cinco por cento do capital social, informações sobre matérias de sua competência, sempre que solicitadas.

O Conselho de Administração é órgão constituído por 7 (sete) membros, sendo 2 (dois) Conselheiros indicados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo que a um deles será atribuída a Presidência desse Conselho; o Presidente da Diretoria Executiva; 1 (um) Conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; 1 (um) Conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; 1 (um) Conselheiro indicado pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e 1 (um) Conselheiro indicado pelos acionistas minoritários. A

indicação do Conselheiro pelos acionistas minoritários dar-se-á pela deliberação da maioria absoluta de seus membros.

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros, estão estabelecidas no Estatuto Social da CEITEC S.A., Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008.

Compete ao Conselho de Administração: (a) convocar, nos casos previstos em lei e no Estatuto, a Assembleia Geral; (b) apresentar propostas para sua deliberação; (c) informar à Assembleia Geral, ao Conselho Consultivo e à Diretoria Executiva sobre suas deliberações relativas ao âmbito de atuação, as políticas, diretrizes, estratégias e planos de atividades da CEITEC, para assegurar a consecução de seus objetivos sociais; (d) avaliar e aprovar os contratos e convênios a serem firmados pela CEITEC, conforme normas especificadas no Regimento Interno; (e) aprovar o orçamento anual, o programa de investimentos da CEITEC e o Plano Plurianual; (f) opinar e encaminhar à assembleia geral; (g) aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da CEITEC, com o auxílio de auditoria externa, após parecer do Conselho Fiscal, encaminhando-os ao órgão público supervisor, com os relatórios gerenciais e de atividades da CEITEC elaborados pela Diretoria Executiva; (h) aprovar o regimento interno da CEITEC, que detalhará as atribuições e as competências dos diretores, bem como a sua estrutura organizacional e o seu funcionamento, observado o disposto neste Estatuto; (i) aprovar normas para licitação e para contratação de aquisição de obras e serviços; (j) acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades da CEITEC na execução do plano Plurianual e dos contratos e convênios por ela firmados; (l) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar os livros e papéis da CEITEC, solicitar informações sobre editais de licitação, contratos celebrados, ou em vias de celebração, aditivos contratuais e de quaisquer outros atos praticados pelos dirigentes, bem como sobre as providências adotadas pela administração para regularizar diligências do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União; (m) fiscalizar o cumprimento dos planos, programas, diretrizes e metas definidas pelo Conselho de Administração para a CEITEC; (n) autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a sua destituição; (o) autorizar a contratação de empréstimos, seguros, obras, serviços, projetos, pesquisas, profissionais autônomos e a prestação de cauções, avais e fianças no interesse da CEITEC; (p) encaminhar ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia proposta de quadros quantitativo de pessoal, planos de criação de cargos, carreiras, remuneração, benefícios vantagens.

3.4 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Não há mecanismos formais para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços, utilizando-se apenas os canais já descritos para possíveis demandas nesse sentido.

3.5 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna (AUDIN) da CEITEC, é um órgão vinculado ao Conselho de Administração, responsável pela promoção do controle da legalidade, legitimidade e avaliação

dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, sob a supervisão da Controladoria-Geral da União, propondo as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados e verificando o cumprimento e a implementação, pela empresa, de recomendações ou determinações efetuadas por aquela Controladoria-Geral, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho Fiscal.

O titular da Auditoria Interna é designado e destituído, por proposta do Presidente, pelo Conselho de Administração, e, após, submetido à aprovação da Controladoria-Geral da União (Parágrafo Único do art. 48 do Decreto nº 6.638, de 07 de novembro de 2008).

A divulgação dos trabalhos de auditoria ocorre por meio de participação da Unidade de Auditoria Interna nas reuniões de Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

No dia 09 de setembro do corrente ano, houve alteração na gestão da empresa com a nomeação do Sr. Paulo de Tarso Mendes Luna para exercer o cargo de Presidente da CEITEC, que imediatamente solicitou ao Departamento de Recursos Humanos que, das 11 vagas disponíveis para nomeação a época, 02 vagas fossem alocadas para a Auditoria Interna visando o fortalecimento da Unidade frente as demandas de integridade/compliance exigidas nos recentes normativos legais promulgados no país.

Atualmente o quadro da Auditoria Interna esta composto por uma Auditora Chefe, dois Auditores e uma Técnica Administrativa Operacional.

Os trabalhos da AUDIN deverão ter como escopo a prevenção de erros e possíveis irregularidades, servindo de apoio à Alta Administração de maneira a mitigá-las preventivamente.

3.6 Atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos

Em que pese o fato de, até o ano 2016, a UPC haver optado por um sistema próprio de correição e apuração de atos administrativos (ao invés de utilizar o sistema CGU-PAD), o entendimento e orientação da atual Procuradoria e Consultoria Jurídica é no sentido de adequar-se as apurações disciplinares da UPC ao determinado pela Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 (Ministério do Controle e da Transparência), que determina o registro das informações relativas aos processos disciplinares (CGU-PAD).

Até março de 2017, a sistemática de apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da UPC era formada um Procedimento Simplificado de Apuração Disciplinar, o qual era composto pelas seguintes informações: (1) Notícia de Ato/Fato; (2) Instauração propriamente dita; (3) Parecer; (4) Decisão e (5) Comunicação da Sanção Disciplinar.

O único procedimento instaurado em 2016 foi o de número 08/2016. Tal procedimento desenvolveu-se sem que as informações fossem registradas no CGU-PAD e apurou irregularidades sobre o envio, por parte de um funcionário, de informações de uso restrito, do e-mail corporativo para o seu e-mail pessoal. Concluiu-se, da análise dos fatos e dos motivos que ensejaram a prática do fato apurado, pela sanção de demissão por justa causa do funcionário, não obstante a comunicação dos fatos averiguados às autoridades e a adoção de eventuais medidas administrativas e judiciais cabíveis ao caso.

Por decisão da Presidência da UPC, orientado por sua Procuradoria e Consultoria Jurídica, todos os eventuais procedimentos a serem instaurados em 2017 serão registrados no CGU-PAD como determinado pela Portaria 1.043/2007.

3.7 Gestão de risco e controles internos

3.7.1. Políticas, Papéis e Responsabilização

As Políticas de Gestão Corporativa de Riscos da CEITEC S.A. foram elaboradas ao longo dos anos de 2015 e 2016, tendo sido discutidas junto aos membros da alta administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

A primeira versão das Políticas, ora em vigência, foi aprovada pelo Conselho de Administração em agosto de 2016, que, na mesma ocasião, também deliberou que a Gestão Corporativa de Riscos é assunto de responsabilidade dos membros da Diretoria Estatutária e tornou mandatória a revisão anual das Políticas de Gestão Corporativa de Riscos.

Devido à sua recente aprovação, as Políticas de Gestão Corporativa de Riscos ainda estão em fase de institucionalização e os organismos Corporativos necessários para a sua implementação ainda estão sendo estabelecidos.

Um dos pilares das Políticas de Gestão Corporativa de Riscos da CEITEC S.A. é o reconhecimento de que a atividade econômica da CEITEC é complexa, envolve diversos atores e um alto grau de inovação; uma atuação que traz, naturalmente, muitas incertezas e exige maior apetite e exposição a riscos. Não obstante, estes riscos precisam ser mapeados e gerenciados através de decisões conscientes, mitigando as ameaças quando necessário e explorando as oportunidades quando adequado.

Outros aspectos relevantes das Políticas e que merecem ser citados são a percepção da Gestão de Riscos como uma ferramenta que gera valor para a empresa, fortalecendo sua reputação, favorecendo satisfação dos Clientes, evitando a paralisia dos Gestores diante de qualquer risco, fomentando a inovação e desenvolvendo a prontidão para mudança.

Todavia, a CEITEC reconhece a Gestão de Riscos como desafiadora e reconhece também que o nível atual de maturidade dos seus processos de Gestão de Riscos ainda é bastante limitado.

Neste sentido, ações de capacitação e educação são priorizadas de modo a desenvolver a cultura de atenção em todos os seus Colaboradores e sedimentar a Gestão de Riscos como parte da cultura organizacional.

Para concretizar esta visão foram estabelecidos dois papéis:

- O Gestor de Riscos, que atua como facilitador no âmbito corporativo, sendo responsável pelas ações de educação e capacitação, mantenedor do catálogo corporativo de riscos e responsável por garantir que ocorram os processos de identificação, priorização, documentação, mitigação, medição e avaliação dos riscos nas diversas áreas e instâncias dos processos de negócio da empresa; o Gestor de Riscos é também o responsável pela

emissão dos relatórios consolidados de acompanhamento e pelas comunicações com a alta administração e demais partes interessadas e deve se estabelecer também como o ponto focal conhecido por toda a organização para o qual qualquer Gestor ou Colaborador poderá reportar riscos identificados;

- Os diversos Proprietário de Risco, responsáveis por gerenciar cada um dos itens de risco, definindo a estratégia de resposta e verificando se a estratégia de resposta está sendo aplicada e está sendo eficaz.

3.7.2. Contexto da Organização

Uma das primeiras ações estruturadas da empresa no aspecto da Gestão de Riscos foi, naturalmente, na área de Segurança do Trabalho, onde se trata de operações com risco iminente e impacto que se pode caracterizar como catastrófico, como morte, invalidez permanente, danos ambientais severos e também danos severos a sistemas ou equipamentos críticos para os negócios da empresa. Desde 2011 a empresa já conta com processos institucionalizados específicos para esta categoria de riscos, os quais tornam mandatória e provocam a identificação de riscos.

Desde 2013 a empresa conta com processos que definem a classificação de riscos sobre os Ativos de Informação da empresa, atividade estruturada no âmbito da Política de Segurança da Informação. Também em 2013 foram publicados os processos para a classificação de riscos em Gerenciamento de Projetos, o que é implementado de forma integrada na ferramenta de software de Gerenciamento de Projetos de uso corporativo. No Gerenciamento de Projetos, a classificação de riscos dos projetos também ocorre, de forma mandatória, na iniciação dos projetos a comunicação do nível corrente de risco dos projetos ocorre através dos painéis de status e relatórios resumo de status dos projetos.

Em 2014, o Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação analisou o inventário e mapa de riscos de Tecnologia da Informação. No nível conceitual, é importante ressaltar o entendimento deste Comitê da necessidade de distinção entre os riscos de Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e Projetos. Embora ainda não exista um procedimento operacional que descreve o processo na área de Tecnologia da Informação, o inventário de riscos é resumido no Relatório Mensal de Tecnologia da Informação de Julho de 2014.

Estas iniciativas demonstram que a CEITEC já dispõe de um nível mínimo de *awareness* sobre a Gestão de Riscos, ao menos em sua infraestrutura crítica, embora estes processos sejam mais ou menos continuados e o interesse sobre o tema oscile ao longo do tempo, com processos mais ou menos em uso ou desuso.

A Gestão Corporativa de Riscos, todavia, distingue-se por trazer uma visão mais abrangente e estratégica. Além de a CEITEC reconhecer o valor da Gestão Corporativa de Riscos, esta disciplina de gestão é continuamente promovida pelos órgão de governança através, por exemplo, do Programa de Integridade da Controladoria Geral da União – CGU, modelos de governança do MPOG/SEST, dentre outros. Ademais, alguns eventos pontuais reforçaram a necessidade pela implementação da Gestão Corporativa de Riscos:

- Carência de processos identificada em 2015 na preparação para avaliação junto ao PGQP - Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade / SAG – Sistema de Avaliação da Gestão MEG/FNQ - Modelo de Excelência da Gestão da Fundação Nacional da Qualidade;
- Diagnóstico oportunizado pelos questionários de governança e controles internos elaborados pelo TCU em 2014 e pelo DEST/MP em 2015;
- Demandas internas pelo posicionamento da Gestão de Riscos como ferramenta para a melhoria de processos no Sistema de Gestão da Qualidade da CEITEC e certificação deste sistema conforme a norma ISO 9001:2015;
- Demandas internas da Gestão de Riscos como fonte de informação para o planejamento das ações de Auditoria Interna em conformidade com a Instrução Normativa CGU nº 24/2015;
- Necessidade de conformidade nos moldes requeridos pela Instrução Conjunta MP/CGU nº 01/2016, Resolução CGPAR nº 18/2016, e Lei nº 13.303/2016.

Em consequência, no ano de 2015 foi iniciada a concepção das Políticas de Gestão Corporativa de Riscos, que agora encontra-se em institucionalização, contemplando diretrizes, orientações, avaliação e acompanhamento, juntamente com outros aspectos relevantes para a CEITEC, como ações de educação e compromissos de melhoria, e também demais elementos de infraestrutura necessários para operacionalização destas Políticas.

Neste contexto entendeu-se que, mais importante que abrir novas linhas de trabalho e dispersão de esforços, a curto prazo mostra-se prioritário um trabalho com maior ênfase (1) na atuação sustentada destes mecanismos já existentes e que se considera já cobrir uma parte importante da infraestrutura crítica da empresa, (2) na educação para formação de uma cultura organizacional de conscientização e gestão de riscos e (3) na implementação da Gestão Corporativa de Riscos para atender lacunas deixadas pelos processos corporativos existentes e para promover uma visão mais ampla do contexto externo, atuando também como elemento agregador de informações estratégicas para a alta administração.

3.7.3. Sistemática de Gestão de Riscos

As Políticas de Gestão Corporativa de Riscos estabeleceram a Gestão de Riscos na empresa como um processo estruturado em vários níveis, devendo permear toda a organização.

Em seu nível mais fundamental temos os processos de Gestão de Riscos especializados e adequados à natureza das áreas, atividades e projetos da empresa, cada qual com o seu catálogo de risco, proprietários de cada item de risco e o respectivo plano de ação.

Em seu nível mais alto temos a própria Gestão Corporativa de Riscos, com uma visão estratégica e abrangente, oferecendo à alta administração e às demais partes interessadas informações consolidadas e com foco na governança e continuidade do negócio.

Em especial, também é responsabilidade da Gestão Corporativa de Riscos suprir quaisquer lacunas, não apenas, naturalmente, na identificação dos riscos e oportunidades

associados ao contexto externo da organização e que tipicamente não são abordados pelos processos de Gestão de Riscos nos demais níveis de gestão, mas também na identificação dos riscos e oportunidades associados ao contexto interno naquelas áreas ou atividades da empresa que ainda não possuem seus processos institucionalizados de Gestão de Riscos, garantindo, desta forma, uma cobertura abrangente de todos os processos de negócios da empresa. Ao longo do tempo, quanto mais a Gestão de Riscos estiver difundida nos processos operacionais e táticos internos da empresa, mais liberdade a Gestão Corporativa de Riscos terá para se concentrar no seu aspecto estratégico e nos fatores do ambiente externo da empresa.

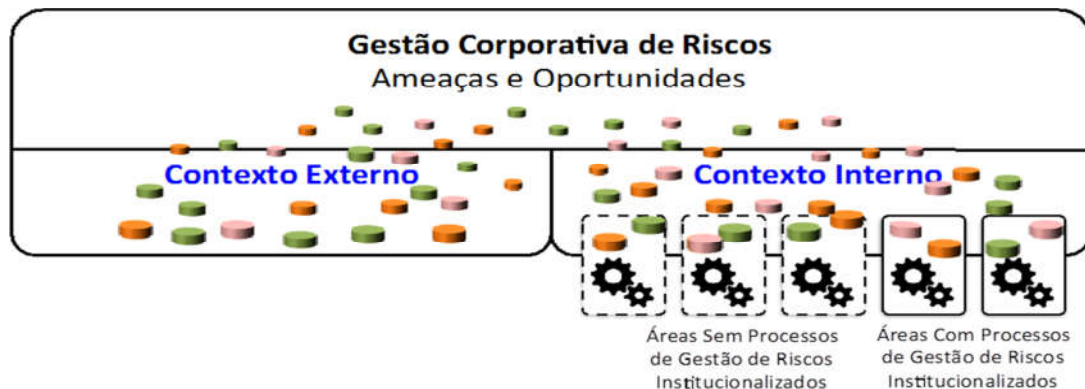


Figura 6- Ameaças e Oportunidades

Este processo de Gestão Corporativa de Riscos é estimulado através de quatro elementos principais:

- Análise qualitativa e nomenclatura comum de classificação de riscos;
- Responsabilização (accountability), através da designação de um Proprietário responsável pelo monitoramento do item de Risco identificado e pela definição e implementação dos planos de ação de contingenciamento ou resposta ao risco;
- Monitoramento periódico mandatório por Gestor de Riscos designado pela Diretoria Executiva; o Gestor de Riscos é também responsável pela promoção da Gestão Corporativa de Riscos de forma continuada e sustentada;
- Avaliação periódica mandatória do sistema de Gestão Corporativa de Riscos pela Qualidade, Auditoria Interna, Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A análise qualitativa de riscos, priorizando os riscos por impacto e probabilidade, é adotada como linguagem comum no intercâmbio de informações de modo a facilitar a agregação de informações no escopo corporativo, embora se autorize cada área da empresa a adotar análise quantitativa, semiquantitativa ou quaisquer outros critérios, ferramentas ou metodologias de Gestão de Riscos mais adequadas ao seu campo de atuação.

3.7.4. Ações de Capacitação e Educação

Como já indicado, a educação para a formação de uma cultura organizacional de conscientização e gestão de riscos é um dos aspectos fundamentais estabelecidos nas Políticas de Gestão Corporativa de Riscos da CEITEC S.A. Embora as Políticas tenham sido aprovadas recentemente e estejam ainda em processo de institucionalização, algumas ações de capacitação de Gestores e demais Colaboradores já haviam sido iniciadas ao longo dos últimos anos, como resumido no quadro a seguir.

Quadro 11 – Ações de Capacitação e educação em Gestão de Risco

Ano	Ação	Horas-homem	Público Alvo
2015	Curso 'Energética de Riscos, Gestão de Riscos Sustentada. <i>Conteúdo programático:</i> nível de energia natural dos processos, causas do decaimento de interesse pela gestão de riscos, promoção dos fatores renovadores de energia e construção do processo sustentado de gestão de riscos.	1 h	Membros da equipe do Escritório de Projetos envolvidos com a concepção dos processos corporativos de Gestão de Riscos.
2016	Curso de Gestão de Riscos na ISO 9001:2015 e ISO 31000. <i>Conteúdo programático:</i> visão geral da norma ISO 9001:2015, princípios da Gestão da Riscos, integração da Gestão de Riscos com o Sistema de Gestão da Qualidade, métodos de avaliação de riscos.	48 h	Membros da equipe da Qualidade envolvidos com a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade da CEITEC S.A. e com o processo de certificação deste sistema conforme a norma ISO 9001.
2016	Treinamento Políticas de Gestão Corporativa de Riscos <i>Conteúdo programático:</i> orientação OR 1.110.002 que estabelece conceitos e princípios da Gestão Corporativa de Riscos na CEITEC S.A.	2,5 h	Gestores da Segurança do Trabalho, Tecnologia da Informação, Auditoria Interna e Desenvolvimento de Produtos.

3.7.5. Panorama no Ano de 2016

O levantamento dos fatores de risco realizado no ano de 2016 teve ainda um escopo limitado, primeiro por não ter cobertura a todas as áreas e processos da empresa e segundo por ter privilegiado a identificação de ameaças em detrimento de oportunidades.

Este levantamento foi baseado em quatro principais componentes:

- Casos históricos: inclui tanto dados representativos da aplicação de recursos financeiros nas áreas e processos da empresa e quanto a incidentes registrados e que apontam processos ou áreas de vulnerabilidade;
- Análise do planejamento estratégico: tomado como elemento principal que descreve o negócio e missão da empresa e, daí, o que para ela tem valor como elemento necessário para o cumprimento desta missão;
- Estudo dos processos corporativos: representados especialmente pelos macro-fluxos ou processos de mais alto nível no planejamento operacional da empresa,

incluindo tanto os processos já institucionalizados e em aperfeiçoamento quanto os processos ainda em desenvolvimento e institucionalização;

- Opinião de especialistas: sendo esta a primeira tentativa de uma abordagem metódica na identificação de riscos, a percepção profissional e opinião dos especialistas foi considerada como uma valiosa fonte de conhecimento empírico e que não poderia ser desprezada.

Com base nestas fontes de informação foram identificados potenciais indicadores ou elementos que podem ser associados a fatores de risco. Para 2016 foram privilegiados aqueles elementos que já possuem informações estruturadas e que já alimentam os processos de gestão da empresa, consistindo, portanto, em informações de qualidade adequada, com baixo custo de obtenção e confiáveis por serem informações elaboradas para uso da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, o que é resumido no diagrama a seguir.

Deste conjunto de indicadores abstraiu-se quatro fatores, ou drivers de riscos, que foram identificados como riscos de reputação, riscos materiais, não conformidades e novos métodos e processos. A prioridade relativa destes fatores foi arbitrada por avaliação analítica utilizando a opinião de especialistas. A partir da avaliação de consenso obteve-se a prioridade relativa dos fatores de risco, sendo o maior número a maior prioridade, como indicado no quadro a seguir.

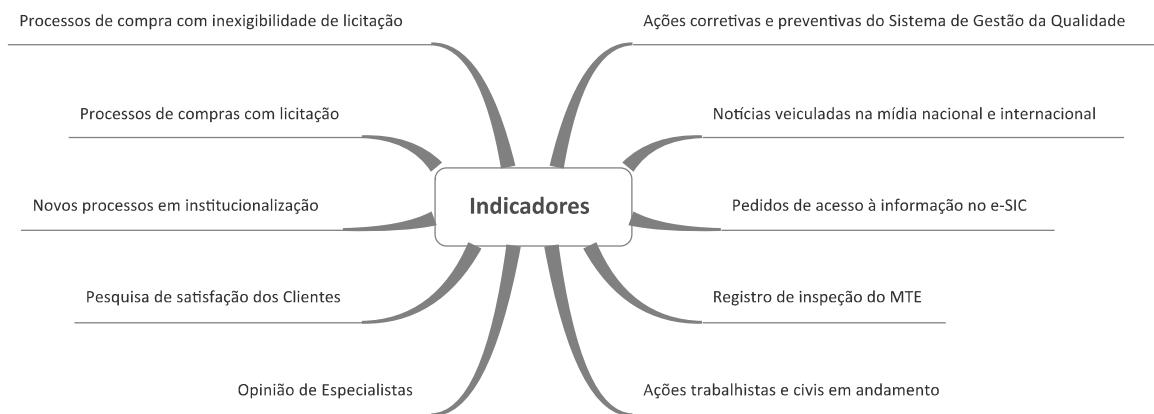


Figura 7- Avanço na Implementação da Gestão Corporativa de Riscos

Deste conjunto de indicadores abstraiu-se quatro fatores, ou drivers de riscos, que foram identificados como riscos de reputação, riscos materiais, não conformidades e novos métodos e processos. A prioridade relativa destes fatores foi arbitrada por avaliação analítica utilizando a opinião de especialistas. A partir da avaliação de consenso obteve-se a prioridade relativa dos fatores de risco, sendo o maior número a maior prioridade, como indicado no quadro a seguir.

Quadro 12 – Apuração da prioridade relativa dos fatores de risco

Fator	Prioridade
Riscos materiais	0,62
Não conformidades	0,23
Novos métodos e processos	0,09
Riscos de reputação	0,05

Nota-se, portanto, que a avaliação de consenso considerou os potenciais Riscos materiais como os mais críticos, seguido dos riscos associados a Não conformidades, Novos métodos e processos e, finalmente, Riscos de reputação.

Finalmente, cada um dos indicadores, e os elementos de informação associados a eles, foram analisados individualmente e classificados quanto ao impacto, seja alto, médio ou baixo, sobre cada um dos fatores de risco apresentados anteriormente. Estes elementos de risco foram atribuídos às suas áreas proprietárias, tomando como referência a Estrutura Organizacional definida pelo Regimento Interno da empresa atualizado na 76ª reunião do Conselho de Administração, ocorrida em novembro de 2015.

A atribuição do nível risco pela área proprietária é resumido no gráfico a seguir.

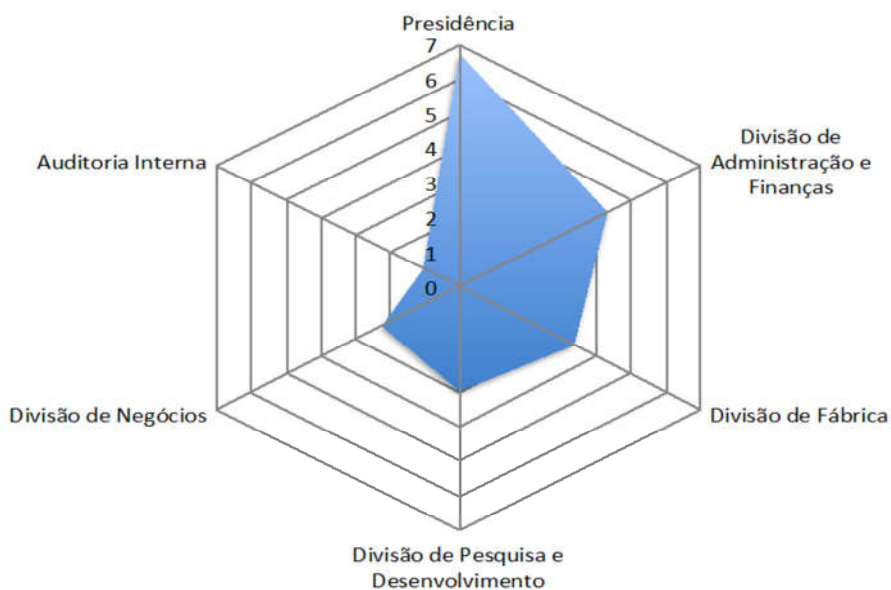


Figura 8- Acumulado de Nível de Risco por Área Proprietária

Os elementos de risco identificados como de abrangência da empresa como um todo foram atribuídos à Presidência. Dentre estes elementos, alguns foram identificados como de alto impacto no fator de risco de Não conformidades, um fator de alta prioridade, o que explica a pontuação maior obtida pela Presidência como apresentado no gráfico anterior. Na Divisão de Administração e Finanças e na Divisão de Fábrica, os elementos de maior impacto estão associados a novos processos em institucionalização, seja devido a novos procedimentos operacionais ou novas ferramentas de gestão adotadas nestas áreas. Na Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento e Divisão de Negócios todos os elementos identificados foram classificados como de baixo risco. Finalmente, o único elemento associado à área de Auditoria Interna está relacionado também a novos processos em institucionalização.

3.7.6. Planejamento para o Próximo Período

Como já indicado, com a institucionalização das Políticas de Gestão Corporativas de Riscos da CEITEC S.A., os organismos Corporativos necessários para a sua implementação ainda estão sendo estabelecidos, assim como a documentação destes novos processos.

O diagrama a seguir apresenta o estágio atual de avanço na implementação da Gestão Corporativas de Riscos e o planejamento para a conclusão desta atividade.

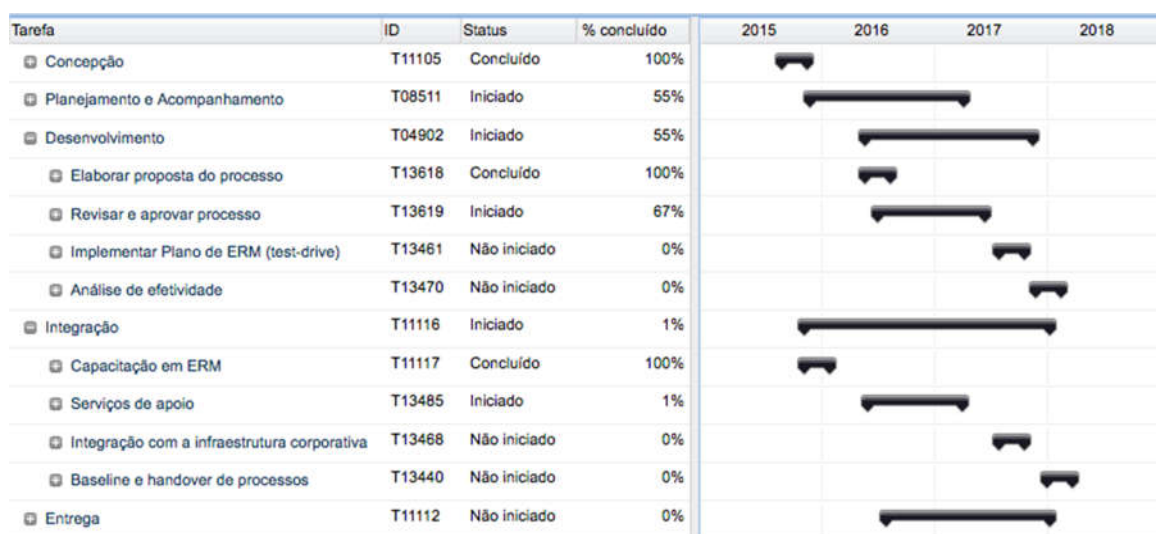


Figura 9- Avanço na Implementação da Gestão Corporativa de Riscos

No total, este cronograma de atividades está concluído em apenas 45%, ou seja a elaboração de uma proposta de processo e a aprovação das Políticas de Gestão Corporativas de Riscos representam, aproximadamente, apenas metade do trabalho. O trabalho contínuo de implementação e institucionalização dos processos e a validação de sua efetividade no tempo deverá se estender até o início de 2018, quando se espera, então, a Gestão Corporativa de Riscos plenamente funcional e operando de forma sustentada.

As Políticas de Gestão Corporativa de Riscos, aprovadas em agosto de 2016, todavia, são mais ambiciosas e já estabelecem compromissos de melhoria que se estendem até 2020 e traz propostas como o alinhamento ao padrão ISO 31000 de Gestão de Riscos e aos Princípios

de Governança Corporativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/OECD) e a integração da Gestão Corporativa de Riscos com as práticas de Gestão de Continuidade de Negócios padrão ISO 22301.

3.8 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

A CEITEC S.A. é uma estatal federal dependente ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. Cabe à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST fixar a remuneração completa dos diretores das estatais, ouvido o Ministério Supervisor.

A remuneração dos diretores segue valores próprios, desvinculada dos empregados e do órgão de origem do Diretor.

O limite global de remuneração e de benefícios é fixado pela Assembleia Geral Ordinária – AGO da empresa e o SEST fixa os limites individuais.

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal é fixada pela Assembleia Geral e não excede a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos Diretores.

A remuneração máxima dos administradores da CEITEC S.A. tem por base o Teto Constitucional atendendo o que especifica o Decreto nº 2.355, de 27 de agosto de 1987 que estabelece limite de retribuição na Administração Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios.

A remuneração dos Diretores é composta por:

- Honorários
- Férias Remuneradas
- Auxílio Alimentação
- Auxílio Saúde
- Seguro de Vida em Grupo

A remuneração dos Dirigentes da CEITEC S.A. não possui indicadores de desempenho, sendo composta por remunerações e benefícios básicos, bem como não há ainda a prática de remuneração variável.

3.8.1 Demonstração da Remuneração Mensal de Membros de Conselho

Quadro 13– Remuneração Mensal de Membros de Conselho

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no Exercício
MARCELO SOARES LUBASZEWSKI	01/04/2015	08/09/2016	3.191,73	28.725,57
CELSE PANSERA *	03/03/2016	29/04/2016		
PAULO DE TARSO MENDES LUNA	08/09/2016	-	3.191,73	12.766,92
MARGARIDA AFONÇO COSTA BAPTISTA **	01/01/2016	03/07/2016		
MANOEL AUGUSTO CARDOSO DA FONSECA	01/04/2016	-	3.191,73	28.725,57
JOSE OSWALDO CANDIDO JUNIOR	11/09/2015	28/09/2016	3.191,73	28.725,57
ELTON SANTA FÉ ZACARIAS	28/09/2016	-	3.191,73	12.766,92
CLEBER CRISTIANO PRODANOV	23/09/2013	27/04/2017	3.191,73	38.300,76
ELAINE PAZ GARCIA	02/02/2014	27/04/2017	3.191,73	38.300,76

Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no Exercício
JOÃO LUIZ DOS SANTOS SANTOS (T)	23/04/2015	27/04/2017	3.191,73	38.300,76
RUY TAKEO TAKAHASHI (T)	11/04/2014	-	3.191,73	38.300,76
ANA CRISTINA BITTAR DE OLIVEIRA (T)	26/04/2012	30/04/2016	3.191,73	12.766,92
MARCIO NAHAS RIBEIRO (T)	01/05/2016	27/04/2017	3.191,73	25.533,84

* Ministro do MCTIC não recebe pela participação no Conselho

** Membro do Conselho Administrativo não recebe honorários conforme orientação do Decreto do BNDES.

3.8.2 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro 14– Remuneração Mensal de Membros de Conselho

Identificação do Órgão		
Remuneração dos Membros – Diretoria Estatutária	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros:	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.038.514,06	884.230,29
a) salário ou pró-labore	930.946,35	796.193,35
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros	107.567,71	88.036,94
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		-
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	1.038.514,06	884.230,29
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		
Remuneração dos Membros – Conselho de Administração	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros:	6	6

I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	201.078,99	220.229,39
a) salário ou pró-labore	201.078,99	220.229,39
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	201.078,99	220.229,39
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		
Remuneração dos Membros – Conselho Fiscal	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros:	6	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	114.902,28	114.902,28
a) salário ou pró-labore	114.902,28	114.902,28
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da Remuneração (I + II)	114.902,28	114.902,28
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI – Remuneração baseada em ações		

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

3.8.2 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não ocorreu no período

3.9 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

3.9.1 – Sistemática de Contratação:

A contratação foi efetuada através da modalidade de Pregão Eletrônico nº 041/2016, em 22/06/2016, no valor de R\$ 16.345,52 (dezesseis mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), Contrato nº 20/16, Processo Administrativo nº 04857/2016.

3.9.2 – Dados da Empresa Contratada:

LG Santos Auditores & Associados S/S - EPP.
 CNPJ: 07.851.372/0001-70
 CRC/RS 4.420/O

3.9.3 – Serviços Contratados e Remuneração:

- Relatório de Revisões Trimestrais;
- Relatório de Revisão Controles Internos;
- Relatório Revisão Tributária e Obrigações SPED;
- Parecer sobre as Demonstrações Contábeis Anuais;
- Comparecimento a Reunião do Conselho de Administração;
- Comparecimento a Reunião da AGO

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

A CEITEC S.A encerrou o ano de 2016 com a lotação autorizada de 196 e lotação efetiva de 192 colaboradores. Do total da lotação efetiva em 31 de dezembro de 2016, 174 colaboradores são empregados de carreira vinculados ao Órgão, divididos em quatro carreiras distintas.

A distribuição da força de trabalho em quatro carreiras distintas visa maximizar a atividade fim da empresa, ou seja, 84,48% dos colaboradores de carreira desempenham suas atividades nas áreas ligadas ao processo finalístico, enquanto apenas 15,52% dos colaboradores trabalham na área administrativa.

A faixa etária da força de trabalho é outro aspecto que se destaca, onde 64,58% do quadro tem até 40 anos de idade.

A característica jovem do pessoal aliada à busca pelo aperfeiçoamento e qualificação técnica resulta num alto grau de capital intelectual disponível na empresa, onde 83,08% dos colaboradores possuem formação no ensino superior completa e apenas 16,92% possuem nível médio ou técnico, conforme se observa no gráfico abaixo:

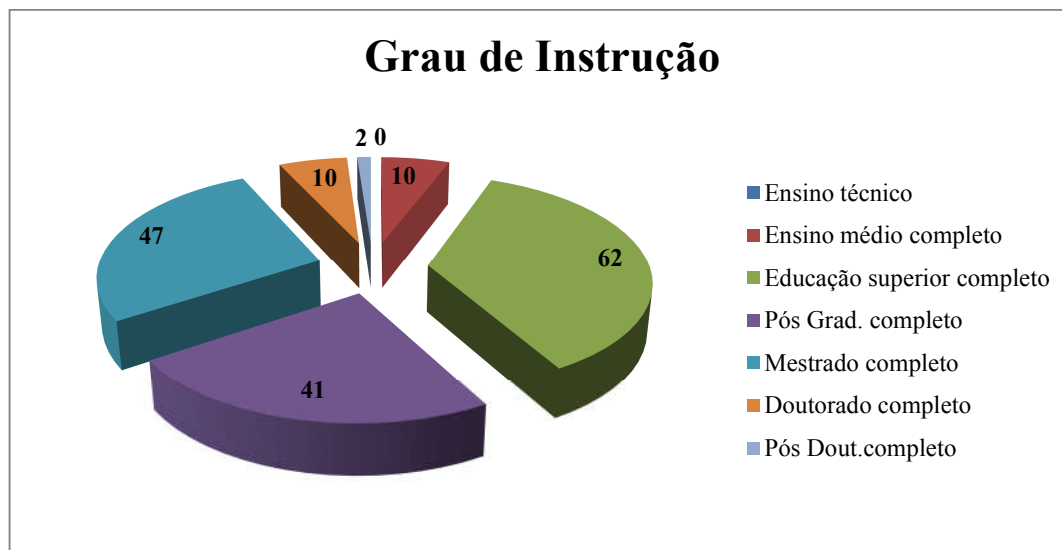


Figura 10- Grau de instrução

A CEITEC desenvolveu um programa de Desenvolvimento de Gestores, Líderes e Equipes no ano de 2016, contemplando os seguintes temas:

Módulos exclusivos para Gestores e Líderes

Autoconhecimento e desenvolvimento de liderança
Aspectos Trabalhados
Feedback
Aspectos Trabalhados
Empreendedorismo interno e liderança
Aspectos Trabalhados
Gestão de Mudanças
Aspectos Trabalhados

Módulos exclusivos para equipes de trabalho

Trabalho em equipe
Comunicação Interna e engajamento
Administração do tempo e produtividade
Felicidade
Criatividade e inovação no ambiente de trabalho

O Departamento de RH teve uma participação ativa nos processos de apoio a tomada de decisões da diretoria fornecendo dados e vislumbrando cenários como forma de informação gerencial.

Dentre seus valores, a CEITEC S.A. busca atuar como centro formador de pessoas para a indústria de semicondutores no País. Alinhado com a missão de contribuir para o desenvolvimento nacional, a capacitação e qualificação dos colaboradores torna-se instrumento vital para o cumprimento de seus objetivos.

Como a área de tecnologia requer permanente capacitação, qualificação e requalificação profissional, a CEITEC iniciou um trabalho visando a redução de custos com treinamentos externos, onde incentiva colaboradores a desenvolver e aplicar treinamentos internos, buscando o compartilhamento e disseminação dos conhecimentos e para empresa, uma forma de aproveitar todo capital intelectual e experiência do seu corpo funcional.

O quadro abaixo demonstra a evolução das horas de treinamento na CEITEC:

Quadro 15– Horas de treinamento

Total de Horas de Treinamento	2012	2013	2014	2015	2016
	777	7.306	15.148	9.053	9.241

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

Um dos indicadores gerenciais de recursos humanos, o que trata da rotatividade de pessoal, aponta que ocorreu uma leve redução no ano de 2016, com 23, mas 3 dos empregados pediram demissão do cargo para posse em outro cargo, de nível superior ao que ocupavam, na própria empresa, o que demonstra que empresa está conseguindo reter seus colaboradores pelas condições de trabalho e benefícios ofertados. Se comparado com anos anteriores, em 2015 tivemos 24 demissões e em 2014 foram 26, conforme observa-se no gráfico mensal abaixo:

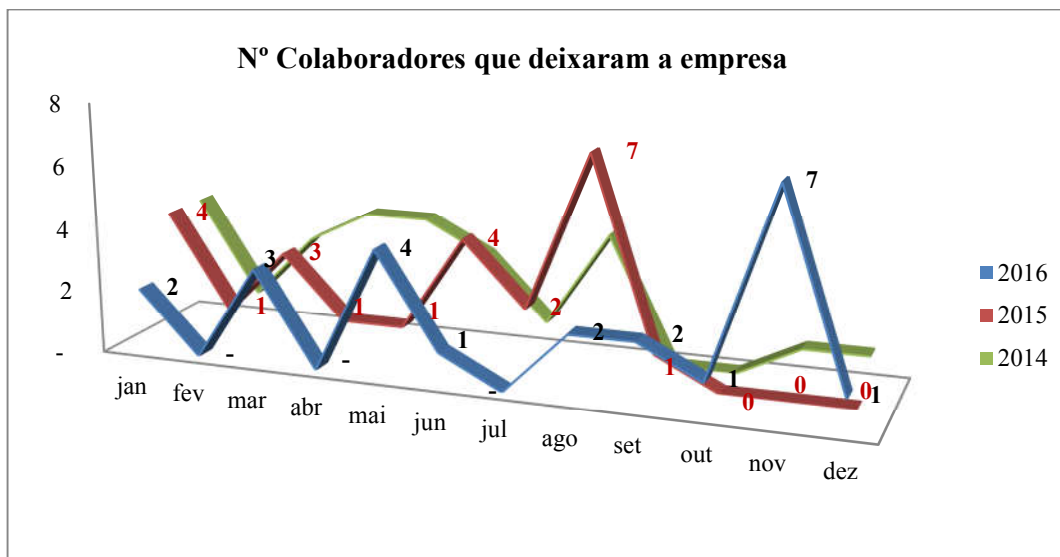


Figura 11- Colaboradores que deixaram a empresa

Sob a ótica da Administração Pública tais números confirmam que a CEITEC tem cumprido seu papel e sua missão de formar pessoas para a indústria de semicondutores no País. Afinal, verifica-se que os colaboradores que trabalhavam na atividade fim da empresa deixam a entidade em busca de novas oportunidades no mercado de trabalho, ou seja, na iniciativa privada, levando consigo larga experiência e capacitação. Já os trabalhadores que atuavam na área meio geralmente deixam a empresa após nomeação em outros concursos públicos, os quais também contribuíram com os demais Órgãos do Estado com sua experiência adquirida na CEITEC.

A CETIEC S.A. não possui registro de irregularidades na área de pessoal, tipo acumulação remunerada de cargos, funções e empregos e/ou terceirização irregular de cargos. O reduzido quadro funcional facilita a gestão e permite que os órgãos de controle façam rápida conferência da não acumulação de cargos/empregos.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 16– Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	180	176	12	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	180	176	12	13
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	179	175	11	11
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	1	2
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	16	16	7	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	196	192	19	22

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

Quadro 17– Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	28	148
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	28	148
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	28	147
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	12	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	40	152

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

Quadro 18- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	36	36	8	11
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	36	36	8	11
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	19	19		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	1	2
1.2.4. Sem Vínculo	16	16	7	9
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	40	40		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	40	40		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	76	76	8	11

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 19- Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016									0,00
	2015									0,00
Servidores de carreira vinculada ao órgão da unidade										
Exercícios	2016	15.589.870,89	2.785.589,01	1.716.777,39						20.092.237,29
	2015	15.603.877,04	2.526.437,44	1.642.523,82						19.772.838,30
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2016	1.047.273,02	79.648,06							1.126.921,09
	2015	1.243.388,75	85.275,14							1.328.663,89
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016	3.136.847,78	277.233,65							3.414.081,43
	2015	3.776.902,95	258.995,41							4.035.898,34
Servidores cedidos com data:										
Exercícios	2016	54.602,30	4.830,21							59.432,51
	2015									0,00
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2016									0,00
	2015									0,00

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

4.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao pessoal

Vide item 3.7 – Gestão de Riscos e Controles Internos

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiário

O processo de contratação de estagiário se dá conforme a lei que o regula, Lei 11.788/08, e interpretação legislativa contida na Cartilha Esclarecedora Sobre a Lei do Estágio, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os estagiários são contratados a partir da demanda do gestor da área onde será realizado o estágio e, após contratação, acompanhado por supervisor qualificado da respectiva área. Esses profissionais fazem o processo seletivo, por meio de currículo e entrevista, onde escolhem o melhor dentre os participantes. Após definição do candidato, a CEITEC formaliza Termo de Compromisso de Estágio via integradora de estágios. Os estagiários são oriundos das mais diversas universidades de Porto Alegre, principalmente UFRGS e PUC, e também UBRA, pela proximidade física com a CEITEC. Os estagiários recebem uma Bolsa Estágio no valor de R\$ 800,00 para carga horária de 6 horas diárias ou R\$ 530,00 para carga horária de 4 horas diárias e refeição no local.

Quadro 20- Contratação de estagiários

Nível de escolaridade	2016		2015	
	Nº de estagiários em 31/12/2016	Despesas do Exercício (R\$ 1,00)	Nº de estagiários em 31/12/2015	Despesas do Exercício (R\$ 1,00)
1. Nível superior	26	256.649,33	31	246.898,32
1.1 Área Fim	11	114.862,01	18	133.869,00
1.2 Área Meio	15	141.787,32	13	113.029,32
2. Nível Médio	----	----	----	
2.1 Área Fim	----	----	----	
2.2 Área Meio	----	----	----	
3. Total (1+2)	26	256.649,33	31	246.898,32
Análise Crítica	A redução de 5 estagiários no ano de 2016 quando comparado a 2015, reflete a dificuldade na retenção devido localização afastada das universidades e Bolsa Estágio de valor não atrativo em relação demais empresas, pois mercado privado oferece melhor remuneração, possibilidade de efetivação e benefícios.			

Fonte: Gerencia de Recursos Humanos

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Localizada em Porto Alegre (RS), a CEITEC S. A. ocupa uma área de 14,7 mil m². Desse total, 9,6 mil m² são ocupados pela fábrica (Prédio 2). Nesse espaço, 2 mil m² são dedicados à Sala Limpa (Classes ISO 5 e ISO 7), ambiente controlado que se caracteriza por um grau de limpeza comparável ao da mais avançada UTI de um hospital moderno. É o local onde os chips são produzidos e testados e os wafers afinados e cortados. No restante do espaço da Fábrica estão localizadas as instalações de infraestruturas, como a planta de água ultrapura (UPW) e os sistemas de eletricidade, ar-condicionado e gases especiais, entre outros.

Os outros 5,1 mil m² são destinados ao Prédio Administrativo (Prédio 1), que abriga as Divisões de P&D, Negócios e Administração & Finanças, além do Laboratório de Desenvolvimento.

Não ocorreram, no período, registros de Bens Imóveis de Uso especial de Propriedade da União. Embora conste no Relatório nº 201109078 da CGU, referente ao Exercício de 2010, que foi atendida a recomendação de inclusão no sistema SPIUnet, do bem imóvel de uso especial sob responsabilidade da CEITEC S.A., conforme comprovante entregue à época, esse registro foi cancelado no final de 2011 devido a esta inclusão gerar lançamento no SIAFI. O procedimento de cancelamento foi necessário devido ao fato de não ter sido baixado na contabilidade do MCTIC o referido registro, que somente poderá ser realizado mediante integralização de capital, via instrumento jurídico pertinente.

A seguir, o histórico das tratativas sobre a regularização do patrimônio imobiliário:

1. Em 03 de agosto de 2004, foi lavrado o Termo de Cessão de Direito Real de Uso de Bens Dominiais para Uso Especial, firmado pelo Sr. Procurador-Geral do Município de Porto Alegre, tendo como cessionário o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com prazo de 60 anos, prorrogáveis.
2. Após a conclusão e entrega dos prédios, o Sr. Ministro enviou correspondência ao Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Ofício nº 636/MCT, datado de 20 de agosto de 2009, em que solicita o prévio consentimento para que a CEITEC S.A. venha a ocupar o prédio administrativo e o terreno.
3. Em 07 de maio de 2010, o Sr. Prefeito Municipal, por meio do ofício nº 454/10-GP, manifesta sua concordância, de acordo com a Subcláusula Terceira, do Parágrafo Quarto, do já mencionado Termo de Cessão de Uso.
4. A partir de então, iniciam-se as tratativas administrativas com a finalidade de formalizar-se a mudança no instrumento de outorga, passando a CEITEC S.A. figurar como Cessionária, em lugar do MCTIC.
5. Após várias tratativas e diligências, durante o ano de 2012, finalmente, em 15 de fevereiro de 2013, foi firmado Termo Aditivo, entre a CEITEC S.A. e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, passando então a CEITEC S.A. a ser a beneficiária da Cessão de Uso.

Após a regularização do Termo de Cessão de Uso, passando a CEITEC S.A. a ser a beneficiária da outorga, iniciaram-se às tratativas visando à incorporação do referido imóvel ao patrimônio da CEITEC S.A., consoante, os termos do Ofício Jur/Pres 008/2015, endereçado à Secretaria Municipal de Gestão de Porto Alegre. Até a presente data, não foi efetivada a doação do bem, lembrando que a mesma deverá também ser autorizada pela Câmara Municipal de Porto Alegre.

4.2.2 Cessão de espaço físico e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A UPC realizou em 03/08/2015 a cessão de espaço físico, com o objetivo de auxiliar a instalação da entidade associativa de seus empregados, constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, sendo formalizado um termo de cessão de uso a título gratuito de área de imóvel, com validade de 01 (um) ano, conforme registrado nos autos do processo 01213.007540/2015-76. Em razão do entendimento exarado em sede de Relatório Preliminar de Auditoria da Controladoria Geral da União, a Presidência da CEITEC revogou o instrumento à data de 29/08/2016, reitegrando a posse do bem.

Dessa forma, inexistem, a partir da referida data, cessão de bens imóveis pela UPC a outras entidades.

4.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros.

Não se aplica

4.3 Gestão da tecnologia da informação

4.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

A implantação do PDTI, alinhado às necessidades da empresa, com o apoio da alta administração e o comprometimento dos envolvidos na gestão eficiente da informação tem por objetivo proporcionar benefícios para a CEITEC S.A, tais como:

- maior alinhamento da TI com os objetivos da CEITEC S.A;
- segurança, integridade, confiabilidade, autenticidade e disponibilidade dos dados e das informações da CEITEC S.A;
- melhor comunicação intersetorial na implantação de soluções de TI;
- maior satisfação dos usuários de TI;
- economicidade nas aquisições e investimentos em TI;
- uso adequado e responsável dos recursos de TI;
- melhor aproveitamento dos recursos tecnológicos de TI;

- conformidade e utilização das melhores práticas de governança e gestão de TI.

Os objetivos estratégicos elencados no PDTI:

- OE1: aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação - TI na CEITEC S.A.;
- OE2: prover ações de TI alinhadas às estratégias de negócio da CEITEC S.A.;
- OE3: aperfeiçoar a gestão dos processos de TI;
- OE4: aprimorar a gestão de pessoas de TI;
- OE5: aprimorar a gestão orçamentária de TI;
- OE6: promover a segurança da informação e comunicações;
- OE7: criar, desenvolver e institucionalizar uma cultura de segurança da informação e comunicações na CEITEC S.A.;
- OE8: buscar continuamente novas tecnologias para gerar soluções inovadoras que alavanquem os resultados da CEITEC S.A.

4.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação – CGSTI tem caráter deliberativo, com atribuição básica de acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação e de Segurança da Informação com os objetivos da CEITEC S.A., além de priorizar os projetos nessas áreas, recomendando, sempre que necessário, atualização e ajustes nos processos de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação.

Compete ao CGSTI, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I. Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, alinhado aos objetivos estratégicos da CEITEC S.A. e em consonância com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação para a Administração Pública Federal publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, revisando-o anualmente.
- II. Analisar, em conformidade com as políticas da CEITEC S.A. e de seu PDTI, o planejamento anual de aquisições/contratações e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- III. Estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologias associadas, promover a sua implementação e zelar pelo seu cumprimento.

O CGSTI é composto por:

- I. Diretor Administrativo e Financeiro;
- II. Diretor de Desenvolvimento de Negócios
- III. Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento;

- IV. Superintendente de Desenvolvimento de Produtos;
- V. Superintendente de Fábrica;
- VI. Superintendente de Design;
- VII. Superintendente Jurídico;
- VIII. Assessor Especial da Presidência;
- IX. Gerente de Auditoria Interna;
- X. Gerente de Departamento Geral de Compras;
- XI. Gerente de Departamento Geral de TI;
- XII. Gestor de Segurança da Informação.

Em 2016, foram realizadas 3 (três) reuniões presenciais do CGSTI. Nestes encontros foram deliberados assuntos estratégicos como:

- renovação do contrato de telefonia móvel;
- apresentação de relação de equipamentos fora de garantia, ou no final de sua vida útil;
- plena operação do sistema de folha de pagamentos, entregando obrigações como SIEST e DIRF;
- informações a respeito do contrato sob demanda de manutenção do sistema ERP da empresa.

4.3.3 Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Quadro 21- Contratação de estagiário

Sistema	Objetivos e Finalidades	Responsável Técnico	Responsável da área de Negócio	Criticidade
CA Clarity PPM	Sistema utilizado para gerenciar o portfólio de Projetos da CEITEC S.A., contribuindo para que a empresa alcance os resultados desejados e assim atingir os objetivos do negócio.	Daniel Rosa	Fábio Benevenuti	Média
Eyelit MES – Manufacturing Execution System	Sistema utilizado para controlar o processo de fabricação com suas etapas e controles. Com este sistema conseguimos ter controle dos tempos de operação das máquinas da fábrica e também suas manutenções.	Daniel Rosa	Artur Coelho	Alta
SAP S/4 Hana	Sistema Integrado de Gestão, abrangendo as áreas de Negócio, Contabilidade, Financeira, Compras e Planejamento da Produção.	Daniel Rosa	Edilson Macedo	Alta
TOTVS RM – Folha de Pagamento	Sistema de Folha de Pagamento com integração com SIAPE.	Vinício Silva	Julio Pereira	Alta
Sistema Proton	Sistema de protocolo e tramitação de documentos e processos.	Daniel Rosa	Fabiana Fontana	Alta
Cadence	Pacote de softwares de EDA para o <i>design</i> de circuitos digitais, analógicos e de sinais mistos	Alcides Costa	Eric Fabris	Alta

Veritas Netbackup	Sistema de gestão do catálogo de backup dos sistemas e informações importantes da empresa. Garante a disponibilidade e operação de restauração em caso de falha.	Erino Andrade	Ireneo Demanarig	Alta
Veritas Enterprise Vault	Sistema de arquivamento e deduplicação de arquivos e e-mails sem acesso por determinado período	Erino Andrade	Ireneo Demanarig	Alta
Microsoft Sharepoint	Sistema gerenciador de conteúdo e fluxos de trabalho. Esta ferramenta sustenta o portal interno de informações e fluxos de trabalho / aprovações da empresa. Etapas que atendem a certificação ISO9001 são operacionalizadas neste sistema.	Vinício Silva	Lucas Tedesco	Média
Commbx Safeaccess	Sistema de controle de acesso que disponibiliza administração, controle e informações referente aos controles de acesso físico nos ambientes da empresa através do uso de crachás com tecnologia RFID e controladoras de acesso a portas, catracas e cancelas.	Daniel Maurer	Eduardo Zenzen	Alta
Enovia Synchronicity	Sistema utilizado no controle de versão de arquivos de design (DesignSync) e rastreamento de bugs integrado a base de dados do projeto (ProjectSync).	Alcides Costa	Fernando Chavez	Alta
Sun Grid Engine	Sistema balanceamento de carga computacional. Administra processos relacionados ao design de circuitos integrados de forma distribuída e automatizada na infraestrutura computacional da empresa.	Alcides Costa	Fernando Chavez	Alta

Fonte: Gerencia de TI

4.3.4 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Quadro 22– Cursos de capacitação

Curso	Carga Horária	Data	Participantes
SEI! Sei Usar - Sistema Eletrônico de Informações	20h	01 a 10 de Outubro	Daniel Rosa, Daniel Maurer e Vinicio Silva
Accelerated SAN Essenciais	40h	28 de Outubro a 01 de Novembro	Erino Andrade
Veritas Netbackup 7.7	40h	20 a 24 de Junho	Erino Andrade
Gerenciamento de TI com base no ITIL	24h	15 de Setembro a 28 de Outubro	Daniel Rosa
Introdução a Interoperabilidade	20h	01 a 16 de Novembro	Daniel Rosa
Alta disponibilidade e disaster recovery SAP HANA	16h	15 de Maio a 15 de Junho	Daniel Rosa

Fonte: Gerencia de TI

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro 23– Força de trabalho

Força de Trabalho de TI	
Quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos da carreira de TI da própria instituição.	5
Quantitativo de servidores em cargos de livre nomeação	1
Quantidade de estagiários e terceirizados	5

Fonte: Gerencia de TI

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

- **Atendimento aos usuários – Abertura de Chamado Técnico:** Procedimento para abertura de chamado técnico no sistema de “Help-Desk” para o atendimento de demandas relacionadas à tecnologia da informação. O sistema utilizado é o GLPI (open source), que registra os chamados abertos pelos usuários, baseado na metodologia ITIL.

- **Gerenciamento de Identidade e Acesso:** Este procedimento é parte complementar da Política de Segurança da Informação da CEITEC S.A e tem por objetivo descrever o procedimento de segurança necessário para o adequado Gerenciamento de Identidade e Acesso, envolvendo todas suas etapas, como a definição de perfis básicos de acesso, solicitação, concessão, revisão, revogação e verificação de registros de acessos, incluindo acessos a perímetros físicos que possibilitam comprometer de alguma forma a Segurança da Informação.

- **Requisição de Mudanças - RDM:** Formulário disponível na Intranet para registro de ações que impactem no ambiente tecnológico da empresa, com fluxo de aprovação.

- **Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação:** Procedimento em conformidade com Instrução Normativa 04/2014, gerando os seguintes artefatos: Documento de Oficialização da Demanda (DOD), Análise da Viabilidade da Contratação (AV), Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e Termo de Referência Preliminar.

4.3.5 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Quadro 24– Projetos TI

Projeto	Resultados Esperados	Alinhamento com PDTI	Valores Orçados	Valores Despendidos
Implantação de suíte de solução de proteção de endpoints.	Garantir maior segurança nos recursos computacionais da empresa, complementando a segurança nos diferentes ativos de informação.	N9A3 – Implantar Solução de Gerenciamento de Dispositivos Móveis e N10A1 – Renovação de Licenças existentes para a Solução de Proteção de Endpoint	N10A1 – R\$ 25.000,00 N9A3 – R\$ 80.000,00	R\$ 68.600,00
Implantação de Sistema de arquivamento e deduplicação de arquivos e e-mails e ampliação de sistema e infraestrutura de backup	Buscar a redução de espaço nobre em servidores de arquivos.	N12A23 – Ampliação do sistema de backup	N12A23 – R\$ 700.000,00	R\$ 661.000,00

Fonte: Gerencia de TI

4.3.6 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

- Membros da equipe de TI com participação ativa nos projetos do departamento;
- Vasta documentação dos sistemas implementados;
- Treinamento dos usuários internos
- Processos críticos e de gestão da TI a cargo da equipe efetiva.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

4.4.1 Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

Os impactos ambientais de produtos, processos e instalações, foram analisados através do levantamento dos resíduos gerados nos processos de fabricação de semicondutores e demais

atividades de manutenção e administrativas da CEITEC. O levantamento considerou os prédios da Fábrica, Administrativo e de Terceiros.

A empresa tem como um dos valores a Responsabilidade Ambiental, sendo esta atividade preponderante para atingir o estabelecido na estratégia da empresa. Para desenvolver esta atividade se faz necessária a colaboração de todos os funcionários da empresa e de terceiros que nela trabalham. Outra área da empresa que auxilia neste contexto é a área de Compras, que em seus editais de compra prevê o tópico de compras sustentáveis, visando minimizar o impacto ambiental e social de suas aquisições e contratações, prevendo retorno de embalagens e a compra preferencial de materiais biodegradáveis ou com menor impacto ambiental.

4.4.2 Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Não participamos da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

4.4.3 Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

Na unidade ocorre segregação parcial dos resíduos recicláveis descartados, executado pelos próprios usuários da unidade (colaboradores, estagiários, prestadores de serviço e visitantes). Não há serviço contratado para executar a separação dos resíduos. Não atendemos o disposto no Decreto 5.940/2006, pois não há área específica para execução das atividades. A Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental do estado exige a construção de uma área específica para correta separação e armazenamento de resíduos. Uma vez construída esta área, será possível atender o decreto.

4.4.4 Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema

Desde 2013 a CEITEC S.A possui um PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que abrange todos os funcionários, terceiros e visitantes, que diariamente atuam em consonância com o proposto neste Plano. Foram mapeados os resíduos gerados por ambiente de trabalho e processo produtivo. Foram dispostos nos ambientes internos e externos coletores de resíduos conforme este mapeamento. Portanto, a segregação do resíduo é executada pelo próprio gerador do mesmo.

Iniciativas tais como coleta seletiva, coleta de pilhas, lâmpadas e resíduos de maquiagem, palestras de conscientização realizadas pelo Departamento de Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde visam minimizar ou reduzir a ocorrência de situações adversas que possam causar impacto ao meio ambiente e sociedade.

A CEITEC possui programas para redução do consumo de água e de energia elétrica que estão bem implementados e são monitorados diariamente. É constante a busca de melhorias para redução de uso de água ou reuso de efluentes. O acompanhamento realizado é diário pela área de *Química-Facilities* para água e *Elétrica-Facilities* para energia elétrica desde o ano de

2013. Todos os colaboradores são envolvidos em campanhas e têm liberdade de sugerir ações de melhoria.

Conforme condicionante de Licença de Operação 4236/2014, foi aprovada a construção da ATR - Área Temporária de Resíduos. Apesar de segregados os resíduos na CEITEC, estes ficam em área não apropriada para tal fim, bem como, não há mão-de-obra para a correta classificação, separação, armazenamento e destinação conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.

Atualmente os resíduos recicláveis são coletados pela Coleta Seletiva da Prefeitura de Porto Alegre – DMLU.

Os processos de aquisição de partes, peças, equipamentos e serviços possuem requisitos de compras sustentáveis. Está publicado no Portal da Intranet da CEITEC S.A documentos sobre compras sustentáveis, porém os requisitantes carecem de maiores informações acerca dos requisitos aplicáveis.

4.4.4 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

O levantamento considerou os prédios da Fábrica, Administrativo e de Terceiros. Em 2013 o PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos foi implementado e abrange todos os funcionários, terceiros e visitantes, que diariamente atuam em consonância com o proposto neste Plano, estando disposto em toda a área da Fábrica e no prédio Administrativo a coleta seletiva, os quais são segregados nos postos de trabalho.

Iniciativas tais como coleta seletiva, coleta de pilhas, lâmpadas e resíduos de maquiagem, palestras de conscientização realizadas pela Área de Química Facilities e Meio Ambiente visam minimizar ou reduzir a ocorrência de situações adversas que possam causar impacto ao meio ambiente e sociedade.

A empresa tem como um dos valores a Responsabilidade Ambiental, sendo esta atividade preponderante para atingir o estabelecido na estratégia da empresa. Para desenvolver esta atividade se faz necessária à colaboração de todos os funcionários da empresa e de terceiros que nela trabalham. Outra área da empresa que auxilia neste contexto é a área de Compras, que em seus editais prevê o tópico de compras sustentáveis, visando minimizar o impacto ambiental e social de suas aquisições e contratações, prevendo retorno de embalagens e a compra preferencial de materiais biodegradáveis ou com menor impacto ambiental.

A CEITEC possui programas para redução do consumo de água e de energia elétrica que estão bem implementados e são monitorados diariamente. É constante a busca de melhorias para redução de uso ou reuso de efluentes. O acompanhamento realizado é diário pela área de Química-facilities e Meio Ambiente para água e Elétrica-facilities para energia elétrica desde o ano de 2013, porém todos os empregados e colaboradores estão envolvidos neste processo.

As principais ações implementadas e/ou mantidas no último período são:

- Alinhamento das atividades com descarte de água necessário, a fim de realizá-las ao mesmo tempo de outras manutenções nos equipamentos;

- Mantidos ajustes periódicos nos temporizadores das torneiras dos banheiros dos prédios Administrativo e Fábrica;
- Utilização de água da chuva para regar o jardim;
- Mantida a realização de Parada Intermitente dos Blocos 1 e 2 da UPW, gerando menor consumo de água, energia, reduzindo também os efluentes gerados;
- Estudo Técnico para futura implementação de sistema para reuso de efluentes gerados no processo de água ultrapura;
- Instalação de sistema de purgas automáticas nas torres de resfriamento.

Em decorrência das ações tomadas para redução do consumo de água tratada, se tem mantido uma redução média de cerca de 20 a 25% de um ano para outro no consumo de água.

A Ceitec efetua a Gestão dos seus resíduos sólidos cumprindo a Licença de Operação N° 4236/2014, bem como as legislações federais, estaduais e municipais vigentes visando a não geração, redução, reuso e reciclagem. Todos os resíduos recicláveis são destinados para a Coleta Seletiva da Prefeitura de Porto Alegre, através do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana, afim de abastecer as Cooperativas Recicladoras de Porto Alegre. Os resíduos perigosos e não recicláveis são gerenciados de maneira a não impactar o meio ambiente sendo tratados através de coprocessamento.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

A fim de estreitar sua relação com a sociedade e proporcionar à comunidade diferentes canais de comunicação com a empresa, a CEITEC S.A. vem desenvolvendo e aprimorando ferramentas para melhor comunicar-se com o público. Hoje, a empresa conta com dois canais principais de comunicação, nos quais os cidadãos podem obter informações sobre a empresa, enviar dúvidas, reclamações e sugestões, além de acompanhar atividades e resultados da atual gestão e anteriores: o Serviço de Informação ao Cidadão e o site institucional.

Além deles, outras atividades contribuem para estreitar o relacionamento da CEITEC com a sociedade. A empresa possui perfil oficial nas redes sociais Twitter, Facebook e LinkedIn e realiza visitas guiadas de grupos de estudantes, profissionais de áreas afins, clientes em prospecção e interessados da comunidade em geral que têm interesse em conhecer o trabalho desenvolvido pela estatal de semicondutores. No ano de 2016, por exemplo, foram realizadas mais de 40 visitas. Além de interagir com colaboradores da CEITEC ao longo da visita e conhecer a empresa, ao final de cada encontro os visitantes são convidados a preencher uma pesquisa de satisfação na qual podem expressar sua opinião sobre a atividade e apontar críticas e sugestões. A atualização dos perfis nas redes sociais e organização das visitas guiadas são de responsabilidade do Departamento de Comunicação & Marketing Corporativo.

5.1.1 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) foi instituído em maio de 2012 para atender às exigências preconizadas pela Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação. Na CEITEC, o Serviço está vinculado à Presidência por meio de sua assessoria especial e pode ser acessado por meio de correio eletrônico, presencialmente, ou ainda pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), no site www.acessoainformacao.gov.br.

No ano de 2016, o gerenciamento do contato com o público nessa atividade voltou a ser de responsabilidade do setor de Arquivo Central da empresa, com apoio do Departamento de Comunicação & Marketing Corporativo. Nesse ano, a empresa finalizou um Procedimento Operacional (PO) contendo as normas e diretrizes para a padronização das respostas de solicitações de acesso à informação (Lei 12.527/2011). O documento encontra-se em fase final de publicação.

5.1.2 Site institucional (www.ceitec-sa.com)

No site institucional da CEITEC S.A. (www.ceitec-sa.com) é possível encontrar informações relativas à empresa, seus negócios, seus gestores, a tecnologia utilizada, produtos e serviços oferecidos, relacionamento com a imprensa e transparência de gestão. Em 2016, o site da CEITEC passou a disponibilizar mais informações em sua aba Transparência, tornando mais fácil o acesso e dando mais publicidade às informações da empresa. No site, os principais canais de relacionamento da CEITEC com a sociedade são representados pelas abas **Transparência** e **Contatos**, conforme o detalhamento a seguir:

Transparência: na aba Transparência estão disponíveis alguns dos principais dados sobre a empresa, endereço para contato do SIC e formulários para encaminhamento de pedidos de acesso à informação, bem como reclamações e recursos referentes aos mesmos. O cidadão pode acessar ali informações a respeito de Licitações, Prestações de Contas, Demonstrações Financeiras, Relatórios Anuais, além de dados sobre Estrutura Organizacional, Agenda da Diretoria, Servidores, Regimento Interno, Legislação, entre outros. Os dados são de fácil acesso e atualizados sempre que necessário.

Contatos: por meio de **Contatos**, disponibiliza-se a ferramenta Fale Conosco, que permite o envio de sugestões, reclamações, dúvidas por cidadãos em geral. Ali estão disponibilizados também dados de endereço, mapa, telefone e horário de funcionamento da empresa. O espaço ainda conta com um link para a aba **Produtos**, na qual é possível entrar em contato diretamente com a Divisão de Negócios, permitindo aos interessados e clientes da CEITEC obter informações relacionadas aos mesmos.

5.1.3 Redes Sociais (Twitter, LinkedIn e Facebook)

A CEITEC S.A. possui perfis oficiais nas redes sociais *Twitter*, *LinkedIn* e *Facebook*, gerenciados pelo Departamento de Comunicação & Marketing Corporativo. Neles são postadas periodicamente atualizações a respeito da empresa, informações de interesse geral, divulgação de eventos internos, disponibilidade de vagas de estágio, entre outras informações. Por meio desses canais, os internautas podem entrar em contato diretamente com a CEITEC S.A.

Todos os canais de acesso descritos acima podem ser acessados por meio dos seguintes endereços:

- Site institucional: www.ceitec-sa.com
- SIC: acessoainformacao@ceitec-sa.com ou www.acessoainformacao.gov.br
- Twitter: www.twitter.com/ceitecsa
- Facebook: www.facebook.com/ceitecsa
- LinkedIn: www.linkedin.com/ceitec-sa.com

Além dos canais mencionados, a CEITEC S.A. ainda conta com mais uma forma de interação com a sociedade, que permite ao público obter mais informações sobre a empresa: a realização de visitas guiadas, também organizadas pelo Departamento de Comunicação & Marketing Corporativo. As visitas de grupos de estudantes ocorrem entre março e novembro, com uma periodicidade média de duas visitas por mês, e envolvem diversos setores da empresa. Nelas, os visitantes assistem a uma apresentação institucional sobre a CEITEC e a uma demonstração técnica de produtos, além de fazer um tour pela Fábrica da empresa. Ao final dos encontros, uma pesquisa de satisfação é aplicada aos visitantes, que podem expressar ali sua opinião quanto a aspectos positivos e negativos das visitas, além de sugestões de melhorias. As respostas são analisadas pelo Departamento de Comunicação & Marketing Corporativo e depois enviadas aos colaboradores da CEITEC que participaram da visita.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadão-usuários

Sob responsabilidade da área Negócios, a CEITEC aplica uma pesquisa para medir a satisfação de seus clientes. A pesquisa é aplicada semestralmente, por e-mail, e é estruturada levando em consideração os seguintes aspectos:

1. Prazo de Entrega
2. Qualidade no Atendimento
3. Qualidade do produto
4. Embalagem
5. Canais de suporte
6. Nível geral de satisfação

Depois de respondida, a pesquisa é analisada pela CEITEC. Aos clientes que preencherem a pesquisa, a empresa responderá em um prazo máximo de uma semana a contar da data de recebimento da mesma. A resposta da CEITEC pode compreender desde um agradecimento pela participação até respostas bem embasadas às observações e/ou reclamações enviadas.

Além disso, o Departamento de Comunicação & Marketing Corporativo possui um indicador no Planejamento Estratégico denominado Reputação Corporativa, que mede a avaliação positiva da CEITEC na mídia nacional e internacional e a avaliação positiva da CEITEC entre os visitantes da empresa. No ano de 2016, o percentual positivo desse indicador foi de 87%.

5.4 Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No site institucional da CEITEC S.A. (www.ceitec-sa.com) é possível encontrar informações relativas a negócios, gestores, tecnologia utilizada, produtos e serviços oferecidos pela empresa, relacionamento com a imprensa e transparência de gestão. Para buscar ali dados úteis sobre a atuação da CEITEC S.A. e que contribuam para a transparência da gestão, o internauta deve navegar principalmente na aba **Transparência** do menu, seguindo o caminho **Home > Transparência**.

- **Transparência:** ali estão disponíveis alguns dos principais dados sobre a empresa, endereço para contato do SIC e formulários para encaminhamento de pedidos de acesso à informação, bem como reclamações e recursos referentes aos mesmos. O cidadão pode acessar informações a respeito de Licitações, Prestações de Contas, Demonstrações Financeiras, Relatórios Anuais, além de dados sobre Estrutura Organizacional, Agenda da Diretoria, Servidores, Regimento Interno, Legislação, entre outros.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A CEITEC S.A. desde seu primeiro concurso público adota medidas de civilidade, além das ações legais, para melhor integração e interação com as pessoas com deficiência (PCDs), colegas de trabalho e sociedade.

Em seu primeiro edital CEITEC garantiu vagas destinadas e reservadas exclusivamente para as PCDs, além de outras garantias explícitas no edital do concurso público (das disposições preliminares até o quadro de vagas), demonstrando publicamente quais postos de trabalho estavam destinados para preenchimento específico.

No segundo Edital, destinado à formação de cadastro reserva, CEITEC manteve o direito às pessoas portadoras de deficiência participarem do certame público e, internamente, criou procedimentos para chamadas dos candidatos inscritos nesta condição (Processo Administrativo 01213.006246/2016-28), buscando garantir que todos tenham igualdade de acesso às vagas ofertadas pela empresa.

A CEITEC possui edificação nova, projetada e construída para seu fim específico e, também por isso, preparada desde seu projeto com acessibilidade. Por fim, há nesta estatal um programa de inclusão com pessoas com deficiência, que tem como objetivo principal facilitar o ingresso de PCDs.

Todas as medidas adotadas pela CEITEC visam eliminar barreiras ou entraves, além de garantir a inserção, condições de trabalho e qualidade de vida às pessoas com deficiência.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro no exercício

No início do exercício de 2016 esta Empresa apresentou ao Sr. Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MCTIC necessidade de recursos financeiros para a ação 6432 – Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores, da ordem de R\$ 53,4 milhões, compreendidas tanto as despesas a serem executadas da Lei Orçamentária Anual, como as inscritas em Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Na oportunidade, informamos que a CEITEC tem diversos contratos celebrados com fornecedores internacionais e/ou exclusivos no segmento de microeletrônica, que condicionam a entrega da mercadoria ou a conclusão da prestação de serviços mediante o recebimento da quantia pactuada imediatamente após o adimplemento de sua obrigação, sendo que eventual postergação de pagamento comprometeria, de forma irreversível, futuros contratos a serem firmados, ocasionando prejuízo significativos à esta empresa e aos cofres públicos.

Ao longo de todo o exercício de 2016 o MCTIC repassou recursos financeiros totalizando R\$ 44,4 milhões, ensejando que a empresa inscrevesse e reinscrevesse em Restos a Pagar Não-Processados o montante de R\$ 12,3 milhões, aproximadamente.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A CEITEC atende plenamente às práticas contábeis no que concerne a convergência e harmonização das normas contábeis brasileiras como o padrão contábil internacional (International Financial Reporting Standards – IFRS), sendo assim, a CEITEC já está adequada aos critérios dispostos na NBCT 16.9 e 16.10.

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Os itens do Ativo Imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A Amortização dos intangíveis é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada ou o prazo contratual de uso da licença, no caso de softwares. Método de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja necessário.

O Método Linear é a metodologia utilizada para cálculo da depreciação e amortização na CEITEC, as taxas utilizadas para os cálculos, encontram-se na tabela abaixo, conforme vida útil:

Quadro 25– Método Linear

Taxas anuais Depreciação Amortização	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Equipamentos e Instalações	Veículos	Móveis e Utensílios	Direito de uso Software
%	4%	5,5 a 48%	33,33%	5,5 a 48%	20 a 33%

Fonte: Departamento de Contabilidade

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No final de 2015 a empresa implantou a versão S4P da SAP para auxiliar no cálculo e gerenciamento dos seus custos. A implantação está sendo gradual e consiste na identificação dos insumos e materiais utilizados e nos critérios de rateio mais eficientes a serem adotados.

No decorrer de 2016 a empresa evoluiu na identificação dos custos imputados a seus produtos de venda, dentro deste objetivo identificou os materiais consumidos na sua produção criando listas técnicas dos produtos prontos e semi-elaborados.

A sistemática de apuração consiste na utilização de Ordens de Produção avaliadas pelo custo standard para os insumos consumidos, estas ordens acumularão os custos dos itens identificados em suas listas técnicas. No encerramento do período o SAP analisará cada Ordem de Produção, reavaliando o custo de cada Ordem e identificando se há diferenças de preços a serem lançadas. As Ordens que foram finalizadas e as que continuam em produção serão enviadas as suas respectivas contas do Ativo, os itens consumidos serão contabilizados como CPV do período.

A empresa continua aprimorando o seu sistema de custeio para obtenção dos custos mais precisos possíveis dos seus produtos e principalmente para que estes dados apoiem suas tomadas de decisão.

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

VIDE ANEXO I

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em 2016, o egrégio Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão 618/2016 – TCU - 2ª Camara (DOU nº 79 de 10/02/2016 pag. 26 Prestação de Contas do Exercício de 2013), deliberou pelas seguintes determinações aos responsáveis pela gestão da empresa:

- 1.7. Determinar: 1.7.1. ao Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, disponibilize os seguintes dados em seu sítio eletrônico, de acordo com o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI): 1.7.1.1. informações referentes a dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras, em atendimento ao disposto no art. 8º, § 1º, inciso V, da LAI; 1.7.1.2. informações de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, conforme disposto no art. 8º, § 1º, inciso II, da LAI; 1.7.1.3. informações, de forma nominal, integral e mensal, referentes à remuneração dos empregados, efetivos ou não, conforme dispõe o art. 8º, § 1º, inciso III, da LAI; 1.7.1.4. informações, de forma nominal, integral e detalhada, relativas a pagamentos a empregados, efetivos ou não, de auxílios e ajudas de custo e quaisquer outras vantagens pecuniárias, inclusive jetons , conforme disposto no art. 8º, § 1º, inciso III, da LAI; 1.7.1.5. registros das despesas, de forma detalhada e nominal, (valores de empenho, liquidação, pagamento, beneficiário e objeto da despesa, data; valores das diárias e passagens, data de ida e volta, destino e motivo da viagem, conforme disposto no art. 8º, § 1º, inciso III, da LAI; 1.7.1.6. informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como de todos os contratos celebrados, conforme disposto no art. 8º, § 1º, inciso IV, da LAI; 1.7.1.7. relação nominal de empregados e cargos, conforme disposto no art. 7º, inciso V, da LAI; 1.7.1.8. respostas a perguntas mais frequentes da sociedade , conforme disposto no art. 8º, § 1º, inciso VI, da LAI; e 1.7.1.9. rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses e rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura, e a publicação de relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes, conforme disposto no art. 30, incisos I, II e III, da LAI; 1.7.2. à Secex/RS que: 1.7.2.1. informe ao Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec), bem como ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável pela supervisão da citada empresa pública federal, que: 1.7.2.1.1. o Ceitec vem apresentando, nas últimas contas analisadas pelo TCU, falhas recorrentes relativas às especificações e ao detalhamento dos custos dos bens ou serviços a serem adquiridos e ao acompanhamento da execução contratual, em afronta a Lei nº 8.666/1993, art. 7º, § 2º, inciso II, art. 66, e Decreto nº 5.450/2005, art. 9º, § 2º; e 1.7.2.1.2. não houve a disponibilização, de forma ativa, detalhada e atualizada, no sítio eletrônico do Ceitec S.A., das informações de interesse público, o que afronta os arts. 3º, 6º, 8º, § 1º, da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) e pode estar impedindo o controle social da empresa; 1.7.2.2 encaminhe ao Ceitec cópia da instrução processual acostada à Peça nº 16; e 1.7.2.3 arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento sobre o cumprimento da

determinação expedida ao Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec), segundo o item 1.7.1 deste Acórdão.

Em 04 /03/2016 a Ceitec, entrou com o recurso de reconsideração parcial, ao Acórdão 618/2016 – TCU - 2ª Câmara (DOU nº 79 de 10/02/2016 pag. 26 Prestação de Contas do Exercício de 2013), em que solicitou à este egrégio Tribunal o seguinte: (a) acolha a impugnação de erro material para fazer constar no Acórdão 618/2016 que as contas dos responsáveis Cylon Eudoxio Tricot Gonçalves da Silva, Marcelo Soares Lubaszewski e Reinaldo de Bernardi foram julgadas regulares (e não regulares com ressalvas) e (b) acolha o pedido de reconsideração parcial do acórdão, apenas para tornar sem efeito as determinações contidas nos itens 1.7.1.3 e 1.7.1.4 do Acórdão 618/2016, por se tratarem de informações resguardadas por sigilo comercial e industrial (custo de mão de obra), nos termos do art. 22 da Lei 12.527/2011 c/c art. 5º,§1º, do Decreto 7.724/2012.

Em 30/08/2016 o TCU proferiu o Acórdão 9453/2016 – TCU – 2ª Câmara – DOU 30/08/2016, que acordam, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec S.A. (peça 25) contra o Acórdão 618/2016-2ª Câmara (peça 20), para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para efeito de corrigir o erro material identificado, fazendo com que o caput do acórdão recorrido tenha a seguinte redação: "Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, a linha "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares as contas dos responsáveis Roberto Vanderlei de Andrade, Cylon Eudoxio Tricot Gonçalves da Silva, Marcelo Soares Lubaszewski e Reinaldo de Bernardi, dando-lhes quitação plena, sem prejuízo de fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Em 14/02/2017 a CEITEC, protocolou o Ofício nº 026/2017 (AUDIN/PRES) de 08/02/2017 – Acórdão 9453/2016 - TCU — 2ª Câmara. Processo TC 025.093/2014-2 (Prestação de Contas ref. ao exercício de 2013) Reconsideração de Recurso, dando ciência a este Tribunal das providências adotadas no que tange aos itens: 1.7.1.3. informações, de forma nominal, integral e mensal, referentes à remuneração dos empregados, efetivos ou não, conforme dispõe o art. 8º, § 1º, inciso III, da LAI; 1.7.1.4. informações, de forma nominal, integral e detalhada, relativas a pagamentos a empregados, efetivos ou não, de auxílios e ajudas de custo e quaisquer outras vantagens pecuniárias, inclusive jetons, conforme disposto no art. 8º, § 1º, inciso III, da LAI;

Encontra-se atualmente pendente de julgamento pelo TCU as prestações de contas do exercício de 2010 e 2015.

Quanto aos anos de 2011 e 2014, a CEITEC S.A. não foi selecionada pelo tribunal para que as contas dos gestores fossem julgadas pelo TCU.

7.2 Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno

7.2.1 Recomendações da CGU Contas 2010

Em 04 de janeiro de 2012, foi entregue pela CGU/RS o Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU Nº 201109078 / Exercício 2010. No dia 01 de fevereiro de 2012 foi protocolado na CGU/RS o Plano de Providências Permanente, através do Ofício nº 047 / 2012 (AUDIN / PRES). O Relatório da CGU/RS apontou 16 constatações e respectivas recomendações aos gestores da CEITEC S.A.

As recomendações exaradas neste relatório estão detalhadas no Anexo II, assim como as respectivas providências adotadas.

7.2.2 Recomendações da CGU Contas 2015

Em 03 de outubro de 2015, foi encaminhado pela CGU/RS o Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU Nº 201601021/ Exercício 2015, no qual apontou 26 recomendações. No dia 30/11/2016 a CEITEC disponibilizou as informações à CGU por meio do Of. 258/2016 (AUDIN/PRES), referente providências adotadas em atendimento ao Plano de Providencias Permanente – PPP – Exercício 2015, no sistema Monitor da CGU. Em 02 de março de 2017, a CGU disponibilizou no Sistema Monitor seu posicionamento quanto ao Plano de Providencias Permanente PPP – Exercício 2015.

As recomendações exaradas neste relatório estão detalhadas no Anexo III, assim como as respectivas providências adotadas.

7.2.3 Recomendações da CGU – Auditoria de Integridade

No dia 03 de janeiro de 2017 a CGU enviou à Ceitec o Ofício nº 100060/2017/GAB/CGU–Regional/RS/CGU-PR, que trata do Relatório Definitivo de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais nº 201601772 em que a CGU apresenta um diagnóstico acerca do estágio evolutivo das políticas e procedimentos relacionados à ética e integridade nas empresas estatais. Para fins deste trabalho, as políticas e medidas de integridade adotadas pelas empresas foram avaliadas três aspectos: existência, qualidade e efetividade.

Em resposta a este ofício a CEITEC ´protocolou o Ofício 017/2017 AUDIN/PRES de 27 de janeiro de 2017 com o plano de ação para as sugestões apresentadas pela CGU.

As sugestões emitidas pela CGU, estão detalhadas no Anexo IV

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

As medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário, podem ser confirmadas no item 3.6 deste relatório, que trata de Atividade de Correição e apuração de ilícitos administrativos.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993.

Historicamente, a Ceitec tinha um fluxo financeiro (recursos recebidos do Tesouro) que lhe permitia honrar todos os seus compromissos, no prazo máximo de pagamento estabelecido em contrato. Frente a este cenário, pagava as Notas Fiscais na ordem cronológica de chegada das mesmas ao Departamento Geral de Orçamento e Finanças, porém sem nunca ter se preocupado em formalizar um procedimento que demonstrasse a conformidade do seu cronograma de pagamentos com o art. 5º da Lei 8.666/1993.

Apenas com a situação de restrição financeira que começou a se desenhar no final do exercício de 2015 e perdurou até meados de 2016 foi que a Empresa sentiu a necessidade de ordenar seus pagamentos, estabelecer formalmente um cronograma de pagamentos e criar um instrumento de controle para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela lei.

Hoje, toda a Nota Fiscal que chega ao Departamento Geral de Orçamento e Finanças para liquidação e pagamento é incluída em uma planilha, com a data de entrada no Departamento, e esta data de entrada (da mais antiga para a mais nova) é que determina a ordem de prioridade do pagamento da obrigação.

Em janeiro/2017, o Gerente do Departamento submeteu para análise dos diretores e Superintendentes da Empresa uma MINUTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA, que visa disciplinar o pagamento de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança, obedecendo a ordem de antiguidade de apresentação.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Não ocorreu novas revisões no exercício de 2016. A partir de 2015, consta no Instrumento Convocatório, no modelo de Proposta de Preços, questionamento relativo a obtenção deste benefício. Dessa forma, no ato da contratação sabemos se a empresa é ou não beneficiada pelo Plano Brasil Maior.

***As empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior – Lei nº 12.546/2011 e Decreto nº 7.828/2012 deverão informar a CEITEC S.A. nesta Proposta de Preços.**

A empresa _____ possui o benefício do Plano Brasil Maior – Lei nº 12.546/2011 e Decreto nº 7.828/2012?

Não ()

Sim ()

7.5.1 Contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;

O art. 4º do referido Decreto diz que são diretrizes de sustentabilidade (entre outras):

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Foi iniciado e desenvolvido, apenas pela área de Compras, trabalhos de melhoria nos Padrões de Termos de Referência de Aquisição, com a inclusão dos itens listados, que, também, migraram para os contratos em andamento.

Padrão Termo de Referência Aquisição de Serviços

2.2. Descrever os critérios de sustentabilidade ambiental exigido a execução dos serviços, atendendo a IN 01/2010. Ex.:

- I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

Padrão Termo de Referência Aquisição de Materiais

2.4. Descrever os critérios de sustentabilidade ambiental exigidos para o objeto adquirido, atendendo a IN 01/2010. Ex.:

- I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- III – que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Os colaboradores responsáveis pelos processos de aquisição, conforme orientação da Área de Química-Facilities e Meio Ambiente, devem verificar as contratações que atendem os critérios acima descritos. Entende-se, ainda, por sustentável toda aquisição que é realizada utilizando o menor recurso ambiental e financeiro obtendo o melhor benefício realmente necessário a Administração.

7.5.2 Plano de Gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;

Conforme a política sustentável para uso racional de papel, energia elétrica e água, ressaltamos que os copos descartáveis usados pelos funcionários foram substituídos por canecas personalizadas evitando o consumo do material plástico. Foram providenciadas também lixeiras devidamente identificadas para facilitar a coleta seletiva. Nos banheiros da empresa foram instaladas torneiras e luminárias automáticas com sensores. Em toda empresa é utilizado papel reciclado nas impressoras.

O Termo de Referência elaborado pela empresa para licitação de contratação de serviços, licitação de compras de materiais, licitação de máquinas, contempla critérios de sustentabilidade ambiental atendendo a IN 01/2010.

A Fábrica da CEITEC S.A., possui sistemas de pré-tratamento de água industrial e serviço de sanitização de instalações de produção de água ultrapura. Esses sistemas qualificaram os processos industriais, melhorando a qualidade da água fornecida à fábrica e reduzindo o consumo no processo de purificação.

O consumo de água hoje é inferior a períodos anteriores. Esta redução foi atingida através da implantação de melhorias na planta de água ultrapura, com redução das perdas nos processos e reaproveitamento da água utilizada na fabricação de circuitos integrados.

O consumo de energia elétrica diminuiu significativamente desde o ano de 2014. Esta redução foi atingida através de melhorias no sistema de ar condicionado que controla a temperatura e a umidade da sala limpa. No prédio administrativo foi instalado um temporizador no sistema de ar condicionado. O número de máquinas da fábrica aumentou e mesmo assim, diminuiu o consumo de energia elétrica. A CEITEC S.A., está reduzindo de consumo de água e energia elétrica de forma contínua e podemos ver os resultados nas tabelas abaixo.

Quadro 26– Consumo de água

FATURA / PERÍODO	2013		2014		2015		2016	
	Consumo (m³)	VALOR TOTAL PAGO	Consumo (m³)	VALOR TOTAL PAGO	Consumo (m³)	VALOR TOTAL PAGO	Consumo (m³)	VALOR TOTAL PAGO
JANEIRO	11.701	R\$ 99.386,17	8.664	R\$ 100.049,69	5.683	R\$ 85.823,57	3.276	R\$ 64.393,05
FEVEREIRO	8.032	R\$ 87.480,59	7.550	R\$ 93.694,97	5.542	R\$ 86.704,63	3.954	R\$ 77.719,82
MARÇO	7.153	R\$ 89.508,14	6.290	R\$ 91.254,68	4.964	R\$ 84.544,31	3.366	R\$ 73.160,01
ABRIL	7.224	R\$ 91.696,59	6.228	R\$ 89.052,63	4.537	R\$ 81.921,93	3.521	R\$ 76.528,93
MAIO	7.539	R\$ 91.673,57	7.252	R\$ 95.119,71	4.810	R\$ 81.598,54	2.963	R\$ 64.400,80
JUNHO	8.259	R\$ 95.712,73	5.313	R\$ 83.631,36	4.770	R\$ 84.120,56	2.203	R\$ 47.882,20
JULHO	7.884	R\$ 93.609,00	5.967	R\$ 87.506,24	4.342	R\$ 80.724,35	2.429	R\$ 52.794,31
AGOSTO	7.890	R\$ 93.642,66	6.259	R\$ 89.236,31	4.307	R\$ 80.509,41	3.150	R\$ 68.465,25
SETEMBRO	8.870	R\$ 99.140,40	6.524	R\$ 90.806,40	3.168	R\$ 62.270,20	3.861	R\$ 83.918,83
OUTUBRO	7.624	R\$ 92.150,42	6.662	R\$ 91.624,03	3.124	R\$ 61.405,34	3.215	R\$ 69.878,02
NOVEMBRO	9.030	R\$ 100.037,99	6.153	R\$ 88.608,27	2.959	R\$ 58.162,10	4.110	R\$ 87.687,00
DEZEMBRO	9.602	R\$ 105.247,63	5.871	R\$ 86.937,44	3.416	R\$ 67.144,89	3.446	R\$ 74.898,81

Fonte: CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA – CEITEC S.A.

Quadro 27– Consumo de energia

2014		2015		2016	
Consumo kWh	VALOR TOTAL PAGO	Consumo kWh	VALOR TOTAL PAGO	Consumo kWh	VALOR TOTAL PAGO
13.436.270	R\$ 3.940.676,02	12.130.801	R\$ 5.950.632,88	9.195.112	R\$ 4.881.423,91

Fonte: CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA – CEITEC S.A.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 28– Ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Legal	Publicação de atos administrativos legais (balanço, atos, portarias, contratos e aditivos, etc) no Diário Oficial da União (DOU).	R\$ 20.000,00	R\$ 13.028,73
	Veiculação de atos administrativos legais em jornais de grande circulação por meio de agência de publicidade legal, Empresa Brasil de Comunicação (EBC).	R\$ 153.887,09	R\$ 144.369,83
Mercadológica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Utilidade pública	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Departamento de Comunicação

ANEXO I – ITEM 6.4: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.

Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. é uma empresa pública federal domiciliada no Brasil, constituída sob a forma de sociedade por ações, com participação exclusiva da União no capital social, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). A Companhia foi constituída pela Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008, e Decreto nº 6.638, de 07 de novembro de 2008. A Assembleia Geral de Constituição da CEITEC foi realizada em 15 de abril de 2009, data em que iniciou suas atividades de estudos e testes.

Com sede em Porto Alegre (RS), a CEITEC ocupa uma área total de 14,7 mil m²: 9,6 mil m² são destinados para a Fábrica e 5,1 m² para o Prédio Administrativo. A CEITEC tem como objeto social desenvolver soluções científicas e tecnológicas que contribuam para o progresso e bem-estar da sociedade brasileira e a finalidade de explorar diretamente a atividade econômica no âmbito das tecnologias de semicondutores, microeletrônica e áreas correlatas. Além disso, por meio da CEITEC o governo federal visa desenvolver o segmento de semicondutores, considerado estratégico para o desenvolvimento do País.

A Companhia, em 14 de maio de 2009, firmou com a associação civil Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada o convênio de cooperação técnica que visava o auxílio à implementação e ao início das atividades da CEITEC S.A., mediante disponibilização de pessoal, equipamentos, tecnologia, conhecimento e custeio das despesas iniciais, de modo a possibilitar a estruturação e o início das operações da CEITEC S.A.

A CEITEC atua no segmento de semicondutores desenvolvendo soluções para identificação automática (RFID e smartcards) e para aplicações específicas (ASICs). A empresa projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados para aplicações como identificação de animais, produtos perecíveis, pessoas e veículos, além de autenticação, gestão de inventário, controle de ativos, entre outras. Conforme descrito acima, a Companhia é uma empresa pública dependente, cujos recursos são providos pela União mediante dotação orçamentária específica.

Em setembro de 2011 foi assinado o contrato de transferência de tecnologia CMOS de 600 nanômetros com a empresa alemã X-FAB, um marco importante para o Brasil ingressar no seletivo grupo de países capazes de produzir circuitos integrados em escala comercial. Em outubro do mesmo ano, a CEITEC iniciou a produção em volume comercial do seu primeiro produto, o CTC11002 (conhecido como Chip do Boi).

Em 2012, o CTC11002 passou a ser utilizado nos brincos eletrônicos para identificação animal produzido pelo Grupo Fockink, empresa gaúcha especializada em produtos para o agronegócio. Em setembro, a CEITEC firmou parceria estratégica com a Casa da Moeda do Brasil para desenvolver o novo chip do passaporte brasileiro. Ainda em 2012, a CEITEC vendeu um lote de 100 mil unidades do chip CTC13001, direcionado para a área de logística, ao Flextronics Instituto de Tecnologia (FIT) para uso em cartuchos de impressoras da HP Brasil.

Em 28.11.2012 foi celebrado Termo entre a Ceitec Associação e a CEITEC S.A., o qual tornou efetiva a reversão dos bens adquiridos e/ou produzidos pela Associação com recursos públicos federais, para todos os fins, sub-rosa em seus direitos e obrigações, nos termos da autorização do art. 5º, § 3º, da Lei nº 11.759/2008, bem como da determinação do Tribunal de Contas da União por ocasião do julgamento do Processo TC-028.282/2010-8 (Prestação de Contas - Exercício 2009).

No ano seguinte, em 2013, a CEITEC atingiu seu primeiro R\$ 1 milhão em faturamento, conquistado principalmente a partir da venda de 6 milhões de unidades do chip CTC13001. Naquele ano foi lançado o CTC13001T, dispositivo que possui um sinal de entrada que pode ser utilizado na detecção de violação (Tamper Detection) do inlay. Ainda em 2013, o chip CTC13100, para rastreamento de veículos para atender ao programa Siniav, entrou em fase de produção em volume comercial. No mesmo período, a CEITEC obteve a conquista do reconhecimento de bem de informática e automação com tecnologia desenvolvida no país para o chip CTC13001. Trata-se do primeiro circuito integrado a alcançar tal status no Brasil. Em 2013 houve ainda a implantação na Fábrica do “Módulo 4”, área que realiza serviços de beneficiamento de wafers (teste, afinamento e corte), fazendo com que a empresa utilize esses serviços na produção dos chips que disponibiliza ao mercado e ofereça os mesmos serviços ao ecossistema regional de semicondutores.

Já em 2014, a CEITEC atingiu a marca de 15 milhões de unidades do chip CTC13001 produzidas e entregues a seus clientes, o que fez com que o faturamento da empresa mais que duplicasse com relação ao ano de 2013. A CEITEC também comemorou o fato de ter avançado ainda mais no processo de transferência de tecnologia de produção de circuitos integrados. A Fábrica terminou o ano com mais de 70% das etapas de todo o processo de transferência qualificadas e com 99% dos equipamentos relacionados com a transferência de tecnologia comissionados, de forma a permitir os testes de processo.

No ano de 2015, a CEITEC seguiu obtendo novas conquistas. A empresa passou a disponibilizar ao mercado o CTC13100, para uso por empresas que estão desenvolvendo soluções para o Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), e o chip CTC12100, desenvolvido a partir de uma parceria entre a empresa NOVUS e a CEITEC iniciada em 2011. O dispositivo mede e registra a temperatura de produtos sensíveis. Em 2015 a CEITEC ainda lançou o produto CTC13002, chip RFID UHF para aplicações em logística certificado no mais importante padrão para identificação eletrônica do planeta, o EPCglobal Class 1 Gen 2. O CTC13002 foi o primeiro circuito integrado de uma empresa do Hemisfério Sul a receber o certificado. Em todo o mundo, apenas outros 10 chips têm essa certificação.

Entre outros resultados relevantes registrados em 2015 está o lançamento do Programa Multiusuário Brasileiro (PMUB), iniciativa para promover o uso do conjunto de tecnologias licenciadas pela CEITEC para sua Fábrica junto à indústria nacional e à comunidade acadêmica, criando um ambiente para o rápido desenvolvimento e produção de protótipos. No mesmo ano, a empresa deu início à operação de sua linha de micromódulos. A venda do serviço de encapsulamento em micromódulos ganhou força no decorrer de 2015.

Com relação ao reconhecimento do trabalho realizado pela empresa para melhoria da gestão da qualidade, o ano de 2015 foi importante por ter sido marcado por diversas premiações e certificações. Entre elas estão a certificação ISO 9001:2008, norma internacional que garante a gestão da qualidade de uma empresa, concedida à área de back-end da Fábrica, a Medalha Bronze no Prêmio Qualidade RS do

Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), o Troféu Qualidade Comércio e Serviços, concedido durante o 8º Fórum Comércio e Serviços RS, entre outros.

No ano de 2016, apesar do cenário econômico desafiador, a CEITEC fechou o ano com uma receita de R\$4,486 milhões, um acréscimo com relação ao ano anterior. O valor foi atingido a partir de vendas dos produtos CTC11002, CTC12100, CTC13001v3, CTC13002 e CTC12100, além do serviço de encapsulamento em micro-módulos. Em número de unidades, a CEITEC ultrapassou a marca dos 17 milhões de chips vendidos. Foi em 2016 que teve início a comercialização do produto CTC13002, chip RFID UHF para aplicação em logística lançado durante evento em 2015 e que é a nova versão do chip CTC13001. Por ter melhor desempenho, permite antenas menores. Além disso, inovações no processo produtivo da CEITEC tornaram o produto mais competitivo. Ao longo do ano, todo o estoque de sua versão anterior (CTC13001v3) foi comercializado.

Na Fábrica da CEITEC, em 2016 teve início o beneficiamento do CTC13002, cujo processo envolve teste, afinamento e corte. O processo de teste foi otimizado: sua paralelização aumentou em oito vezes a capacidade de produção. Além disso, foram iniciadas as operações com a nova máquina de corte a laser, que mais que dobrou a capacidade de produção, permitindo melhoria da qualidade, redução de custo de processo e aumento do número de chips por lâmina. Em 2016 foram expandidos os serviços externos nas áreas de teste, afinamento e corte, die sorting e edição de circuitos integrados. O destaque fica para a marca atingida de 6 milhões de micro-módulos entregues a clientes. Durante o ano de 2016 também foram realizadas 2 rodadas do PMUB, atendendo 10 instituições na primeira rodada e 6 na segunda. Novas rodadas estão previstas para o ano de 2017.

BASE DE PREPARAÇÃO

a . Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras anuais foi autorizada pela Administração.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras anuais foi efetuada de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras anuais.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Caixa e equivalentes de caixa, que correspondem aos limites de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecidos pelo órgão central de programação financeira. Esses recursos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e adiantamento do Tesouro Nacional.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de ativos e passivos e não identificou valores materiais a serem ajustados.

iii. Capital social

O capital social é formado exclusivamente por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de propriedade da União Federal.

c. Estoque

São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os impostos por ventura não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais.

Efetuamos a contagem geral dos estoques em 26/12/2016.

d. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são registradas pelo seu custo original de acordo com os prazos de vigência dos respectivos contratos relacionados. As despesas correspondentes são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o princípio de competência.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

1 - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação ou despesa com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 7, bens imóveis, máquinas, equipamentos e outros itens de produção que vem sendo utilizados pela Companhia são ainda de propriedade de órgãos da administração Federal. Estão em andamento as necessárias providências para que a propriedades de tais ativos sejam repassadas para a Companhia, através de integralização de capital. No exercício de 2014 foi efetuado a reversão dos bens conforme Termo de Sub-Rogação em contrapartida com o AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

2 – Adequações às Normas Internacionais (IFRS)

A CEITEC atendeu plenamente às práticas contábeis no que concerne a convergência e harmonização das normas contábeis brasileiras como o padrão contábil internacional (International Financial Reporting Standards – IFRS). Em 15/08/2016 foi assinado contrato nº 016/2016 com a empresa especializada em avaliação patrimonial de bens móveis (Metrópole Soluções Empresariais e Governamentais EIRELI - CNPJ 07.843.902/0001-39), cujos trabalhos foram concluídos no corrente, resultando o laudo de número: CEITEC162016012017, avaliação dos ativos, para fins de determinação do valor recuperável dos ativos (impairment test) e vida útil residual, nos termos das Resoluções CFC nºs 1.292/10 e 1.177/09 e demais normas aplicáveis a ativo imobilizado e intangíveis.

CPC 12 Ajustes a Valor Presente

O prazo médio das rubricas Conta a Receber e Contas a Pagar é inferior a 90 dias e, os preços praticados para efeitos, não possuem juros embutidos, desse modo, não existe atividade de financiamento de natureza monetária, não sendo necessário o ajuste a valor presente (AVP).

CPC 27 Ativo Imobilizado

Foram feitos os ajustes necessários em atendimento e observação desta norma.

ICPC 10 Interpretação Sobre Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado do Pronunciamento Técnico CPC 27 Ativo Imobilizado

Foram feitos os ajustes necessários em atendimento e observação desta norma.

i. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

f. Intangível

1 - Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta e custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

2 – Adequações às Normas Internacionais (IFRS)

A CEITEC atendeu plenamente às práticas contábeis no que concerne a convergência e harmonização das normas contábeis brasileiras como o padrão contábil internacional (International Financial Reporting Standards – IFRS).

CPC 04 (R1) Ativo Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda econômica do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudança de estimativas contábeis.

i. Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 8.

ii. Amortização

Amortização é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada ou o prazo contratual de uso da licença, no caso de *softwares*. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. Arrendamento mercantil

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

h. Reconhecimento da receita de subvenções para custeio/investimento

A Companhia é uma empresa pública dependente nos termos da Lei Complementar 101/2000. Sua receita é constituída por recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional para as despesas de pessoal e custeio devidamente empenhadas e por receitas próprias. Os recursos recebidos pela Companhia destinados ao pagamento de aquisições de ativos e outros itens de investimento estão demonstrados no balanço patrimonial à conta de “recursos destinados ao aumento de capital”.

Os valores destinados pelo Tesouro Nacional por meio de execução orçamentária são reconhecidos no resultado de acordo com a fase de liquidação das despesas empenhadas.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

h. Imposto de renda e contribuição social

Não existem saldos de imposto de renda e a contribuição social apurados para o período, devido aos prejuízos fiscais apresentados. Como a Companhia encontra-se ainda dependente do orçamento da União, a expectativa da CEITEC é que até o ano de 2021 a empresa torne-se independente e lucrativa.

l. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o resultado por ação diluído e básico são idênticos, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Limite de saque - conta única do Tesouro Nacional	<u>7.344</u>	<u>2.739</u>
	<u>7.344</u>	<u>2.739</u>

O limite de saque – conta única do Tesouro Nacional é mantido no Banco Central do Brasil, e utilizado para registrar a movimentação dos recursos financeiros da Companhia junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, por meio de termo de cooperação técnica firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a contrapartida destes valores está registrada no passivo circulante em conta “Adiantamentos Recursos do Tesouro Nacional”.

4 Estoque

	31/12/2016	31/12/2015
Produto Acabado	74	180
Material Meio Auxiliar de Produção	5.069	5.360
Material de Embalagem	17	18
Matéria-Prima	2.740	3.739
Semi-Acabado	316	1.651
Materiais de Consumo	831	844
Peças de Reposição	5.657	6.277
	<u>14.704</u>	<u>18.069</u>

5 Tributos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Importação	1	-
IRRF	103	103
ICMS	4.830	4.687
IPI a compensar	145	145
PIS a compensar	1.091	920
COFINS a compensar	5.028	4.238
INSS a Compensar	151	145
	<u>11.349</u>	<u>10.238</u>
Circulante	6.796	8.017
Não circulante	4.553	2.221

Refere-se a créditos relacionados aos tributos incidentes quando da aquisição de insumos para fabricação, ativos imobilizados e intangíveis (ICMS, PIS e COFINS).

6 Despesas Antecipadas

	31/12/2016	31/12/2015
Assistência e suporte técnicos contratados	1.744	1.291
Prêmios de seguros a vencer	422	464
Locação Programas/Software	916	987
	<u>3.082</u>	<u>2.742</u>
Circulante	3.082	2.742

7 Imobilizado

Composição do saldo

	Benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em Andamento	Adiantamento a fornecedores	Total do Imobilizado
Em 31/12/2014	<u>57</u>	<u>102.892</u>	<u>42</u>	<u>3.054</u>	<u>42.214</u>	<u>2.068</u>	<u>150.327</u>
Aquisições	-	12.000	-	99	-	-	12.099
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento Fornecedores	-	-	-	-	-	(2.057)	(2.057)
Depr. Compl. Sub-rogação	-	(7.230)	-	(529)	-	-	(7.759)
Depreciações	(19)	(13.487)	(21)	(491)	-	-	(14.018)
Em 31/12/2015	<u>38</u>	<u>94.175</u>	<u>21</u>	<u>2.133</u>	<u>42.214</u>	<u>11</u>	<u>138.592</u>
Aquisições	-	1.758	-	25	-	-	1.783
Desvalorização por <i>Impairment</i>	(1)	(3.632)	-	(71)	-	-	(3.704)
Reclassificações	-	(15)	-	14	-	1	-
Depreciações	(19)	(15.704)	(21)	(628)	-	-	(16.372)
Em 31/12/2016	<u>18</u>	<u>76.582</u>	<u>-</u>	<u>1.473</u>	<u>42.214</u>	<u>12</u>	<u>120.299</u>

Taxas anuais de depreciação - %	<u>4</u>	<u>de 5,5 a 48%</u>	<u>33,33%</u>	<u>de 5,5 a 48%</u>	<u>10%</u>
---------------------------------	----------	---------------------	---------------	---------------------	------------

a. Custo atribuído (deemed cost)

A Companhia apurou e registrou no exercício de 2014 o Custo atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado tendo contratado empresa especializada UNISIS Administração Patrimonial Ltda. para preparação de laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo objeto desta avaliação a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

b. Terreno e imóvel utilizados pela Companhia

O governo Federal realizou investimentos na ordem de R\$ 400 milhões na construção das instalações utilizadas pela Companhia. Grande parte destes investimentos foi realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) na construção da unidade sede e parque fabril. Está sendo viabilizada junto ao MCTI e aos órgãos públicos a transferência da propriedade deste imóvel para a Companhia, que atualmente pertence ao referido Ministério, nos termos do Ofício nº 432/SPOA do MCTI datado de 9 de dezembro de 2009. Com referência ao terreno, de propriedade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, onde a fábrica está instalada, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação possui Termo de Cessão de Uso a Título Gratuito por sessenta anos, renováveis por mais cinco a contar de 3 de agosto de 2004.

c. Máquinas e equipamentos

Parte das máquinas e equipamentos utilizados pela Companhia foi cedido a título gratuito (doação) pela empresa Motorola do Brasil S.A. para o Estado do Rio Grande do Sul, com o encargo de condicionar o uso pelos laboratórios da Associação Civil Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC. Posteriormente o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria da Ciência e Tecnologia, efetivou a doação dos referidos equipamentos à União, representada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ficando a referida Associação com a guarda provisória dos bens até o momento em que ocorreu a sub-rogação legal do acervo à Companhia.

8 Intangível

	Direitos de uso softwares	Marcas e patentes	Total do intangível
Em 31/12/2014	<u>11.906</u>	<u>413</u>	<u>12.319</u>
Aquisições	1.897	-	1.897
Amortização Compl. Sub-rogação	(2.338)	-	(2.338)
Amortização	<u>(1.235)</u>	<u>-</u>	<u>(1.235)</u>
Em 31/12/2015	<u>10.230</u>	<u>413</u>	<u>10.643</u>
Aquisições	1.172	-	1.172
Desvalorização por <i>impairment</i>	(195)	-	(195)
Amortização	<u>(1.618)</u>	<u>-</u>	<u>(1.618)</u>
Em 31/12/2016	<u>9.589</u>	<u>413</u>	<u>10.002</u>
Taxas anuais de amortização - %	<u>de 20 a 33%</u>	<u>20%</u>	

Os ativos intangíveis reconhecidos referem-se a direitos de uso de *softwares* relacionados à área industrial e ao licenciamento de estudos técnicos e projetos de radiofrequência realizados pela Companhia.

Os projetos industriais desenvolvidos pela Companhia ainda estão em fase de amadurecimento por isso todos os dispêndios relacionados a estes são registrados diretamente no resultado do exercício, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Os projetos desenvolvidos pela Associação Civil Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) se encontram finalizados. Em razão da transferência de obrigações e direitos daquela Associação a esta Companhia, as prestações de contas estão sob responsabilidade desta, estando em estágio final de encerramento e obtenção dos respectivos certificados de quitação.

Os projetos referidos são relativos às seguintes áreas: rastreabilidade bovina; modulador da TV Digital; projeto Altus; e circuito integrado específico para uso nas soluções de automação industrial.

9 Fornecedores

	32/12/2016	31/12/2015
Fornecedor Nacional	608	6.141
Fornecedor Exterior	-	3.131
	<u>608</u>	<u>9.272</u>
Circulante	<u>608</u>	<u>9.272</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 21.

10 Obrigações e provisões tributárias

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF a Recolher	1	-
INSS a Recolher	8	47
ISS retido a Recolher	11	77
PIS/Cofins a Recolher	5	-
IRPJ Recolher	-	522
CSLL Recolher	-	188
Tributos Importação/Retenções	54	578
	<u>79</u>	<u>1.412</u>
Circulante	<u>79</u>	<u>1.412</u>

11 Obrigações e provisões trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para férias	2.083	2.049
Provisão INSS s/ férias	569	559
Provisão FGTS s/ férias	166	164
INSS a Pagar	-	1.127
FGTS a Recolher	17	310
Empréstimo Consignado	-	1
	<u>2.835</u>	<u>4.210</u>

12 Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados no exercício de 2015 sobre o valor do Ajuste de avaliação patrimonial (R\$ 27.207), com as alíquotas de 15% de IRPJ e 10% de adicional (R\$ 6.802), 9% de CSLL (R\$ 2.448), conforme Notas Explicativas nº 7 e 8.

No exercício de 2016 efetuamos a reversão dos tributos diferidos, por entendermos não ser viável a manutenção de tais valores no Passivo Circulante e Não Circulante, por não termos expectativas de realização (lucros):

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Ajuste Avaliação Patrimonial – PL	23.028	25.117
Saldo CSLL – Diferenças Temporárias-PL	-	(2.260)
Saldo IRPJ – Diferenças Temporárias - PL	-	(6.279)
	<u>23.028</u>	<u>16.578</u>
Valor Realizado pela Depreciação	2.089	2.089
IR (25%)	-	(522)
CS (9%)	-	(188)
Valor realizado Líquido	<u>-</u>	<u>1.379</u>
Saldo Acumulado IR/CS	<u>-</u>	<u>8.540</u>

13 Recursos destinados ao aumento de capital

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, corresponde aos recursos recebidos da União para investimentos e futuro aumento do Capital Social na Companhia, os quais foram capitalizados até o limite do capital autorizado.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 39 – Instrumentos Financeiros, item 11, no exercício de 2014, passamos a classificar os recursos destinados ao aumento de capital no Passivo Não Circulante.

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	170.283	151.158
Incremento – Subvenção Investimento	5.617	9.737
Aumento Capital por sub-rogação Bens Associação Civil - Depreciação	-	(10.097)
Atualização SELIC	24.310	19.485
Saldo AFAC – Adiantamento para futuro Aumento de Capital (Saldo Final)	<u>200.210</u>	<u>170.283</u>

14 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

É de R\$ 42.000 (quarenta e dois milhões de reais) dividido em 42.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se aos efeitos do ajuste do custo atribuído (Deemed Cost) dos itens do ativo imobilizado e intangível, conforme descrito nas notas explicativas nº 07 e 08, deduzido da provisão de impostos diferidos, no exercício de 2015.

Em 2016 efetuamos a reversão dos tributos diferidos no passivo circulante e não circulante, para a conta de origem, ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, por entendermos não haver motivo de efetuarmos a manutenção do passivo neste momento por não termos expectativa de realização.

c. Aumento de Capital

A Ceitec iniciou as tratativas para aumento de capital no exercício de 2011, conforme Ata nº 28 do Conselho de Administração.

No exercício de 2015, foi enviada proposta atualizada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação seguindo as orientações da Nota Técnica CGOF/MCTI nº 10/2014. Estamos no aguardo da publicação do Decreto Presidencial. O incremento solicitado corresponde aos recursos recebidos de subvenção para investimento, através de orçamento da União – AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) nos exercícios de 2011 a 2014 no montante de R\$ 114.780.241,85 (cento e quatorze milhões, setecentos e oitenta mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), a serem atualizados pela taxa Selic conforme a data da assembleia, nos termos do artigo 166, IV da Lei 6.404/76.

15 Receita Líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta		
Vendas	4.552	4.305
Deduções		
Impostos	(565)	(550)
Receita Líquida de vendas	3.987	3.755

16 Despesas com pessoal

	31/12/2016	31/12/2015
Salários	(23.549)	(19.693)
Encargos sociais	(8.977)	(8.619)
Benefícios	(2.269)	(5.203)
	<u>(34.795)</u>	<u>(33.515)</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Materiais de consumo	(6.518)	(6.171)
Serviços de Terceiros	(7.926)	(15.666)
Serviços Profissionais Técnicos	(4.108)	(2.672)
Assistência técnica e suporte	(1.947)	(1.022)
Depreciação e amortização	(17.338)	(14.057)
Manutenções	(2.874)	(1.016)
Energia elétrica	(3.719)	(5.342)
Locação de Software	(1.099)	(1.998)
Aluguéis e arrendamentos	(54)	(11)
Água e esgoto	(826)	(976)
Diárias e passagens	(298)	(807)
Seguros	(702)	(753)
Anúncios e publicações	(105)	(205)
Impostos e taxas	(111)	(244)
Outros	(161)	(560)
	<u>(47.786)</u>	<u>(51.500)</u>

18 Honorários dos Administradores

O montante de remuneração pago pela companhia a seus conselheiros e aos administradores, está demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Honorários da diretoria	(1.083)	(1.034)
Honorários dos conselheiros	(268)	(306)
Encargos sociais	(208)	(251)
	<u>1.559</u>	<u>1.591</u>

19 Outras despesas (receitas) Operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Subvenções p/custeio	70.887	72.030
Outras Receitas Operacionais	4	4
Outras Despesas Operacionais	(12)	-
	<u>70.879</u>	<u>72.034</u>

20 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Atualização do capital autorizado	(24.310)	(19.485)
Variação cambial passiva	(244)	(823)
Multas e juros de mora	(133)	(45)
IOF	(19)	(14)
Outras despesas financeiras	(37)	(38)
Despesa	<u>(24.743)</u>	<u>(20.405)</u>
Variação cambial ativa (*)	613	1.398
Descontos obtidos/Multas recebidas	8	76
Receita	<u>621</u>	<u>1.474</u>

A atualização do capital autoriza do refere-se à atualização pela taxa SELIC dos recursos recebidos da União para fins de aumento do capital da Companhia, conforme definido pelo artigo 51 do Decreto nº 6.638.

(*) As variações cambiais refletem os impactos das variações de preços na moeda Dólar Norte Americano.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito
- b. Risco de liquidez
- c. Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito está relacionado principalmente aos valores recebíveis do Tesouro Nacional.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	7.344	2.739
	<u>7.344</u>	<u>2.739</u>

Os montantes acima são todos decorrentes de contrapartes no mercado interno e não há saldos em atraso.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e busca aumentar o seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui limite de saldo em tesouraria suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Além disso, a Companhia recebe do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação montantes para o pagamento das contas a pagar, com a natureza de doação. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	2.739	2.739	2.739	-	-	-
Fornecedores	<u>9.272</u>	<u>9.272</u>	<u>9.272</u>	=	=	=
Total	<u>12.011</u>	<u>12.011</u>	<u>12.011</u>	=	=	=
31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	7.344	7.344	7.344	-	-	-

Fornecedores	<u>608</u>	<u>608</u>	<u>608</u>	-	-	-
Total	<u>7.952</u>	<u>7.952</u>	<u>7.952</u>	=	=	=

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aumentar o retorno.

Risco da taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia principalmente para a aquisição de produtos e serviços.

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para se proteger de risco de taxa de câmbio.

Com relação a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia procura manter sua exposição líquida a um nível aceitável.

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar norte-americano) em 31 de dezembro de 2016 monta em R\$ 974 (novecentos e setenta e quatro mil) e 2015 no montante de R\$ 3.706 (três milhões, setecentos e seis mil) referente aos valores empenhados em moeda estrangeira. Numa simulação de estresse cambial, ou seja, adotando-se uma variação da cotação da moeda americana de três desvios padrão em relação a media histórica dos últimos 12 meses o impacto cambial na empresa é de R\$ 6 (seis mil) e em 2015 foi de R\$ 23 (vinte e três mil).

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	7.344	7.344	2.739	2.739
Adiantamentos do Tesouro Nacional	7.344	7.344	2.739	2.739
Fornecedores	608	608	9.272	9.272

A Companhia considera que, devido aos prazos e à natureza dos saldos relativos aos instrumentos financeiros acima demonstrados, o valor contábil reflete substancialmente o valor justo em cada data-base.

22 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela União Federal e os valores em aberto com sua controladora decorrem dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal.

As operações com partes relacionadas estão sintetizadas no quadro abaixo:

Com a União Federal	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalente de caixa	7.344	2.739
Passivo circulante e não circulante		
Adiantamentos do Tesouro Nacional	7.344	2.739
	31/12/2016	31/12/2015
Receita – subvenções para custeio	70.887	72.030
Honorários dos administradores	(1.559)	(1.591)

23 Contingências

A Administração da Companhia, com base na opinião da Consultoria e Procuradoria Jurídica, constituiu provisão contábil de R\$ 9.242 os quais estão avaliados com chance de perda provável. Por sua vez, o montante de R\$ 24.966 refere-se aos valores classificados como passivo contingente. O quadro abaixo demonstra o montante por natureza:

NATUREZA	CLASSIFICAÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO
Trabalhista	Provável	R\$ 9.242	Reclamatórias trabalhistas
Trabalhista	Possível	R\$ 1.555	Reclamatórias trabalhistas
Tributária	Remota	R\$ 23.411	Processo Administrativo Fiscal

No último trimestre de 2016, a metodologia de análise e estimativa de risco fiscal foi readequada, passando-se a utilizar a Norma Brasileira de Contabilidade TG 25, conforme proposto pelos representantes da auditoria independente. Em reunião com a CONJUR ocorrida em 08.11.2016 (Ata 01/2016), o que foi devidamente informado aos administradores da Companhia (Ata nº 89/2016 do Conselho de Administração). A despeito dessa alteração, manteve-se cenário no qual a substancial maioria, tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo, advém da seara trabalhista. Ou seja: a maior quantidade de ações judiciais ajuizadas em desfavor da Companhia diz respeito à contratação de serviços terceirizados, ao passo que o maior impacto financeiro está relacionado a uma ação coletiva, ou seja, uma demanda ajuizada em nome de todos os empregados da Companhia, cujo desfecho poderá ocasionar considerável efeito multiplicador.

Conforme referido, as informações e o formato de divulgação da Planilha de Riscos Fiscais passaram a seguir o modelo proposto pela auditoria externa, com base nas normas supracitadas. Quanto à quantificação dos valores destes processos trabalhistas, cabe salientar que foi utilizado o valor da causa para as ações as quais se encontram ainda em fase instrutória

(discussão de mérito ou processo de conhecimento). Esta decisão decorre de três fatores: (a) a incerteza na definição do possível impacto financeiro das Reclamatórias até o desfecho da fase de conhecimento (i.e., sentença de 1º grau); (b) a complexidade da avaliação dos riscos advindos dos contratos de prestação de serviços com terceirização de mão de obra e; (c) a existência de casos com especificidades de causas e pretensões postuladas por Reclamantes.

Assim, optou-se por manter, por prudência, o valor da causa como critério de estimativa de risco das Reclamatórias Trabalhistas até a resolução da fase instrutória, culminando em acordo - caso em que o valor negociado passa a ser o critério ou sentença reconhecendo total ou parcialmente a pretensão da Reclamante. Registre-se, por oportuno, que em algumas ações já houve apresentação de Laudos Periciais de Instrução, realizados por peritos indicados pelos respectivos Juízos. Todavia, esta Consultoria Jurídica optou por desconsiderar tais análises periciais, enquanto parâmetros de estimativa de valores, pois: (a) os laudos não tratam de estimativa de valores propriamente, mas sim de avaliação de preenchimento de condições legais para auxiliar na declaração de eventuais direitos referentes a benefícios trabalhistas; (b) há impugnações das partes supostamente devedoras; e, por fim, (c) a área jurídica da Companhia não detém atribuições regimentais e tampouco capacidade técnica ou estrutura para praticar atos típicos de contadoria.

Prosseguindo o feito à fase recursal, tem-se na sentença a estipulação do valor provisório, o qual optou-se por usar no interregno da fase recursal, à medida que se aproxima mais do resultado final da liquidação com a apuração final do montante efetivamente devido, com única exceção aplicável ao processo 0021796-60.2014.5.04.0021, cuja estimativa seguiu os parâmetros informados pela Companhia à Secretaria Executiva do MCTIC, Ofício nº 209/2016 – RH/PRES, de 14.8.2016.

Quanto à divulgação do passivo contingente advindo do risco fiscal, retomou-se a divulgação do Processo Administrativo 10516.720029/2012-05, que tramita junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, uma vez que trata de elevado montante de potencial passivo, apesar de ainda estar sendo apreciado no âmbito da justiça administrativa. Ademais, optou-se por realizar a atualização do valor conforme memória de cálculo fornecida pelo Departamento de Contabilidade da empresa.

Finalmente, optou-se por retirar o passivo civil da análise de risco fiscal à luz da alteração de metodologia, uma vez que se optou por classificar todos os processos cíveis como tendo remoto risco de saída de recursos.

24 Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Contrato com ACE Seguradora S.A. com vigência de 03/11/2016 a 03/11/2017, conforme a apólice de seguros:

Cobertura

Importâncias Seguradas

Incêndio de bens do imobilizado

282.095

25 Conciliação dos saldos pela contabilidade societária e pelo SIAFI

Em atendimento à Decisão do Tribunal de Contas da União – TCU, publicada no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 2006, S.1, p.86 apresentamos a conciliação dos saldos levantados pelo sistema contábil societário e o sistema SIAFI, em 31 de dezembro de 2016.

A escrituração contábil segundo a Lei 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar referente ao orçamento do exercício findo.

Abaixo demonstramos os valores do exercício de 2016 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo as origens das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores referem-se a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas leis.

As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao pouco tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizado pelos órgãos superiores para fechamento da contabilidade pública, que tem por base o SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilização maior nos prazos de fechamento, o que possibilita uma melhor conciliação e conferência dos registros efetuados.

	Saldo Societário	Saldo SIAFI	Diferença	Obs.
Banco conta movimento	-	25	(25)	a
Clientes	218	-	218	b
Estoques	14.704	9.593	5.111	b
Adiantamento a empregados e fornecedores	3.405	2.067	1.338	b
Despesas antecipadas	-	19	(19)	b
Depósitos Judiciais	281	240	41	b
Créditos tributários – não circulante	4.553	-	4.553	c
Imobilizado	120.287	137.673	(17.386)	b/d
Intangível	10.002	5.373	4.629	b/d
Depósitos e cauções	-	25	(25)	a
Adiantamento do Tesouro Nacional	7.344	-	7.344	e
Fornecedores	608	25	583	b
Obrigações e provisões tributárias	96	124	(28)	b
Obrigações e provisão trabalhistas	2.818	3.296	(478)	b
Contingências trabalhistas	9.242	538	8.704	b
Recursos destinados ao aumento do capital	200.210	169.887	30.323	b
Resultados acumulados	(117.757)	(65.920)	(51.837)	f

- a) Diferença de critério entre o balanço Societário e o SIAFI apurado na conta depósitos e cauções para atendimento da Lei das Sociedades Anônimas;
- b) Diferença de saldo apurado por conciliação, efetuada após a data de fechamento do SIAFI;
- c) Diferença decorrente da transferência entre o circulante e o não circulante para atender à Lei das Sociedades Anônimas;
- d) Contabilizado Ajuste de Avaliação patrimonial conforme Notas Explicativas nº 06 e 07 conforme laudo de avaliação;
- e) Valor contabilizado em adiantamento do tesouro nacional em atendimento à contabilidade societária;
- f) Valor apurado no resultado entre o sistema da contabilidade societária e contabilidade pública;

26 Remuneração dos empregados e Administradores

Atendendo à Resolução CGPAR nº 03 de 31 de dezembro de 2010 informamos a média salarial e a remuneração, vantagens e benefícios dos empregados e administradores. Vide quadro abaixo:

Em 2016	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	27	3
Administradores	<u>29</u>	<u>3</u>
Salário médio dos empregados	<u>9</u>	<u>-</u>
Salário médio dos administradores	<u>10</u>	<u>-</u>

Em 2015	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	26	2
Administradores	<u>29</u>	<u>3</u>
Salário médio dos empregados	<u>7</u>	<u>-</u>
Salário médio dos administradores	<u>10</u>	<u>-</u>

ANEXO II - 7.2.1 Recomendações da CGU - Contas 2010

IDENTIFICAÇÃO	POSIÇÃO DA CGU	PRAZO
ID 7337 / 7339 - Contratação da FIA	(...) considerando que a providência solicitada não foi de fato implementada pela UPC, e considerando ainda a perspectiva de uma decisão iminente do TCU tratando da matéria, optamos por manter a recomendação com marcação (posicionamento) "reiteração" até que seja publicado o acórdão do TCU, ou sejam apresentados novos elementos por parte da UPC, que permitam uma nova perspectiva, e conseqüentemente nova avaliação acerca da implementação da recomendação exarada pela CGU.	31/05/2017
ID 37364 / 63493 / 63494 - Consórcio Delta	(...) em que pese haja em curso um processo de avaliação da matéria por parte do TCU, que deverá resultar no julgamento das contas 2010 da UPC, até o momento não ocorreu a publicação de uma decisão por parte TCU (publicação de acórdão), assim como também não ocorreu a adoção de medidas efetivas por parte da UPC para o atendimento da recomendação. Portanto, até que surjam novas informações relacionadas aos fatos apontados e ao atendimento da recomendação, manteremos o monitoramento.	31/05/2017

ANEXO III - 7.2.1 Recomendações da CGU - Contas 2015

IDENTIFICAÇÃO	POSIÇÃO DA CGU	PRAZO
ID 166454 - ACT (Acordo Coletivo de Trabalho)	<p>Recomendação: Recomendamos à CEITEC S/A que, dado o impasse a que se chegou com o DEST em relação à aprovação do ACT ora celebrado, proceda ao cancelamento formal desse ACT com a anuência do Sindicato de representação dos seus funcionários - STIMEPA, e que formalize uma nova minuta de ACT a ser encaminhada ao DEST para avaliação.</p> <p>Avaliação da CGU: A UPC informou que "(...) a CEITEC já entrou em contato com o representante jurídico do STIMEPA, na tentativa de realizar novo acordo, com objetivo de traçar novas diretrizes e cancelar as anteriores, mas ainda não houve êxito.". Em função de tal manifestação, consideramos que a medida mais apropriada seria a dilatação do prazo para implementação da recomendação em tela.</p>	31/05/2017
ID 166455 - ACT (Acordo Coletivo de Trabalho)	<p>Recomendação: Recomendamos à CEITEC S/A que, ao encaminhar ao DEST a minuta do novo ACT celebrado, deixe nitidamente estabelecido que se trata apenas de uma minuta de acordo, e que demonstre claramente, mediante documentação formal, a anulação do ACT anterior, com a anuência de ambas as partes envolvidas (CEITEC S/A e o STIMEPA).</p> <p>Avaliação da CGU: A UPC informou que "Com relação a recomendação de que ao encaminhar ao DEST a minuta do novo ACT celebrado, deixe nitidamente estabelecido que se trata apenas de uma minuta de acordo, e que demonstre claramente, mediante documentação formal, a anulação do ACT anterior, com a anuência de ambas as partes envolvidas (CEITEC S/A e o STIMEPA), informamos que nos termos da resposta anterior, não houve condições de estabelecer acordo com o STIMEPA. Mas em reunião, observamos que o sindicato tem interesse na imediata aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho e tem conhecimento da situação de dependência da empresa em relação a anuência do DEST/IVIP, não havendo interesse, por enquanto de ingressar em juízo com Ação de Cumprimento do Acordo Coletivo." Em função de tal manifestação, consideramos que a medida mais apropriada seria a dilatação do prazo para implementação da recomendação em tela.</p>	31/05/2017
ID 166457 - 166458 - 166459 - 166460 - 166461 - 166462 - Processos de Inexigibilidade de Licitação - Procedimentos	<p>Avaliação da CGU: Considerando a manifestação encaminhada pela UPC, optamos por prorrogar o prazo para implementação da recomendação em tela tendo em vista da necessidade de verificação, em campo, da efetividade das medidas adotadas pela Unidade. Tendo em vista que esta verificação complementar compete à CGU, quando da execução de novos trabalhos de campo junto à UPC, não se faz necessária nova manifestação da Unidade até que esta etapa seja implementada.</p>	31/05/2017
ID 166457 - 166463 - 166464 - 166465 - 166466 - 166467 - 166468 - Processos licitatórios - Procedimentos	<p>Avaliação da CGU: Considerando a manifestação encaminhada pela UPC, optamos por prorrogar o prazo para implementação da recomendação em tela tendo em vista da necessidade de verificação, em campo, da efetividade das medidas adotadas pela Unidade. Tendo em vista que esta verificação complementar compete à CGU, quando da execução de novos trabalhos de campo junto à UPC, não se faz necessária nova manifestação da Unidade até que esta etapa seja implementada.</p>	31/05/2017
ID 166469 - 166471 - PROCESSO IMA	<p>Recomendação: Recomendamos à CEITEC S/A que promova um estudo específico para a situação em tela, com o objetivo de elucidar, de forma conclusiva, se a carga tributária majorada, indicada pela empresa contratada em sua proposta comercial, não impactou, de fato, os valores ajustados no âmbito do contrato celebrado. Recomendamos, ainda, que tal estudo, de caráter conclusivo, seja devidamente formalizado de modo a constituir documentação comprobatória de que se tratou, o problema levantado, de uma falha de natureza formal (se for o caso).</p> <p>Avaliação da CGU: As medidas adotadas pela UPC não se coadunam com a recomendação exarada por esta CGU. O achado de auditoria em tela trata da indicação de carga tributária, na proposta comercial da empresa vencedora de licitação, superior à carga tributária efetivamente incidente para uma empresa nacional, no contexto da contratação analisada. Tal fato identificado caracterizaria, a princípio, "superfaturamento" da proposta apresentada pela licitante, haja vista que a mesma teria sido composta utilizando-se de itens orçamentários não existentes de fato, ou incidente em valor inferior ao indicado (neste caso, tributos). Considerando a manifestação trazida pela UPC no processo de auditoria anual de contas, consideramos que poderia tratar-se, o caso fático em tela, de uma falha de natureza formal, não havendo efeito financeiro decorrente. Porém, não consta do processo, e não foi apresentado pela UPC, qualquer comprovação documental de que, de fato, se trata de apenas uma falha formal cometida pela licitante. Por tal motivo, e no intuito de esclarecer definitivamente a questão, solicita-se à Unidade que apresente um estudo específico que permita elucidar se a carga tributária majorada, indicada pela empresa contratada em sua proposta comercial, não impactou, de fato, os valores ajustados no âmbito do contrato celebrado. A manifestação última trazida pela UPC no sistema "Monitor" não esclarece a questão, conforme desejado, e nem indica a realização do estudo demandado, de tal modo que a consideramos, para fins de monitoramento das recomendações, como insuficiente para atender a recomendação em tela.</p> <p>Recomendação: Recomendamos à UPC que, caso o estudo realizado conclua pela ocorrência de impacto financeiro devido à falha identificada, proceda à devida apuração do prejuízo decorrente e glosa dos valores financeiros associados.</p>	31/05/2017

IDENTIFICAÇÃO	POSIÇÃO DA CGU	PRAZO
ID 166470 - Cadastramento de processos disciplinares no CGU/PAD	<p>Recomendação: Promover a operacionalização do sistema e o cadastramento dos processos disciplinares da UPC no sistema CGU/PAD, consoante orientações do Manual do Usuário - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU/PAD).</p> <p>Avaliação da CGU: As medidas adotadas pela UPC não se coadunam com a recomendação exarada por esta CGU. A recomendação ora exarada pela CGU demandava, especificamente, que fosse procedida a operacionalização do sistema CGU/PAD e o cadastramento dos processos disciplinares da UPC no mesmo. Não está sendo solicitado que a empresa se abstenha de realizar qualquer procedimento formal ou processual que considere necessário, ou mesmo que abdique de seguir todo o formalismo e rigor processual necessário no sentido de assegurar a legalidade e o rito dos processos disciplinares ou de apuração instaurados. Inclusive, e conforme referido pela UPC em sua manifestação, cogitou-se a possibilidade de que a utilização do sistema CGU/PAD poderia ocorrer de forma simplificada, no intuito de facilitar a compatibilização do seu uso com a sistemática adotada atualmente pela UPC e salvaguardar a completude do rigor formal exigido na condução desses processos e procedimentos de apuração e disciplinares.</p>	31/05/2017
ID 166563 - 166564 - Retirada de peças ou documentos de processos administrativos	<p>Recomendação: Recomendamos à CEITEC S/A que se abstenha de retirar peças ou documentos de processos administrativos, optando pela manutenção de todos os elementos constitutivos do expediente, de modo a salvaguardar o histórico e a sucessão dos atos administrativos ora ocorridos.</p> <p>Recomendação: Recomendamos à CEITEC S/A que quando houver a necessidade de substituição ou atualização de peças em processos, adote como regra a manutenção das peças originais do expediente, atribuindo-lhes um rótulo que indique a sua condição de “revisada”, ou “substituída”, ou termo equivalente.</p> <p>Avaliação da CGU: A manifestação encaminhada pela UPC, acerca da recomendação em comento, não indica a adoção de medidas consideradas suficientes no sentido de adimplir a recomendação exarada pela CGU.</p>	31/05/2017
ID 166565 - 166566 - Publicação de extratos de contratações realizadas com empresas estrangeiras	<p>Recomendação: Recomendamos à CEITEC S.A. que, quando proceder à publicação de extratos de contratações realizadas com empresas estrangeiras (onde a tributação correr a cargo da UPC), passe a realizar a publicidade dos valores envolvidos de forma completa, indicando tanto os valores pagos ao fornecedor quanto os recolhidos referentes à incidência tributária, de modo a evidenciar o valor total dispendido nessas contratações.</p> <p>Recomendação: Recomendamos à CEITEC S.A. que, quando proceder à emissão de relatórios ou dados financeiros referentes a contratações realizadas dessa natureza, realize o devido esclarecimento em relação aos encargos adicionais de natureza tributária a serem recolhidos pela UPC, ou mesmo explicitar tais valores nos referidos relatórios, de modo a assegurar a consistência e aderência dessas informações disponibilizadas com os valores efetivamente dispendidos em tais contratações.</p> <p>Avaliação da CGU: Considerando a manifestação encaminhada pela UPC, optamos por prorrogar o prazo para implementação da recomendação em tela tendo em vista da necessidade de verificação, em campo, da efetividade das medidas adotadas pela Unidade. Tendo em vista que esta verificação complementar compete à CGU, quando da execução de novos trabalhos de campo junto à UPC, não se faz necessária nova manifestação da Unidade até que esta etapa seja implementada.</p>	31/05/2017
ID 166567 - 166568 - Análise prévia relativo à Termo de Referência e Minuta Contratual	<p>Recomendação: Recomendamos à CEITEC S.A. que ultime e referida revisão do termo de referência de contratos envolvendo a aquisição de bens, de modo a adequá-lo a tal situação, evitando a inclusão de cláusulas notadamente não aplicáveis a esta situação, tal como identificado nos casos analisados.</p> <p>Recomendação: Recomendamos à CEITEC S.A. que, mesmo fazendo uso de um contrato padrão aplicável especificamente à contratação de bens, implemente procedimento específico para a revisão/adequação desse termo contratual geral (modelo) aos casos específicos executados, afastando itens eventualmente não aplicáveis e incorporando outros específicos/peculiares necessários ao caso fático em execução.</p> <p>Avaliação da CGU: A manifestação encaminhada pela UPC, acerca da recomendação em comento, não indica a adoção de medidas consideradas suficientes no sentido de adimplir a recomendação exarada pela CGU.</p>	31/05/2017

ANEXO IV - 7.2.2 Recomendações da CGU- Auditoria de Integridade

TEMAS OBJETO DA AVALIAÇÃO	SUGESTÕES	RESPONSÁVEL	INFORMAÇÕES / COMENTÁRIOS / SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO PLANO DE AÇÃO
1. Comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa	(i) criar vídeos e materiais de divulgação nos quais a alta administração apareça como divulgadora e incentivadora de práticas de ética e integridade;	(i) Comitê de Ética / Comunicação;	(i) O Comitê de Ética disponibilizará para o Departamento de Comunicação conteúdo para divulgação a respeito de práticas de ética; O presidente da empresa gravará um vídeo institucional, falando do comprometimento da companhia no cumprimento das regras, leis, normas e demais regulamentos. Divulgará a implantação do programa de integridade para o público interno e externo; Matérias, no informativo interno da empresa, serão criadas com participação/depoimentos dos membros da Diretoria, superintendentes e gerentes; e newsletter periódica sob demanda do Comitê de Ética.	(i) 2017/1
	(ii) criar rotinas para que a alta administração supervisione e tenha conhecimento do estágio de implantação das políticas e medidas de integridade adotadas pela empresa;	(ii) Direx	(ii) Será apresentada para aprovação do Conselho de Administração em 31.01.2017 a criação da Diretoria de Governança, Riscos e Controles que deverá ser responsável pelos trabalhos de integridade/compliance norteando a instituição ao primeiro Comitê de Integridade. Tal diretoria terá o apoio da Gerência Executiva de Inteligência, cuja criação também está sendo proposta. Enquanto o referido diretor não é nomeado, a Diretoria Administrativa Financeira ficará provisoriamente responsável para dar início aos trabalhos. Com a implementação do Programa de Integridade, o responsável deverá criar um painel com indicadores e periodicamente apresentar à Direx. O painel deverá ser inserido como item de pauta permanente nas reuniões da Direx, para supervisão e acompanhamento do estágio de implantação. Deverá ser elaborado um plano de ação para acompanhamento de atividades e um cronograma para planejar a execução do programa.	(ii) 2017/2
	(iii) antes da nomeação dos cargos gerenciais, realizar as devidas diligências visando impedir que colaboradores com histórico de envolvimento em práticas contrárias à ética e integridade ingressem nos cargos gerenciais.	(iii) RH	(iii) O Departamento de Recursos Humanos, deverá criar um Processo Operacional - (PO), que levantará os dados e levará para avaliação da Presidência que, em conjunto com a CONJUR, analisará a pertinência da indicação.	(iii) 2017/2
2. Padrões de conduta e código de ética aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos	(i) elaborar o Código de Ética da empresa, por intermédio da Comissão de Ética nomeada mediante Portaria CEITEC nº 46, de 28 de julho de 2016;	(i) Comitê de Ética;	(i) O Código de Ética está em elaboração, quando concluído será encaminhado à Diretoria Executiva - (Direx) e ao Conselho de Administração - (CADM) para aprovação	(i) 2017/1
	(ii) divulgar amplamente o Código de Ética e o Programa de Integridade, bem como da existência de serviços para esclarecimento de dúvidas sobre o assunto;	(ii) Comitê de Ética / Comunicação;	(ii) O Código de Ética e o Programa de Integridade serão publicados no site da empresa para a ampla divulgação. Será criado um canal para esclarecimento de dúvidas sobre o assunto. Além da publicação, o Departamento de Comunicação propôs criar área específica e link direto na home da intranet, para acesso a essa área, contendo o Código de Ética e demais diretrizes do Programa de Integridade. Além disso, outras medidas para divulgação serão adotadas.	(ii) 2017/2
	(iii) promover medidas educativas quanto aos valores éticos expressados no Código de Ética da companhia.	(iii) Comitê de Ética.	(iii) Assim que for concluído e aprovado pelo Conselho de Administração, o Código de Ética será apresentado formalmente aos colaboradores no sentido de assegurar o seu conhecimento. No final da apresentação, serão colhidas as assinaturas compromissando-os a sua adesão. A partir desse evento, haverá divulgação interna via informativos e intranet, serão ministradas palestras periodicamente.	(iii) 2017/2

TEMAS OBJETO DA AVALIAÇÃO	SUGESTÕES	RESPONSÁVEL	INFORMAÇÕES / COMENTÁRIOS / SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO
3. Políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos	(i) implementar o Programa de Integridade no âmbito da CEITEC S.A.;	(i) Direx	(i) A Direx Publicará Portaria instituindo o Comitê responsável pela elaboração da proposta do Programa de Integridade e nomeando os atores responsáveis. A proposta será posteriormente submetida à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;
	(ii) estabelecer normas e procedimentos operacionais, definindo atividades, ações, competências e atores responsáveis pela implementação e monitoramento de cada uma das políticas de integridade e ética da empresa (referente aos temas: Brindes e Presentes, Prevenção de Corrupção, Nepotismo, Patrocínios e Doações Filantrópicas e, por fim, Conflitos de Interesse);	(ii) Comitê de Ética / responsáveis pelo Programa de Integridade;	(ii) O Comitê de Ética publicará seu regimento interno, definindo atividades, ações, competências e atores. No que tange as ações e as atividades referente aos temas específicos, serão definidos após a publicação do Código de Ética. Outras definições acerca dos temas específicos deverão ser discutidas com os responsáveis pelo Programa de Integridade.
	(iii) implementar controles com o objetivo de garantir que as políticas de integridade sejam efetivamente observadas (monitoramento);	(iii) Comitê de Ética / responsáveis pelo Programa de Integridade;	(iii) A implementação dos controles com o objetivo de garantir que as Políticas de Integridade sejam efetivamente observadas ficará a cargo do responsável pelo Programa de Integridade.
	(iv) estabelecer fluxo de troca de informações entre as áreas da empresa responsáveis pelas políticas de integridade e ética, o responsável pela área de integridade e a alta administração;	(iv) Comitê de Ética / responsáveis pelo Programa de Integridade;	(iv) Quanto ao estabelecimento do fluxo de troca de informações entre as áreas da empresa responsáveis pela Política de Integridade e ética, entende-se que caberá à Direx definir o modelo e a forma de transmissão que o fluxo irá percorrer. O que deverá ser definido da nomeação da diretoria responsável pelo Programa de Integridade.
	(v) desenvolver ferramentas que auxiliem na identificação de casos de conflito de interesse e nepotismo na companhia;	(v) Comitê de Ética / responsáveis pelo Programa de Integridade / TI;	(v) Uma ferramenta, que auxiliará o Comitê de Ética na identificação de casos de conflito de interesse e nepotismo, será a disponibilização de um formulário no site da empresa, para contatos a temas éticos.
	(vi) incluir, nos próximos Planos Anuais de Auditoria Interna da companhia, testes sobre os controles implementados para mitigar/evitar os eventos de riscos atinentes à integridade e conformidade;	(vi) Auditoria Interna;	(vi) Assim que for instituído o Comitê e implementado o Programa de Integridade na empresa, serão incluídos nos próximos Planos Anuais de Auditoria Interna avaliações sobre os controles implementados para mitigar/evitar os eventos de riscos inerentes à integridade e conformidade.
	(vii) propiciar o acesso a eventos de capacitação/treinamentos aos colaboradores com vistas a disseminar e solidificar as políticas de integridade no âmbito da empresa.	(vii) Comitê de Ética / responsáveis pelo Programa de Integridade.	(vii) O Comitê de Ética fará pesquisas em busca de treinamentos e palestras sobre questões éticas, inclusive com comitês de outras Empresas Públicas.
4. Treinamentos periódicos e comunicação sobre o Programa de Integridade	(i) elaborar plano de comunicação especificamente voltado para fomentar a adoção de postura ética e salientar temas relacionados à integridade entre colaboradores e terceiros;	(i) Comitê de Ética / responsáveis pelo Programa de Integridade / Comunicação;	(i) Serão preparados, pelo Comitê de Ética, materiais para divulgação interna sobre temas relacionados à integridade entre colaboradores e terceiros. Ainda, inserções na intranet, no informativo interno e nas integrações de segurança. O Departamento de Comunicação convidará palestrantes em sintonia com o Comitê de Ética e fará divulgação pelos canais internos da empresa (e-mail, intranet e comunicado). Será incluído periodicamente no informativo interno (CEITEC NEWS), seção dedicada ao Comitê de Ética.
	(ii) desenvolver treinamentos especificamente voltados para os gerentes da companhia em temas sobre ética e integridade, como requisito à promoção na carreira e à permanência nos cargos gerenciais; e	(ii) Comitê de Ética / responsáveis pelo Programa de Integridade / RH;	(ii) No que diz respeito aos temas éticos, serão feitas pesquisas em busca de treinamentos disponíveis no mercado. A quantidade de treinamentos já é considerada para efeito de promoção.
	(iii) nos treinamentos relativos à ética e integridade, adotar mecanismos formais para auferir a retenção e a compreensão das informações objeto das capacitações.	(iii) Comitê de Ética / responsáveis pelo Programa de Integridade / RH.	(iii) o RH aguarda o desfecho do planejamento que vem sendo construído pelo Comitê de Ética, para então dar suporte aos treinamentos que serão desenvolvidos. A empresa adotará mecanismos formais para auferir a retenção e a compreensão das informações, como por exemplo: a aplicação de testes ao final de cada treinamento.
5. Análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao Programa de Integridade	(i) quando do mapeamento e da avaliação dos eventos de risco, identificar fatores de risco relativos à fraude, corrupção e desvios, instituir os controles e as políticas/medidas de integridade necessárias à mitigação/eliminação desses fatores;	(i) Responsável pela gestão de riscos;	(i) Em relação ao mapeamento e avaliação dos eventos de risco, deverá ser constituído o Comitê de Integridade, sendo que será apresentada para aprovação do Conselho de Administração em 31.01.2017 a criação da Diretoria de Governança, Riscos e Controles que deverá ser responsável pelos trabalhos de mapeamento e avaliação dos eventos de risco norteando a instituição ao primeiro Comitê de Integridade. Enquanto o referido diretor não é nomeado, a Diretoria Administrativa Financeira ficará provisoriamente responsável para dar início aos trabalhos.
	(ii) nos casos em que forem identificados fatores de risco atinentes à fraude, corrupção e desvios, envolver o responsável pela área de integridade nas discussões relativas à (a) avaliação do impacto do risco na entidade e da vulnerabilidade desta ao risco, (b) elaboração do plano de ação para diminuir a vulnerabilidade da companhia ao risco; e (c) criação dos indicadores chaves do risco;	(ii) Responsável pela gestão de riscos / responsáveis pelo Programa de Integridade;	(ii) O responsável pela Gestão de Riscos e o responsável pelo Programa de Integridade serão envolvidos nos casos em que forem identificados fatores de risco atinentes à fraude, corrupção e desvios.
	(iii) incluir nos Planos Anuais de Auditoria Interna da companhia testes sobre os controles implementados para mitigar/evitar os eventos de riscos atinentes à fraude, corrupção e desvios; e	(iii) Auditoria Interna;	(iii) Após a estruturação da área, a nomeação do diretor, o estabelecimento de normas e procedimentos, a implementação da Política de Integridade e demais medidas, a auditoria interna da empresa deverá incluir nos Planos de Auditoria Interna da empresa avaliações sobre os controles de riscos implementados para mitigar/evitar os eventos de riscos atinentes à fraude, corrupção e desvios.
	(iv) a partir da avaliação dos riscos atinentes à fraude, corrupção e desvios, atualizar o Programa de Integridade da companhia, revisando e complementando, se for o caso, as políticas já existentes, bem como elaborando políticas para mitigar riscos até o momento não tratados.	(iv) Responsável pela gestão de riscos / responsáveis pelo Programa de Integridade.	(iv) O responsável pela Gestão de Riscos e o responsável pelo Programa de Integridade da companhia revisarão e complementarão periodicamente, se for o caso, as políticas já existentes, bem como a elaboração de novas políticas para mitigar riscos até o momento não tratados.